

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

PATRÍCIA DOS SANTOS PINHEIRO

SABERES, PLANTAS E CALDAS:
A REDE SOCIOTÉCNICA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE BASE ECOLÓGICA NO
SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre

2010

PATRÍCIA DOS SANTOS PINHEIRO

SABERES, PLANTAS E CALDAS:
A REDE SOCIOTÉCNICA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE BASE ECOLÓGICA NO
SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

Série PGDR – Dissertação n° 118

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

P654s

Pinheiro, Patrícia dos Santos

Saberes, plantas e caldas : a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no Rio Grande do Sul / Patrícia dos Santos Pinheiro. – Porto Alegre, 2010.

192 f. : il.

Orientador: Jalcione Pereira de Almeida.

(Série PGDR – Dissertação, n. 118).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

1. Agroecologia : Agricultura familiar : Rio Grande do Sul. 2. Sociologia rural. I. Almeida, Jalcione Pereira de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. IV. Título.

CDU 631.147

PATRÍCIA DOS SANTOS PINHEIRO

SABERES, PLANTAS E CALDAS:
A REDE SOCIOTÉCNICA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE BASE ECOLÓGICA NO
SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada *com louvor* em Porto Alegre, 30 de março de 2010.

Prof. Dr. Jalcione Almeida – Orientador

PGDR/UFRGS

Prof^a. Dra. Cláudia Job Schmitt

CPDA/UFRRJ

Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt

FCE/UFRGS

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos

PGDR/UFRGS

AGRADECIMENTOS

A todos os agricultores que participaram da pesquisa, por me mostrarem a riqueza do seu trabalho, permitindo, com tanto carinho, que eu participasse de suas vidas. Família Ferreira, Holz, Quintana, de Canguçu, família Raddatz, Blank, Fischer, Peglow, Mühlenberg, Radtke, Ramson, de São Lourenço e Kuhn e Schiavon de Pelotas.

Ao seu Roni, Lúcia, Luciano e Moacir, por me acolherem tão bem e me ensinarem tanto.

À Mirian, por tornar a nossa vida mais doce!

À Ivone, seu Edwin, Cléia, Ellomar, Aline e Ana Paula, pelo carinho, pelas risadas na feira e pelo maravilhoso biscoito de nozes.

Ao Nilo, Márcia, Robson, Luana, dona Nelda (a vó) e Rômulo, pelo seu trabalho incomparável.

À equipe do CAPA, em especial à Rocheli, ao Roni e ao “alemãozinho”, Benjamin, pela boa vizinhança e pelas conversas tão agradáveis em São Lourenço. Obrigada, Roni, pela paciência em me apresentar aos agricultores, em compartilhar seu trabalho, em tentar me ensinar algumas palavras em pomerano e também em me ouvir “tagarelar” nas viagens a cada propriedade.

Agradecimento especial à minha família pelo apoio incondicional, mesmo estando longe: mãe, pai, Chely, Leo. Tia Nena, obrigada pelo carinho de mãe. Ao meu sobrinho, João Lucas, que com dois anos de idade, já é um grande guerreiro. E à minha irmã, que cuida e dá tanto carinho a esse nenê desde que ele nasceu, pesando 755 gramas.

Às minhas amigas Priscila, Rejane, Salua, Elis, Graci, Stella, Josi, Pati Bink obrigada pelo ombro amigo e pelo pouso nas horas difíceis de uma “sem-teto”, durante o segundo semestre de 2009, quando voltei do trabalho de campo.

Aos compadres Salua e Paulinho, e ao Murilo, meu afilhado, que eu quero tão bem.

Agradeço ao meu orientador, Jalcione, pelas “luzes” nas horas certas e na medida certa e pelo apoio logístico essencial. Obrigada por confiar no meu trabalho e em mim.

Agradeço também à CAPES, pelo apoio financeiro durante esses dois anos, que viabilizaram minha dedicação ao mestrado.

Aos professores e colegas do TEMAS, Joana, Monique, Gabriela, Cleyton, Rumi, Fabrício, Adriano, Camilo, Stella, Otávio, Lorena, Carla, Cidonea, Vicente, Dani, Igor, Regina, Myriam, Cíntia, Vili, Pati, Jalcione, por proporcionarem um rico ambiente de reflexões teóricas e também de amizade e muito bom humor.

Aos colegas e funcionários do PGDR.

Ao recente e crescente grupo de estudos “O Triângulo: estudos antropos e afins”, formado com colegas do PGDR que buscam, aos poucos e de diferentes maneiras, estabelecer contato com a antropologia. Muito colaborou para essa dissertação! À Ieda, pelas longas (e ótimas) conversas durante as também longas viagens a Itaqui. À Stella, pela dica que me proporcionou esse mestrado.

*Pequeno Gigante*¹,
(Antônio Gringo)

Não tenho vergonha de dizer
Que sou pequeno agricultor
Os grandes precisam saber
Que o pequeno também tem valor
E a gente tem que aprender
A encarar de frente o “doutor”
Olhar firme em seus olhos e dizer
Me orgulho em ser colono sim senhor

Pequeno em movimento
Gigante na produção
Unidos na agricultura
Para alimentar esta nação

Com luta e organização
Abrimos caminhos para seguir
Ao doutor aprendemos dizer não
E da terra não vamos sair
Agora é essa a condição
Lutar contra o sistema e resistir
Vergonha é importar milho e feijão
Se no Brasil nós podemos produzir
[...]

Unidos somos um gigante
Sozinhos nós somos nada
Trabalho não é o bastante
Depois temos outra jornada
A luta é quase incessante
E é longa a nossa caminhada.

¹ Essa música foi cantada por Antônio Soares, extensionista do CAPA, no dia da Assembleia Geral da Cooperativa Sul Ecológica, em Pelotas, em 31 de março de 2009, e acompanhada em coro pelos agricultores presentes. A discussão entre pequenos e grandes será abordada logo nos primeiros capítulos, pois mesmo que eu proponha uma tentativa de simetria no olhar dado a esse trabalho, essa simetria é permanentemente dissolvida e reformulada pelos atores em seus contextos de ação.

RESUMO

A agricultura orgânica, natural ou ecológica, entre outras (neste texto reunidas sob o termo “agricultura de base ecológica”) envolve agricultores, instituições de pesquisa e desenvolvimento, consumidores e mediadores sociotécnicos. Mas além desses atores humanos, também são mobilizadas técnicas de produção, produtos inovadores, plantas, o solo, a água, entre outros. Neste processo assumem importância produtos preventivos de doenças das plantas, como os homeopáticos, o “Curamor”, o “Curapest” e o “Xispatudo”; os agroquímicos – mesmo quando não mais são usados – e plantas como o butiá, o araçá, o ananás e o pinheiro brasileiro, etc. Tais objetos que emergem são entendidos como relevantes atores por possuírem capacidade de agência, isto é, mobilizam e modificam sentidos estabelecidos entre os envolvidos. Com o foco na importância dos objetos e no seu trabalho de mediação, este trabalho busca realizar uma reflexão sobre as diferentes associações que englobam seres humanos, entidades e objetos, formando uma rede de produção de base ecológica localizada no extremo sul do Brasil, principalmente nos municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas e Canguçu, no Rio Grande do Sul. Desta maneira, busca-se analisar, a partir de pesquisa etnográfica, como os diversos atores, em contexto de ação, mantêm uma série de vínculos, fluxos de conhecimento e de práticas em torno da produção, de acordo com a concepção do que seja mais legítimo e necessário no momento. É utilizado o referencial teórico da Teoria do Ator-Rede, que possibilita a análise de como são mantidas as interações entre os coletivos de humanos e de não humanos, com o entendimento das especificidades construídas a partir dessas complexas relações.

Palavras-chave: Rede sociotécnica. Agricultura familiar. Agricultura de base ecológica.

ABSTRACT

Organic, natural or ecological agriculture, among others (in this text congregated under the term “ecological-basis agriculture”) involves farmers, research institutions, consumers and socio-technical mediators. But beyond these human actors, also techniques of production, innovative products, the water, the soil, and others. In this process, to be assume importance preventive products of “diseases” of plants, such as homeopathic, the “Curamor”, the “Xispatudo” and “Curapest”, agrochemicals, even when they are no longer used, and plants such as butia, guava, ananás and brazilian pine, among others. Such objects that emerge will be understood as relevant actors, or actants, having capacity for agency, that is, mobilize and modify directions established between humans. With the focus in the importance of objects and their mediation work, this work seeks to reflect on the different associations in this net which includes humans, entities and objects formed a production net of ecological-basis agriculture in southern Brazil, mainly the municipalities of São Lourenço do Sul, Canguçu and Pelotas in Rio Grande do Sul. In this way, one seeks to analyze, from ethnographic methods, how the various actors in action context, maintains a series of links, flows of knowledge and practices around the production, according to the conception that is more legitimate and necessary for the moment. Will use the theoretical reference of Actor-Network Theory, that makes possible the analysis of as the interactions between the collective ones of human beings and not human are kept, with the agreement of the specificity constructed from these complex relationships.

Keywords: Sociotechnical net. Familiar farmers. Ecological-basis agriculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul, Brasil.....	40
Figura 2 – Mapa com destaque (em amarelo) para a área de estudo, abrangendo os municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul/RS.....	42
Figura 3 – Mapa com destaque (em verde) para os municípios da rede de produção de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul.....	43
Figura 4 - A Laguna dos Patos e suas belas figueiras em São Lourenço	45
Figura 5 – Feira Ecológica da ARPA-SUL em Canguçu	46
Figura 6 – Seu Roni Mühlenberg na festa do sesquicentenário da imigração pomerana	49
Figura 7 – Embarcação similar à de chegada dos imigrantes pomeranos, na festa do sesquicentenário.	49
Figura 8 – A capa de um dos mais recentes livros de sistematizações da rede	63
Figura 9 - Rótulo dos produtos beneficiados pelos agricultores da ARPA-SUL	73
Figura 10 - Feira na Praça Dedé Serpa, em São Lourenço do Sul, com d. Ivone, seu Edwin, seu Roni, do grupo da Boa Vista, e consumidores.....	76
Figura 11 - Feira na Praça Dedé Serpa, em São Lourenço do Sul, com d. Ivone, seu Edwin, seu Roni, do grupo da Boa Vista, e consumidores.....	76
Figura 12 – Feira da ARPA-SUL em Canguçu, em uma fria manhã de quinta-feira .	77
Figura 13 – Feira da ARPA-SUL em Canguçu.....	77
Figura 14 – Venda em supermercado de Pelotas	78
Figura 15 - Produtos da propriedade dos Radtke.....	81
Figura 16 – Fotos produzidas a partir dos produtos da Agroindústria Figueira do Prado para a divulgação para a comercialização.....	83
Figura 17 – Fotos produzidas a partir dos produtos da Agroindústria Figueira do Prado para a divulgação para a comercialização.....	83
Figura 18 - O ananás da propriedade de Silmar Fischer fornecido à Agroindústria Figueira do Prado, ambos de São Lourenço.....	84
Figura 19 – O logotipo da Cooperativa Sul Ecológica	86
Figura 20 - Mapa da origem dos alimentos na “Rede Solidária”	94

Figura 21 – Preparação dos molhos de couve na propriedade dos Peglow, em São Lourenço do Sul, para entrega para a Cooperativa Sul Ecológica. Alida, Vera, Décio e Reinaldo, da esquerda para a direita.	95
Figura 22 – Recolhimento da produção na propriedade dos Peglow com o caminhão da Cooperativa Sul Ecológica.	95
Figura 23 – Organização da entrega das cestas produzidas pelas entidades da Rede de Cooperação Solidária para o PAA.....	96
Figura 24 – Organização da entrega das cestas produzidas pelas entidades da Rede de Cooperação Solidária para o PAA.....	96
Figura 25 - Fórum da Agricultura Familiar, realizado no Centro de Treinamentos de Agricultores de Canguçu (CETAC).....	100
Figura 26 - Mapa do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul	102
Figura 27 – O Selo do Sistema Sisorg	104
Figura 28 – O Selo da Rede Ecovida	109
Figura 29 – Núcleos da Rede Ecovida. Destaque para o Núcleo Sul (18), localizado na área de pesquisa.....	110
Figura 30 – Nilo Schiavon, explicando para um grupo de visitantes como a família produz vinho e jurupiga, bebidas feitas a partir das uvas de sua propriedade.....	116
Figura 31 – Exemplo de adubação verde, em um local de produção de uvas. Propriedade da família Schiavon, Pelotas.....	121
Figura 32 – A mucuna preta.....	122
Figura 33 - As raízes de uma leguminosa, o feijão-guandu, com a presença da bactéria <i>Rhizobium</i> , em destaque.....	123
Figura 34 – A visita dos alunos de uma escola municipal à propriedade dos Schiavon.....	124
Figura 35 - A terra nas mãos de Guilherme Kuhn.....	125
Figuras 36 – As flores de pessegueiro em fase de floração na propriedade da família Ferreira.....	127
Figura 37 – A família Ferreira reunida.....	127
Figura 38 – Ivone Radtke regando as hortaliças na estufa da propriedade.	132
Figura 39 – Nilo Schiavon e seu filho Robson retirando manualmente a <i>sujeira</i> da plantação de cenouras, após ter passado a enxada entre as linhas.....	133
Figura 40 – Alida e Vera Peglow retirando manualmente a <i>sujeira</i> da plantação. ..	134

Figura 41 – Reinaldo Peglow colhendo cenouras.	135
Figura 42 – A horta com as beterrabas	135
Figura 43 – Os pulgões na folha de couve. Propriedade de Silmar Fischer.....	137
Figura 44 – O uso de cinzas para evitar os pulgões de couve. Propriedade de Silmar Fischer.	138
Figura 45 - Plantação de batatas de base ecológica na propriedade dos Mühlenberg.....	144
Figuras 46 - Agroindústria Vida na Terra, de Canguçu, com os proprietários Rosemar e Cléu	156
Figura 47 - Agroindústria Vida na Terra, de Canguçu, com os proprietários Rosemar e Cléu	156
Figura 48 - Gilson Raddatz durante visita dos agricultores de São Lourenço a Serra Gaúcha.....	159
Figura 49 – Elton Blank durante visita dos agricultores de São Lourenço a Serra Gaúcha, em 2007.....	160
Figura 50 – Dentre a produção dos Mühlenberg, há vários exemplos de cultivos trazidos pela EMBRAPA, como o quino, a pimenta e o hibisco.	162
Figura 51 - O fumo no RS entre 2004-2006	168
Figura 52 – Plantação de arroz de base ecológica na propriedade de Silmar Fischer, no Prado Novo, em São Lourenço.	171
Quadro 1 – Organizações participantes inicialmente da Rede de Cooperação Solidária.	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais produtos comercializados pela Cooperativa Sul Ecológica para o PAA entre 2004 e 2006 e variação percentual.	91
Tabela 2 - Valores comercializados entre 2004 e 2006 para o PAA pela Cooperativa Sul Ecológica nos municípios contemplados pelo programa.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARPA-SUL – Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPEC - Conselho Agropecuário
CEASA/RS – Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul
CETAC – Centro de Treinamentos de Agricultores de Canguçu
CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COOMELCA – Cooperativa de Apicultores de Canguçu
COOPAL – Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul
COOPAR – Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul
COOPAVA – Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre Piratini
COOPERTURUÇU – Cooperativa das Atividades Agroindustriais e Artesanais dos Agricultores Familiares de Turuçu
COOPESCA – Cooperativa dos Pescadores Profissionais e Artesanais Pérola da Lagoa
CPORG – Comissão de Produção Orgânica
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRESOL – Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
EED – Evangelischer Entwicklungsdienst
ELCA – Evangelical Lutheran Church in America /EUA
EMATER/RS – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Rio Grande do Sul
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEE – Fundação de Economia e Estatística
FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF/SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
GRIMAD – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
IN – Instrução Normativa

ISAEC – Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
NEMA – Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental
OCS – Organização de Controle Social
ONG – Organização Não governamental
OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PROINF – Programa Nacional de Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais
PROINTER – Programa de Pesquisa Interdisciplinar (PGDR/UFRGS)
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
RS – Rio Grande do Sul
SPG – Sistema Participativo de Garantia
TAR – Teoria do Ator-Rede
TEMAS - Grupo de Pesquisas Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNAIC – União das Associações Comunitária do Interior de Canguçu

CONVENÇÕES

Trechos em *itálico* representam palavras e expressões dos entrevistados ou algum termo em idioma estrangeiro. As aspas foram utilizadas para apresentar conceitos trazidos a partir da bibliografia consultada ou para destacar termos.

SUMÁRIO

1 UMA BREVE APRESENTAÇÃO	18
2 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	20
3 COMO CHEGAR À REDE	29
3.1 EXPLICANDO AS MINHAS EXPLICAÇÕES SOBRE AS EXPLICAÇÕES DOS OUTROS.....	30
3.2 SITUANDO O TEMA: NOVAS TECNOLOGIAS NO MUNDO RURAL.....	33
3.3 MEIO AMBIENTE OU MEIOS AMBIENTES?	36
3.4 A LOCALIZAÇÃO DA REDE	40
3.5 A INSERÇÃO DA PESQUISADORA NO CAMPO	52
3.6 SEGUINDO OS AGRICULTORES NA REDE	56
4 REDES LONGAS, REDES CURTAS.....	65
4.1 A FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES	67
4.2 COMERCIALIZAÇÃO LOCAL.....	71
4.3 A SUL ECOLÓGICA.....	85
4.4 REDES DE COMERCIALIZAÇÃO MAIS AMPLAS	88
4.5 A REDE ECOVIDA E A CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS.....	103
5 OS NÃO HUMANOS NA REDE	113
5.1 AS TÉCNICAS E SEUS POSSÍVEIS PAPÉIS NA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA.....	114
5.2 O SOLO E A TAREFA DE PREPARÁ-LO.....	120
5.3 AS PLANTAS E O MOMENTO DE PLANTAR.....	131
5.4 AS CALDAS E AS PRÁTICAS	136
5.5 AS DOENÇAS E SEUS TRATAMENTOS.....	141
6 EXTENSÃO, PESQUISA... TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA?	147

6.1 EXTENSÃO, PARTICIPAÇÃO, AUTONOMIA: QUANDO OS ATORES SE ENCONTRAM, QUANDO DIVERGEM?	148
6.2 “EU NÃO SEI FICAR EM CASA, ESPERANDO QUE ME TRAGAM AS COISAS.....	158
6.3 O CULTIVO DE TABACO	165
6.4 TRANSIÇÃO PARA ONDE?	171
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS.....	180
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	188
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido	191
ANEXO A - Organizações Participantes do Fórum da Agricultura Familiar	192

1 UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Imagine uma paisagem em que o ruído que se ouve é das atléticas galinhas que ciscam o milho, soltas no terreiro; dos porcos que chafurdam sua comida; das pacatas vacas, que são tratadas somente com compostos homeopáticos e calmamente ruminam o pasto plantado no local ou ainda das várias espécies de abelhas - tubuna, mirim e outras - que polinizam a área ao buscar o mel nas flores.

Neste lugar se pratica agricultura, em espaços que nem de longe lembram extensos monocultivos de soja ou campos alagados para plantações de arroz. Nesse local não há queimadas ou derrubadas de mata nativa. Em pequenos e muito diversificados espaços, a rotação de cultivos é um processo cotidiano: onde hoje tem brócolis, no futuro haverá alface, tomate ou repolho. Os cultivos são inúmeros - 20, 30 ou mais - em propriedades de 10 ou 20 hectares, dos quais ainda se têm considerável espaço de mata nativa preservado.

O alimento que é produzido não tem nenhum tipo de herbicida, pois cada canteiro é capinado manualmente. Para a adubação, é utilizado somente o esterco das galinhas, porcos ou do gado que ali estão, depois de ter servido de alimento para as minhocas.

Utiliza-se também o que é considerado *sujeira*, os “inços”, as ervas espontâneas que não são comercializadas, mas que ajudam a compor a massa verde que aduba a terra e repõe os nutrientes perdidos nas colheitas anteriores. Plantas chamadas de “adubo verde”, cultivadas entre um plantio e outro, servem também a este fim. Desta maneira, a terra nunca fica descoberta e evita-se a perda de solo em momentos de chuva mais intensa.

Os cultivos são, quando possível, consorciados, isto é, são plantados em conjunto – tomate com beterraba, batata-doce com aipim,¹ parreira com aipim e batata-doce –, para fortalecer o solo, equilibrando a demanda por nutrientes, que é diferente para cada planta.

Alguns insetos são motivo de alegria nesse local. A joaninha nas hortaliças, a formiga preta grande nos citros e o besouro na soja são exemplos de insetos desejáveis. Aos demais, é deixado o seu quinhão, principalmente com plantas

¹ Mandioca, macaxeira.

espontâneas como a tansagem² ou com o próprio cultivo, com a consciência de que todos precisam de alimento (“não existe praga, existe inseto com fome”). Neste local quem trabalha é a família, seguindo como relógio a luz do sol.

Essa imagem, bucólica, é o ideal de uma propriedade de base ecológica. Mas “chegar” a esse ideal não é simples. Assim como existem famílias muito próximas dessa situação, muitas vezes “atingir” tal situação não é o objetivo ou é inalcançável, devido a inúmeras particularidades que fazem parte do dia a dia das famílias que estão “trabalhando com a ecologia”, como costumam dizer.

Evitando abordagens analíticas que têm em um modelo específico de agricultura uma imagem de resultado último (seja ele qual for), procuro neste trabalho ver a rede que se forma a partir das experiências e das diversas trajetórias dos atores ligados à produção de base ecológica localizados na região de Pelotas, na Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Busco, desta maneira, não enquadrar a agricultura de base ecológica como um retrocesso (dentro de um pensamento que julga como ideal uma agricultura mais mecanizada), nem como uma evolução final da alma humana, mas sim a seguindo em sua configuração, dadas as estratégias, escolhas e possibilidades apresentadas pelos atores.

² A tansagem (ou língua de vaca) é uma planta rasteira.

2 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Seja como resistência a padrões consolidados – associando-se a uma agricultura “alternativa” ao que era considerado dentro do padrão “convencional”¹ – e mesmo criando novos padrões, mais “sustentáveis”, vertentes como a Agricultura Biodinâmica, Ecológica, Orgânica ou Natural, entre outras, cada uma com suas especificidades e trajetórias, têm no cuidado com os elementos ambientais uma justificativa para propagação e legitimação das práticas produtivas que as envolvem².

Mesmo que algumas dessas práticas não se restrinjam à mobilização em torno dos elementos ambientais – buscam incorporar (em diferentes graus e de diferentes maneiras) também temas como a qualidade alimentar, o processo de acumulação e consumo, as relações de trabalho e mercado, a participação e a organização dos atores, entre outros –, esse é um argumento comum a todas. Com o intuito de evitar fragmentações, descrevi a agricultura de base ecológica em uma rede, articulando-a com fatores de natureza ética, sociocultural e mesmo sociopolítica.

Em busca de uma experiência em que a agricultura de base ecológica estivesse presente de maneira expressiva, em especial na Metade Sul do Rio Grande do Sul³ o estudo foi realizado nos municípios de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul. Essa região conta com um emaranhado de cooperativas, associações, organizações não governamentais, instituições de pesquisa e desenvolvimento que vêm se relacionando ao longo da trajetória de experiência e de construção desta rede específica, mas que é transpassada por outras redes e ligada a outros atores por temas em comum em momentos específicos. Com a consciência de que uma rede não tem começo nem fim, pois se conecta com redes mais longas

¹ Como agricultura “convencional” entende-se aquela ligada ao processo de modernização/conversão tecnológica que culminou na chamada Revolução Verde, principalmente a partir da década de 1970, que contava com importante apoio científico voltado para a produção agrícola intensiva. A agricultura “alternativa”, com suas peculiaridades técnicas, ambientais e socioculturais, emergiu como possibilidade de contestação aos padrões produtivos dominantes ou “convencionais”, questionando não apenas as aplicações técnicas de tais padrões e seus resultados produtivos, mas também a concepção de desenvolvimento que os permeia (ALMEIDA, 2009).

² Evitando deliberadamente discussões ou comparações mais profundas sobre o que cabe a cada nomenclatura, cito o cultivo de alimentos orgânicos, ecológicos ou de outras vertentes próximas neste texto com o termo “agricultura de base ecológica”, salvo quando citado de outra maneira pelos atores.

³ Como parte de um programa de estudos sobre a Metade Sul, o PROINTER, detalhado a seguir.

– e dadas as limitações temporais de uma pesquisa de mestrado –, foi feita a opção por esses municípios.

As redes, nesta perspectiva, além de englobar seres humanos, também permitem mobilizar entidades e objetos. Foi possível, dessa maneira, problematizar as possibilidades de reações relacionadas com a circulação de conhecimento técnico e com as ações ligadas ao tema ambiental.

Inquietações sobre esse tema me acompanham de longa data. Minha formação no curso de Tecnologia em Meio Ambiente, pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, concluída em 2006, foi marcada pelo contato com o mundo da tecnociência, em especial na aplicação da ciência ao desenvolvimento de tecnologias “mais limpas”, aliando-as, sempre que possível, a interesses econômicos. Havia, no decorrer deste curso, a preocupação no aprendizado de como evitar possíveis “impactos ambientais” decorrentes da utilização indiscriminada daquilo que seria considerado recurso para os seres humanos (os elementos naturais), possibilitando assim a continuidade do desenvolvimento econômico.⁴

Esse contato era associado às minhas reflexões sobre a complexidade das relações entre as necessidades humanas de uso dos elementos naturais e as suas demandas de preservação/conservação. Além disso, foi o período em que atuei no movimento estudantil, no qual pude acompanhar alguns questionamentos sobre os ideais desse desenvolvimento e sobre seus possíveis resultados para os seres humanos.

No último ano de graduação passei a ter contato, timidamente, com a Antropologia, a partir de uma pesquisa etnobotânica realizada no entorno de uma unidade de conservação,⁵ no mesmo momento que participava de outro estudo, na Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, este com agricultores familiares, dentre os quais estavam os agricultores de base ecológica.⁶ A partir dessas experiências, ver um ponto de encontro entre minhas antigas

⁴ Perceptível nessa situação a visão de separação entre não humanos – que comporiam uma natureza distinta do social, que “deve” ser protegida – e humanos – seja como degradadores ou protetores dessa natureza, não como parte dela.

⁵ A unidade em questão é a Floresta Nacional de Canela, administrada pelo IBAMA. A pesquisa era intitulada “Levantamento Etnobotânico de Plantas com Potencial Medicinal no entorno da Floresta Nacional de Canela, RS”, da qual participaram botânicos, engenheiros agrônomos, biólogos e antropólogos.

⁶ Intitulada “Uso da Terra com Vistas à Produção Agrícola Sustentável em Localidades de Agricultura Familiar no Estado do Rio Grande do Sul”, com a coordenação do professor Paulo César do Nascimento. Era um trabalho comparativo entre propriedades “convencionais” e de base ecológica, que se ocupava essencialmente com aspectos físico-químicos dos elementos naturais.

inquietações dentro das discussões que envolvem a ampla problemática ambiental e os debates que envolvem o mundo rural e a agricultura foi um dos objetivos norteadores da construção dessa pesquisa.

Iniciei o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) procurando ver na discussão que permeia o “Meio Ambiente” algo além do discurso de sustentabilidade e a normatividade que costuma acompanhá-lo.⁷ Em busca de reflexões especificamente sobre os significados da maneira de manejar a produção agrícola, procurei observar durante esta pesquisa as diferentes argumentações dos atores para justificar suas ações. Tal perspectiva se mostrou essencial para evitar as dicotomias e os juízos de valor que separam a agricultura entre o “convencional” e o ecológico, entre o grande e o pequeno, entre o certo e o errado.

Nesse sentido, a pesquisa que aqui apresento teve o objetivo geral de analisar as inter-relações mantidas entre humanos e não humanos a partir da inserção ou revalorização de práticas que fazem parte da agricultura de base ecológica, seguindo-os em suas ações através da rede sociotécnica.⁸ Interessava-me saber como os agricultores buscam criar contextos, a partir de movimentos de inovação, adaptação ou resistência presentes e como essas práticas trazem novos sentidos para os envolvidos.

Auxiliando na compreensão da problemática ambiental e como uma fonte de aprendizado, situo a minha participação em dois espaços de pesquisa e discussão dentro do PGDR: o grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS) – integrado à linha de pesquisa que se ocupa com as dinâmicas socioambientais, com as inovações tecnológicas e com os mediadores técnicos em espaços rurais – e o Programa de Pesquisa Interdisciplinar (PROINTER), integrado ao Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (GRIMAD).

As afinidades com esses grupos de estudo foram encontradas através da visualização, nesses espaços, de reflexão sobre as diferentes formas de relação das sociedades com os sistemas naturais, perceptíveis em circunstâncias de inovação e

⁷ Normatividade que eu já conhecia de uma experiência em 2003, como militante no movimento ambientalista.

⁸ Este trabalho relaciona-se com a agricultura familiar, ou seja, são unidades de produção agrícola em que a família detém os meios de produção, gerencia e trabalha (mas não somente) na propriedade. Entre suas singularidades, está o uso ativo de mão de obra familiar, menor capital investido em relação às explorações patronais e uma produção voltada ao atendimento das demandas da própria família e não unicamente às necessidades do mercado.

mudança. Nesse sentido, ambas as participações auxiliaram no esclarecimento das inúmeras dúvidas e possibilitaram um melhor planejamento da pesquisa. No TEMAS tive a oportunidade de excelentes contribuições, desde minhas tentativas de estruturação de um projeto até a composição final da dissertação. A participação no TEMAS auxiliou ainda pelas reflexões geradas a partir das discussões relacionadas a diferentes temas dentro da problemática ambiental.

A inserção no PROINTER, que tem seus estudos localizados na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul, influenciou na definição do local da pesquisa. O PROINTER tem seu foco em alguns municípios dessa região do Rio Grande do Sul,⁹ marcada por uma imagem de estagnação socioeconômica, mesmo que em diferentes graus. Este programa, com a proposta de adotar uma perspectiva interdisciplinar, foi concebido a partir do olhar de estudiosos de diversas áreas de conhecimento associadas ao desenvolvimento rural, que contribuem para uma reflexão conduzida pelo conjunto das disciplinas envolvidas, como a Geografia, Agronomia, Ciências Sociais, Enfermagem, entre outras (ALMEIDA et al., 2002).¹⁰

Com uma problemática em comum, o PROINTER adota, a partir de indicadores estabelecidos após uma análise espacial do conjunto dos municípios da área empírica, uma matriz de situações locais que mostram as diferentes relações entre as sociedades rurais e o meio “natural” e permitem a visualização de combinações diferenciadas entre aspectos sociais, econômicos, técnicos e ambientais.

Para tentar mostrar a diversidade presente, procurei inicialmente identificar a rede que abarca a agricultura de base ecológica. Os inúmeros atores que nela estão, humanos ou não, mantêm nós pelos quais circula esse conhecimento, que envolve objetos, saberes e também ideais e vontades.

Outro objetivo do trabalho foi o de analisar, segundo a perspectiva dos atores, quais as implicações dessas técnicas, de modo a entender como se configuram possíveis estratégias, justificações e significados desenvolvidos pelos atores nesta

⁹ São eles: Canguçu, São Lourenço do Sul, Chuvisca, Encruzilhada do Sul, Cristal, Camaquã, Santana da Boa Vista e Arambaré. O município de Pelotas não se encontra nesta lista, mas foi incluído neste trabalho pela importância já explicitada.

¹⁰ Esse contato contribuiu para o meu próprio hibridismo. Mesmo sem chegar a um trabalho interdisciplinar, estava determinada a transitar por algumas disciplinas. Em minha incursão multidisciplinar no período do mestrado me aproximei principalmente da Antropologia, da Sociologia e da Agronomia. Nesta última em especial tive ótimos professores: os agricultores me ensinaram diversas técnicas produtivas com as quais eu nunca havia tido contato.

rede, a partir do entendimento de que as preocupações ambientais são ou não pertinentes e possíveis.

Preocupei-me em apreender as diferentes formas de engajamento, de reorganização ou mesmo de resistência a determinadas práticas, evidenciando como enfrentam os desafios cotidianos, a partir do entendimento que as preocupações ambientais sejam ou não consideradas importantes e viáveis para a sua reprodução social, a partir do amplo leque de possibilidades da condição humana e suas particularidades. Fugindo de idealizações da agricultura de base ecológica, este trabalho foi construído de maneira a mostrar as experiências que envolvem a rede – incluindo as inúmeras dificuldades apresentadas.

Mesmo que nem sempre os resultados sejam os esperados, há o engajamento, expresso de maneiras diferentes entre os atores – em algumas situações mais intensas, em outras menos – que representam as escolhas em função de uma série de situações, algumas conflituosas, que fazem parte da realidade das famílias e da agricultura de maneira geral.

Acompanhar a agricultura de base ecológica onde ela estivesse, entender os motivos, as adaptações e mostrar suas experiências, ouvir as demandas e argumentações dos atores envolvidos no processo, para poder dar voz àquilo que é importante a eles foi a tarefa que me propus a desenvolver neste estudo.

Ademais, procurei perceber as diferentes maneiras de mediação sociotécnica e suas possíveis influências na valorização e manutenção dessas técnicas. Busquei ainda, com o aprofundamento do referencial teórico, observar não somente os resultados da intervenção humana para as plantas ou para o solo, mas também o contrário: ver as influências desses elementos e das técnicas agrícolas na vida dos humanos e o trabalho de mediação presente.

Essa empreitada se mostrou complexa. Preparar o solo, semear aveia, ervilhaca, mucuna, feijão-miúdo (as adubações verdes), aplicar adubo líquido, semear beterraba, limpar a *sujeira* (inços) que crescia com a cenoura, alface e espinafre, colher feijão, arroz, batata-doce, batata-inglesa, pinhão, amendoim, bergamota, nozes, trilhar a soja,¹¹ arrumar os produtos para a feira ou para a entrega à cooperativa e, para aqueles que fazem feira, vender os produtos,

¹¹ Como é uma leguminosa, o grão de soja está envolvido por uma vagem. Trilhar é o processo de retirar o grão de seu invólucro natural.

recebendo (ou não) o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, são atividades que fazem parte da vida dos agricultores familiares de base ecológica da região sul do Rio Grande do Sul e que tentei, por alguns meses, acompanhar.

Cada uma dessas tarefas exige o conhecimento das diferentes etapas do processo e das técnicas que possibilitam a produção, que não conta com a “facilidade” proporcionada pelo uso de dessecante, pesticida, adubo sintético e muitos outros, e reflete tanto na força de trabalho e nos índices de produtividade, quanto no tempo despendido. A agricultura de base ecológica é considerada pela maioria desses atores como mais trabalhosa, mas também permite que haja vida no solo, que os alimentos sejam mais saudáveis e que os elementos ambientais sejam manejados de maneira a preservá-los, o que compõe uma preocupação expressiva por parte dos atores diretamente envolvidos.

Nesse sentido, a perspectiva que será aqui utilizada procura entender como ocorrem esses processos de mudança e adaptação, materializados em novas técnicas e também em releituras das práticas locais já estabelecidas, seja por intervenções anteriores, com outras justificativas (como a mecanização dos processos agrícolas) ou ainda pelos saberes locais experimentais.

Mas fujo do simples objetivo de instrumentalizar o conhecimento das pessoas, o que já tem sido feito por muitas instituições de pesquisa e de desenvolvimento. Muito mais importante do que isso é reconhecer as experiências e os significados das escolhas tomadas ao longo da vida, que fizeram com que hoje esse modo de produzir tenha tomado tal proporção, principalmente na vida dessas famílias, mas também para a organização dessa rede na região.

É possível assim mostrar esse conhecimento, que traz consigo um mundo de objetos que se relacionam diretamente com os atores humanos, híbridos, pois uma das maneiras de expressão da importância da problemática ambiental na agricultura está nas práticas produtivas de base ecológica. Mas mais do que listar os objetos ou as técnicas que aí estão, a ideia é trazer o olhar para dentro dessa realidade e mostrar como os atores humanos interagem com essas práticas, entendidas como as melhores ou como as necessárias para as suas alternativas de ação.

Para abarcar as ponderações presentes neste trabalho, assumindo uma perspectiva pragmática, de observar e ouvir os atores – mantendo o foco analítico naquilo que fazem e valorizam segundo o seu ponto de vista – procurei perceber as

estratégias de reprodução social diante dos inúmeros elementos demandados a esses atores, com constantes delimitações e negociações da sua interação e das suas margens de manobra.

De maneira a evitar a polarização entre modos de produção convencionais ou alternativos, o referencial teórico é pautado pela análise das especificidades dos resultados construídos do ponto de vista dos atores, isto é, a(s) maneira(s) como eles veem e participam do processo, sempre através das associações na rede. É uma rede que é social e também técnica, que não se restringe aos humanos, mas também considera como atores os objetos que assumem importância no processo, dada a sua capacidade de agência.

Essa abordagem, que valoriza a presença dos não humanos, também é adotada no sentido de repensar a posição de uso/recurso dos elementos naturais, com o objetivo de tornar possível a análise, de maneira dinâmica, da relação entre o sentido das estratégias de ação humana e o dos objetos, dos valores e dos fatos.

Diante desse contexto, as formas de adequação e de organização produtiva que os atores dispõem são diversificadas. A partir disso, fui à área de pesquisa com as seguintes questões: como a adoção de práticas agrícolas de base ecológica suscita adaptações (materiais e imateriais) nos atores? Quais as motivações para os atores se inserirem e se manterem nessa rede?

Dada a dinamicidade de uma rede e das controvérsias que dela fazem parte, as hipóteses que orientaram esse trabalho foram, deliberadamente, amplas. Essa foi uma opção tomada a partir da consciência de que, se a proposta era seguir os atores na rede, eu não poderia tão facilmente tentar prever aquilo que se constituiria na forma de rede.

Mas hipóteses foram formuladas, para orientar, na medida em que fosse possível, a pesquisa. Uma delas é a de que os valores e significados atribuídos às técnicas receberiam influências externas, influências que são dinâmicas. No processo de mediação, o que antes era atribuído ao positivo e moderno hoje teria a possibilidade de ser tratado como sinônimo de mau uso dos elementos não humanos. Desta maneira, os significados dados anteriormente à agricultura, que passavam pela concepção produtivista, desenvolvida para curto prazo e com forte viés econômico, estariam ganhando novas atribuições em situações que priorizam o uso de práticas consideradas ambientalmente corretas, dentro de uma noção que se

sustenta ao longo do tempo, em uma perspectiva a qual possa atender a diferentes demandas e possibilitar mais espaço para a experimentação.

Ainda como hipótese, entendia que as mudanças nas técnicas não somente promoviam modificações no meio ambiente físico, mas também representariam a constituição ou revalorização de novos sentidos estabelecidos entre os agricultores e os elementos ambientais.

Esses sentidos podem estar relacionados à qualidade dos alimentos produzidos, à minimização dos “impactos ambientais” gerados no processo produtivo intensivista, às melhorias das condições de trabalho a qual se expõem os agricultores, a alterações de valores no processo de acumulação e consumo, a uma reaproximação aos conhecimentos experimentais adquiridos sobre as técnicas utilizadas, às transformações nas relações com o mercado e ainda à importância da participação e autonomia dos atores. Mas isso não exclui a lógica produtivista, que é tão marcante na agricultura. Essa lógica existe, mesmo entre os agricultores “de base ecológica”, expressa de diferentes maneiras e em diferentes momentos.

Considerava ainda que as práticas de base ecológica poderiam demonstrar engajamentos e afinidades diversos, sejam elas junto a organizações conservacionistas ou ainda seguindo uma lógica de adaptação ao mercado consumidor que permitisse a manutenção da propriedade (sendo que uma possibilidade não exclui a outra).

Disto resultam variações, em maior ou menor intensidade, sobre o modo como os agricultores familiares percebem e se relacionam com os elementos “naturais” e com as técnicas, situação visualizada de modo heterogêneo tanto nas estratégias de ação quanto nos discursos referentes ao assunto, que passariam por um processo de assimilações e adaptações. Emergem, desta maneira, variadas motivações no que as pessoas fazem, em sistemas complexos de ação que envolvem seus valores e necessidades.

Esta dissertação não foi redigida a partir de uma ordem cronológica, mas sim tentando manter uma lógica na conexão dos fatos. Os atores são apresentados ao longo do texto, na medida em que se tornam relevantes no contexto das situações. No próximo capítulo, apresentarei a construção desta pesquisa, seja pelo olhar dado a ela e a importância dada aos objetos, pela conjuntura na qual se insere o tema proposto

(da agricultura e suas técnicas, relacionando-as à problemática ambiental), pela difícil escolha da delimitação geográfica dessa rede e, por fim, pela entrada em campo.

No quarto capítulo, apresento a rede e as ligações entre os atores humanos nela envolvidos: as cooperativas, os agricultores, as organizações não governamentais. Com essa apresentação é possível discorrer acerca das conexões que envolvem os atores locais e daquelas que os unem com redes mais abrangentes, como a Rede de Cooperação Solidária, a Rede Ecovida de Certificação, entre outras. Nesta apresentação, primeiro o *antes*, contando como as alianças foram sendo formadas, seguido do *agora*, no qual essas alianças se fortalecem ou são realinhadas, mas sem me aventurar no *futuro*, pois de maneira nenhuma procurei ser normativa a ponto de dizer como devem ser as práticas na rede.

Após, no capítulo 5, a reflexão discorre sobre os não humanos. Isto é, além de agricultores, consumidores e instituições de pesquisa e de assistência técnica, que são descritos nesta pesquisa, também técnicas de produção, fertiprotetores, homeopáticos, agroquímicos, produtos inovadores, plantas nativas, como o butiá e o ananás, ou cultivadas, como a batata e o feijão, entre muitos outros estão presentes, mobilizando os demais atores dessa rede.

Por fim, um capítulo dedicado em especial aos resultados do trabalho de mediação sociotécnica realizado pelos atores humanos. Incluem-se aí as diferentes maneiras de mediação, processo no qual procuro inserir também os não humanos, pensando em situações em que os atores humanos desenvolvem e/ou transmitem as técnicas, mas também as técnicas medeiam as ações e as organizações medeiam a produção, a comercialização, os conhecimentos, a “causa”. Serão abordados ainda a presença do fumo no município e, por fim, as implicações de um possível processo de “transição” de agriculturas.

É importante levar em consideração que, apesar de dividir a dissertação em capítulos e subcapítulos para fins analíticos, cada parte desta pesquisa tem ligação, considerando que os diferentes atores desta rede se conectam em distintos momentos e de distintas maneiras. Isto é, a ordem como eles aparecem não tem o intuito de hierarquizá-los.

3 COMO CHEGAR À REDE

Cabe esclarecer, de início, os rumos tomados neste estudo sobre a agricultura de base ecológica. Com o objetivo de visualizá-la em uma rede, foi adotada uma perspectiva de seguir os atores envolvidos. Ou seja, ao reconstituir essa rede, a metodologia utilizada durante a pesquisa se orienta para a ação dos atores, situação na qual o pesquisador procura recusar-se a objetivar mais que os atores e assim busca expor as ações e as maneiras como as pessoas criam contextos, com intencionalidade.¹

Importante salientar que essa tentativa de dar voz aos atores se estendeu também a outros seres, além dos humanos, como um expressivo reflexo das opções teóricas adotadas, principalmente no que diz respeito à Sociologia da Tradução. Os objetos que emergem serão entendidos como atores, ou *actantes*,² por modificarem sentidos estabelecidos entre os humanos.

A partir disso, foi tecida uma rede que mobiliza objetos, entidades e pessoas – agricultores, instituições de pesquisa e desenvolvimento, consumidores, extensionistas –, técnicas de produção, produtos inovadores, plantas, solo, entre outros. Dar voz a esses atores, inclusive os não humanos, marca uma diferença em relação às redes geralmente abordadas na agricultura de base ecológica.³

Porém, falar na rede sociotécnica, estendendo a agência a outros seres além dos humanos, não é no sentido de igualá-los, mas sim de abrir a possibilidade de pensar a multiplicidade de mundos que emergem como importantes e o seu hibridismo, mesmo que em situações específicas tragam à tona tensões e gerem mudanças.

Mas como descrever, nestes termos, tal rede? Neste capítulo contarei, inicialmente, como me aproximei da rede que se forma a partir de dessa produção, procurando perceber qual o lugar das técnicas e dos elementos naturais.

¹ Essa discussão está muito fundamentada, neste caso, no debate entre a sociologia crítica e a sociologia da crítica, representados, respectivamente, por autores como Bourdieu e colaboradores e Boltanski e seus colegas (BENATOÛIL, 1999). Aqui me esquivo de tal debate, que considero profícuo - e mesmo necessário -, mas que não caberia aos propósitos desta dissertação.

² O conceito de ator que será adotado neste trabalho é explicado na Teoria do Ator-Rede (TAR) pelo seu poder de agência, sejam eles humanos ou não. Essa concepção será explicitada ao longo do texto.

³ Falar em redes é muito comum na agricultura de base ecológica. As articulações florescem em quantidade crescente, na tentativa, muito recorrente, de fortalecimento.

3.1 EXPLICANDO AS MINHAS EXPLICAÇÕES SOBRE AS EXPLICAÇÕES DOS OUTROS⁴

A busca por caminhos etnográficos ocorreu, principalmente, orientada pela influência da Teoria do Ator-Rede (TAR ou, em inglês, Actor-Network Theory – ANT), a partir do desafio de adotar uma perspectiva de seguir os pontos de vista dos atores, fossem eles humanos ou não. Representada por autores como Bruno Latour, John Law e Michel Callon, esta é uma abordagem teórico-metodológica que não é pautada exclusivamente pela observação das técnicas, nem exclusivamente ligada aos valores humanos, por entender que assim é possível respeitar a dinâmica, nem sempre hierárquica ou linear, das associações presentes entre os seres.

Ao seguir estas associações, busquei captar o grande número de regimes de ação que coexistem, sem reduzi-los em categorias segundo sua ontologia, mas sim me propondo a mostrar a importância que tais ações (e tais objetos) tem para os demais atores.⁵

Essa teoria sugere que sejam descritas as relações que são simultaneamente materiais e “semióticas”, em uma mesma rede (BENATOÜIL, 1999). Procurei, portanto, tratar sem segmentações o tecido social, isto é, sem separar elementos reais, sociais ou narrados e sem ignorar os objetos que emergem, pois o objetivo aqui foi o de abrir a possibilidade de seguir a produção das diferenças, na qual os actantes traduzem constantemente seus discursos, suas práticas, seus interesses, suas identidades e saberes.

Com a pretensão de realizar uma etnografia do mundo contemporâneo em que não se faça uma separação entre moderno e primitivo, o enfoque presente propiciou que se combinassem dados da observação e da indagação, possibilitando considerar conjuntamente ação e representação, no contexto das circunstâncias que se desenvolvem (FELDMAN-BIANCO, 1987). Neste sentido, esta pesquisa ocorreu no campo da descrição dos diferentes sentidos dados a temas comuns à rede, dentro da agricultura de base ecológica.

⁴ Inspirada em Geertz (2008).

⁵ Falar em seres actanciais e também nos significados gerados por essas ações permite me esquivar de teorias como as da antropologia cognitiva ou outras que tratem de seres psicológicos.

Com a consciência das limitações de um trabalho científico, que por mais que se proponha descritivo, também é analítico, ao menos me afasto de uma pretensão de decodificar o sentido (mais) *verdadeiro* das ações das pessoas: sempre foi mais relevante ouvir os atores e suas construções argumentativas, utilizadas para fazer as críticas e julgamentos, do que buscar o desvelamento de categorias implícitas. A descrição aqui é sobre o olhar dos atores locais, com base em trabalho de campo de cunho etnográfico, a partir de metodologia qualitativa, na qual a observação participante e o diário de campo foram essenciais, auxiliando na busca por reflexões acerca do entendimento dos atores sobre a agricultura de base ecológica.

O foco foi dado às relações entre agricultores, mediadores, objetos, técnicas, entre outros, com a intenção de realizar uma reflexão sobre a complexidade dos significados que hoje emergem na interface sociedade/“natureza”⁶ no âmbito da agricultura, diminuindo possíveis distanciamentos entre esses seres.

Utilizo o princípio da simetria. A simetria generalizada, oriunda do princípio blooriano de simetria, propõe a construção de um quadro comum para interpretar o caráter dinâmico da “natureza” e da sociedade. Em princípios próprios de uma antropologia simétrica, recusa-se a superioridade estratégica do pesquisador sobre o nativo e a imagem da ciência como padrão do pensamento, especialmente no que diz respeito ao entendimento das relações entre os diversos mundos existentes e suas respectivas verdades⁷.

Assim, como menciona Latour (2005), a mobilização em torno dos objetos se torna mais importante do que a diferenciação (e categorização) entre seres vivos e não vivos, entre humanos intencionais e objetos não intencionais, expandindo a reflexão para os objetos aos quais os humanos se associam e os desafios de coabitar com eles que a partir disso se desenvolvem.

É a tentativa de simetrização que fez com que eu procurasse me desfazer de dicotomias ao abordar tais desafios. Indo além da visualização de estruturas dominadoras, mas sem ignorar influências externas, procurei mostrar algumas

⁶ Com a consciência da impossibilidade de cristalizar “sociedade” e “natureza” em humanos e não humanos – entendendo que o social também é natural e que o natural também é social - quando falo de “natureza”, ou elementos “naturais”, referindo-me aos não humanos, preciso do apoio das aspas. O termo é utilizado nesse sentido (relacionando-o com o social) para enfatizar a separação existente e a necessidade de revisão que se faz presente.

⁷ Contribuições importantes têm sido dadas por autores como Latour (1994a; 2004b) e Viveiros de Castro (2002), entre outros. Não é possível aqui esgotar o tema.

experiências que compõem o mundo contemporâneo, sem me preocupar em partir da separação entre agricultura “convencional” e “ecológica”, pois na prática nem sempre há uma fronteira estritamente definida entre uma e outra.

Assim como existem propriedades que possuem somente sistemas de produção agroecológicos, também pode haver, em uma mesma propriedade, por exemplo, áreas bem delimitadas de policultivo de base ecológica e de tabaco ou de outros cultivos com uso de agroquímicos. Desta maneira, a agricultura foi visualizada não a partir de polos contrários, com seus respectivos olhares críticos sobre o polo oposto, e sim mostrando a diversidade de olhares.

Também evito partir de categorizações dicotômicas como as feitas entre “opressores” e “oprimidos”. Assim o faço, pois ter a pré-noção de que os agricultores de base ecológica seriam os “dominados”, idealizados ou vitimizados e, opostos a eles, estariam os “dominantes”, poderosos, traria o risco de reduzir as inúmeras motivações, estratégias e, principalmente, as trajetórias e experiências dos atores desta rede, além de superestimar as estruturas nas quais eles estariam submersos⁸.

Afinal, assim como a construção da imagem de uma propriedade familiar de base ecológica idealizada, “perfeita”, também uma imagem dessas propriedades somente com características pejorativas (descapitalizada, “atrasada” e outras associações análogas recorrentes) não cabem. Pelo contrário, em muitos locais a agricultura de base ecológica alcança níveis de organização e mesmo de satisfação importantes para os atores, com o resgate positivado de tecnologias consideradas “defasadas”, mas também lançando novas técnicas ou se adaptando a outras⁹.

Todavia, as simetrias são permanentemente desfeitas pelos atores. Por exemplo, a contraposição entre “o que era” (convencional) e “o que é” (de base ecológica), para os atores remete constantemente a uma causa inicial da mudança operada pelos agricultores: a contestação de um modelo de agricultura vigente, fazendo com que suas ações fossem alvo de reflexão e de realinhamentos.

⁸ O mesmo pode ocorrer quando se fala em “crise ambiental”: ou a “natureza” é vítima do ser humano degradador, ou ela é poderosa e onipotente.

⁹ Ainda no sentido de se desfazer das dicotomias, cabe aqui a lembrança de que o discurso ambiental não se restringe à agricultura familiar. Outros segmentos no meio agrícola e rural também aderem, com as suas respectivas justificativas, à produção de base ecológica.

3.2 SITUANDO O TEMA: NOVAS TECNOLOGIAS NO MUNDO RURAL

Tinha a fase do ‘tirar da terra’. Foi [na localidade] nos anos 80 [...], por aí. Só se tirava da terra. Naquele tempo era essa a lógica (RENATO HOLZ, Remanso, Canguçu).

O relato acima, de Renato, agricultor do Grupo de Agricultores Ecológicos de Remanso, vinculado à Associação dos Pequenos Agricultores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL) e à Cooperativa Sul Ecológica, chama a atenção para esse período de intensificação do processo de difusão de tecnologias na agricultura. Trazidas e consolidadas como as mais “adequadas”, pelos altos e rápidos níveis de produtividade alcançados, ele lembra que muitas vezes elas não eram acompanhadas da preocupação de repor ao longo do tempo os nutrientes retirados do solo junto com os cultivos. Renato cita o cultivo da soja que, em larga proporção, permanece nessa lógica.

A chamada “modernização conservadora”, assunto de grande debate a partir dos processos que culminaram na Revolução Verde,¹⁰ ocorreu de forma heterogênea, mas com um forte enfoque intensivista e produtivista, baseado historicamente em padrões de desenvolvimento importados. Ainda hoje são aplicados em locais com realidades distintas, mesmo com a visualização de resultados frequentemente relacionados pelos atores com o crescimento das diferenças sociais e degradação ambiental em várias regiões do planeta.¹¹

Esse padrão integrou o rural e a agricultura a novas formas de racionalidade produtiva e mercantil. Sobre esse período, Almeida (1997, p. 38) lembra que, através da “ação conjugada do Estado, das indústrias agroalimentares e de uma camada de agricultores ‘empresariais’, o ‘setor’ agrícola se insere cada vez mais no sistema econômico”, buscando a modernização do que era entendido como arcaico.

¹⁰ Obviamente, o processo de inovação tecnológica na agricultura é muito mais abrangente do que o pacote da Revolução Verde. As inovações técnicas, relativamente lentas, são manejadas localmente há muito tempo. Para um detalhamento, ver Ehlers (1999).

¹¹ Essa discussão é feita por muitos autores. Baseei minhas leituras em Almeida (1997). Pode parecer contraditório falar sobre problemas gerados pela modernização logo após a exposição, convicta, de um olhar simétrico. Mas, repito, a simetria é constantemente desfeita pelos atores. Não é possível falar de produção de base ecológica sem falar do processo no qual essa produção é justificada pelos atores, como uma contestação aos resultados relacionados a essa modernização.

E ainda, como nos diz Raynaut (2006), essa busca pelo desenvolvimento econômico ocasionou, muito mais do que a opressão por força física, a inserção de princípios morais na sua legitimação, em que esse desenvolvimento é tido como “valor a ser seguido”.

Todo esse processo foi (e permanece sendo) legitimado por modelos científicos. Diferentes disciplinas dedicam estudos para o refinamento de processos produtivos que acelerem os ciclos naturais e para o melhoramento genético de sementes e animais. Argumentos sobre a melhor maneira (ou a “necessária”) para o tratamento dado aos processos agrícolas englobam, ainda, a solução da “fome no mundo” e tem em uma agricultura voltada à exportação o caminho, passado e futuro, do Brasil.

A defesa de tal concepção tem importantes consequências para as práticas de intervenção que consideram a capacidade técnico-científica como competente para resolver os “problemas ambientais”. Com isso, adere-se à dicotomia natureza/sociedade, com a ilusão de que uma sociedade avançada, moderna, seria fundamentada nessa delimitação (LATOURET, 1994a), em que naturezas-culturas são preteridas em relação ao saber científico, o que levaria a crer que a ciência possui um desenvolvimento praticamente independente do social.

Nesse sentido, as transformações técnicas verificadas na Revolução Verde representariam o encontro de dois grandes processos: o desenvolvimento econômico e o científico, quando a ciência se coloca à disposição das técnicas, com o esforço de industrializar a agricultura (BRANDENBURG, 1996). Essa tentativa de industrialização da agricultura teria duas ênfases básicas, uma pensando na eficiência e na produtividade do trabalho que proporcionem mais lucro e outra com a finalidade da manutenção da divisão social do trabalho e da especialização das funções (PROGRAMA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR, 2008).

Mas todo esse processo é acompanhado pela crítica aos resultados (presentes ou futuros, sub ou superdimensionados) gerados pelo intensivo uso dos elementos naturais (EHLERS, 1999) e ao entendimento de que a “natureza” é um recurso a ser explorado pelo ser humano. Procurando problematizar os resultados de uma agricultura produtivista e tecnicista, essa premissa encontra correntes que constatarem que ele não seria aplicável a todos os povos, dando ênfase a aspectos tais como a “[...] coexistência conflitual entre civilizações muito diferentes, em que a

dominação é uma reação bem mais frequente que a solidariedade, e onde muitas vezes essa relação é fonte de opressão e miséria” (ALMEIDA, 1997, p. 35).

Junto - ou como reação - a esses processos em curso na agricultura, assistem-se a tentativas de assimilação da problemática ambiental através de modelos técnico-produtivos tais como o ecológico, o natural, o permacultural, entre outros (EHLERS, 1999), que têm como objetivo essencial a minimização dos efeitos negativos percebidos nos modelos produtivos “convencionais” presentes - visualizados em diferentes graus e com diferentes olhares sobre o que seria mais degradante.

Essas ressignificações da agricultura trazem resultados para as diversas formas de ação realizadas do meio rural, sejam através de poder público, organizações não governamentais, comerciantes, lideranças comunitárias e outros atores que interagem com agricultores e agricultoras familiares. Mas, considerando que durante muito tempo a intensificação da lógica da produtividade a partir de uso indiscriminado dos elementos naturais foi (e ainda pode ser) vista como referência daquilo que era valorado como certo, uma exigência por mudanças de técnicas (como adaptações em função da problemática ambiental) também é um processo complexo.

Percebe-se tal situação quando essas transformações mantêm distantes os aspectos socioculturais dos ambientais, já bastante separados pelo processo de integração ao mercado, no que diz respeito ao espaço dado para a estruturação de saberes experimentais acumulados e até mesmo aos interesses e prioridades das famílias, com efeitos sobre as diversas classes e/ou grupos sociais, redefinindo identidades em função disso.

Contextualizando as influências e estímulos que recebem os atores e os diferentes vínculos projetados diante do assunto, o estudo de mudanças nas práticas e seus respectivos resultados deve ser realizado com o entendimento das manifestações de justificação presentes entre os atores. Estes, em contexto de ação, têm sentidos diferentes sobre o modo de cultivar a terra e também de se relacionar com essa prática, de acordo com a concepção do que seja mais legítimo e adequado no momento.

Com o entendimento de que a eficiência de uma propriedade agrícola não se dá somente pela medição de parâmetros econômicos, baseados em indicadores

como produtividade, custos de produção, lucro, entre outros, mas também pelos demais aspectos da vida social, o enfoque na complexidade das relações que envolvem as redes sociotécnicas permite incluir também os diferentes interesses e concepções em disputa e as relações sociais de proximidade marcadas pela reciprocidade, pelas trocas técnicas ou pelos contatos, comerciais ou não. Sem estabelecer uma fronteira delimitada entre especialistas e leigos na construção dos conhecimentos que envolvem as práticas, é possível perceber uma construção conjunta entre os atores (SABOURIN, 2001).

Os agricultores – e os diversos atores com os quais eles se relacionam – mantêm uma série de vínculos, fluxos de conhecimento e de práticas em torno da produção (SABOURIN, 2001). Na compreensão da multiracionalidade que segue o agricultor diante das mudanças que se depara, nesse caso a partir da problemática ambiental que lhe é repassada (também relacionado à “atualidade” do tema), não se pode observar somente modificações nos padrões de produção, mas também ressaltar as interações e a complexidade que existe na sua dinâmica social, entendendo como os agricultores e agricultoras reagem às mudanças tecnológicas de cunho ambiental e em que medida estas forças reconfiguram as relações locais.

Não trato aqui de englobar todas as coisas em um mesmo conceito, mas sim de perceber as práticas que dizem respeito aos objetos e as articulações que poderiam ser capazes, contra a possibilidade de propor uma situação que se pretenda final, em que uma transcendência permitiria o reconhecimento de uma vertente ou segmento como uma expressão do que constitui como a convergência de tudo, como alerta Stengers (2007).

3.3 MEIO AMBIENTE OU MEIOS AMBIENTES?

Vertentes produtivas que têm na conservação dos elementos naturais uma forte argumentação para sua propagação e legitimação agregam às técnicas agrícolas a discussão do uso dos elementos naturais, gerando novos significados sobre a maneira que seria a mais correta para a produção agrícola. De tal situação

surgem as “necessidades” de adaptação e também as controvérsias, em que cada ator tem suas justificativas para modificar ou não suas ações.

Mas o que, afinal, é um fato relevante para a preservação e a conservação do planeta? Na discussão da problemática ambiental, Latour, Schwartz e Charvolin (1998) dizem que foi necessário que fosse construído um “Meio Ambiente”, global e singular, na unificação dos meio ambientes naturais existentes, tão variados. Com isso, são estabelecidas demandas globais (ou globalizadas), em redes longas e mais abrangentes, como o efeito estufa e o desmatamento da Amazônia, as quais passam a ser responsabilidade do todo da produção humana, que permaneceria complementar à “natureza”.

Essa centralização em alguns assuntos, que comporiam a “crise ambiental”, possibilita o estabelecimento de alguns novos consensos e lugares-comuns, mas não os exime de se tornarem controvérsias, por mobilizarem diferentes atores e reunirem os mais diversos argumentos, trazendo consigo discussões que podem representar mudanças e delimitações às ações locais.

Da importância dada a temas como mudanças climáticas, extinção de espécies animais e vegetais ou desmatamento, que se expandem às mais distintas realidades e se associam com conhecimentos experimentais acumulados, emergem novas maneiras de se relacionar com os elementos naturais. Nesse contexto, manter o Meio Ambiente no singular é resultado de um trabalho de estabelecimento e ordenamento dos elementos ambientais por parte dos humanos, mobilizados pelas ações de preservação (LATOURE; SCHWARTZ; CHARVOLIN, 1998).

Mas segundo Latour (2004a), uma crise ambiental seria na verdade muito mais uma crise de representatividade – de todos os objetos, inclusive dos que são criados pelos humanos. Isto é, objetos sem risco passam a apresentar risco dentro das representações humanas dos elementos “naturais”:

[...] não se passa um dia sem que sejamos obrigados a integrar em nossas preocupações novos seres que não conhecemos ou que havíamos escolhido ignorar: os elefantes da África, as florestas da Amazônia, as geleiras imaculadas da baía de Valdez, as algas do mar do Norte, e esse ozônio, gás inerte que era considerado perfeito (LATOURE; SCHWARTZ; CHARVOLIN, 1998, p. 96).

Mas, afinal, essa luta entre proteção e devastação é somente humana, na qual plantas, cursos d'água e animais são apenas objeto de disputa entre defensores e poluidores? Entende-se que mantê-los separados – os humanos com o papel de degradadores ou de protetores, e esses elementos, sejam eles fragilizados e passíveis de proteção ou como recurso, passíveis de exploração – não é o central da análise.

Segundo Latour (1994a), no lugar da divisão entre fatos e valores ou entre “natural” e social, a diferença está entre redes curtas de relações de atores humanos e entidades naturais e redes longas, que poderiam chegar a abranger tudo o que conhecemos. Portanto, a modernidade não seria uma época específica, mas uma atitude, em que prevalece a crença nessas separações¹². Em um processo em que o universal determina o particular, a construção deste “Meio Ambiente”, que unifica as inúmeras possibilidades de meios ambientes existentes, permite que sejam constituídas demandas globais, as quais passam a ser responsabilidade do todo da produção humana e assim influenciam no delineamento das interações entre diferentes coletivos.

Nesta rede de agricultura de base ecológica, os engajamentos e motivações que abarcam a relação com os elementos não humanos que fazem parte do dia a dia dos agricultores (tais como o solo, as plantas ou a água), foram construídas ao longo do tempo, de maneira dinâmica, constantemente renovadas a partir das inter-relações entre redes locais e outras, mais abrangentes.

E nessas inter-relações há maneiras de manejar os elementos naturais que nem sempre “encaixam” ações e significados locais com as intervenções que ali chegam em função de discussões externas, introduzidas e/ou intensificadas por meio de agentes fiscalizadores (de diferentes esferas), por mediadores sociotécnicos, por meios de comunicação e outros. É possível notar, nesse processo dinâmico de mudança de significado e de construção de discursos ambientais, que aquilo que antes não apresentava problemas, por exemplo, retirar árvores nativas,

¹² Para entender a modernidade proposta por Latour (1994a), é preciso pensar em dois tipos de práticas distintas: a tradução e a purificação, que aparentemente se opõem, mas atuam juntas. A tradução é demonstrada pelos híbridos de “natureza” e “sociedade” (*matters of concern*, “as coisas que constituem *causas*”, segundo Latour, 2004b, p. 2, grifo do autor, isto é, os não humanos que têm e/ou provocam sentidos), enquanto a purificação as separaria em duas zonas ontológicas, sujeitos observadores e objetos observados.

utilizar agroquímicos ou caçar animais silvestres, adquire novos sentidos e se torna alvo de cuidados.

Problematiza-se, com isso, uma visão de que seríamos (os seres humanos) todos diferentes, sob um mesmo pano de fundo, a natureza (sem os humanos). Para Descola (2005), não se trata mais de comparar as várias culturas tendo uma única forma de entender “o natural” e sim entender suas diferentes noções em diferentes coletivos.

Essas abordagens rejeitam uma homogeneização da natureza. Com isso, torna-se necessário rever as imagens de natureza selvagem (em um polo), que precisaria ser domada, ou de natureza frágil (em outro polo), que precisaria ser protegida, em concepções que pressupõem que a natureza estaria à parte do social¹³. Latour, Schwartz e Charvolin (1998) sugerem que esse debate sobre os elementos naturais e as “crises ambientais” passaria pela explicitação do processo de socialização desses elementos, baseado na ideia de que as prioridades escolhidas como problemas globais da presumida crise são resultantes da adoção de valores aos fatos.

Percebe-se que a tentativa de separar o que é construído pelo ser humano e o que pertence ao meio físico demonstra, não obstante, a dualidade presente a qual considera que a “natureza”, como a entendemos, existe independentemente da sociedade, mesmo quando ela parece tão dependente de nossa proteção ou das transformações que realizamos. Nesse sentido, mais do que consequência do histórico comumente apresentado do ambientalismo mundial (Relatório Brundtland, ECO 92, Protocolo de Kyoto etc.), a relevância dada à problemática ambiental se situa dentro de um processo dinâmico, com implicações para a organização, para o pensamento e para a elaboração dos construtos humanos, segundo suas prioridades e necessidades.

¹³ Dentro das múltiplas dimensões da “natureza” há diferentes abordagens, que envolvem fatos e também valores, mas o objetivo não é exaurir as conceituações dadas, e sim reconhecer a importância e a pertinência atual de refletir sobre esses papéis dados a ela.

3.4 A LOCALIZAÇÃO DA REDE

A partir de tais perspectivas explicitadas anteriormente, pode-se agora chegar à área de estudo, localizada no Rio Grande do Sul (Figura 1), estado mais ao sul do Brasil.



Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul, Brasil.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004 apud FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER, 2009a).

Com a consciência de que a constituição de uma rede é dinâmica, é necessário enfatizar que novos agricultores e organizações da região podem entrar a todo o momento, assim como os que estão podem sair. Há um movimento, por exemplo, de expansão da rede, também por causa da legislação que diz respeito à certificação (ver capítulo 4), trazendo ao debate novas organizações e agricultores.

O trabalho iniciou no município de São Lourenço do Sul, vizinho de Pelotas, devido ao seu marcante histórico de organização social. Soma-se a isso o fato de ser um local com significativas quantidades de produtos de base ecológica fornecidos. A maior preocupação nesse período era de identificar a rede: quais os principais locais nos quais a agricultura de base ecológica estava, os agricultores envolvidos, as técnicas que se destacavam, entre outros fatores.

Como consequência, optei por expandir o estudo para os municípios de Pelotas e Canguçu (Figura 2), o que enriqueceu a pesquisa com outras experiências, mostrando a complexidade de situações que foram encontradas neste universo. Isto é, a pesquisa foi direcionada para onde a rede se destacou naquele momento, situação que é possível (e provável) no estudo de uma rede sociotécnica.

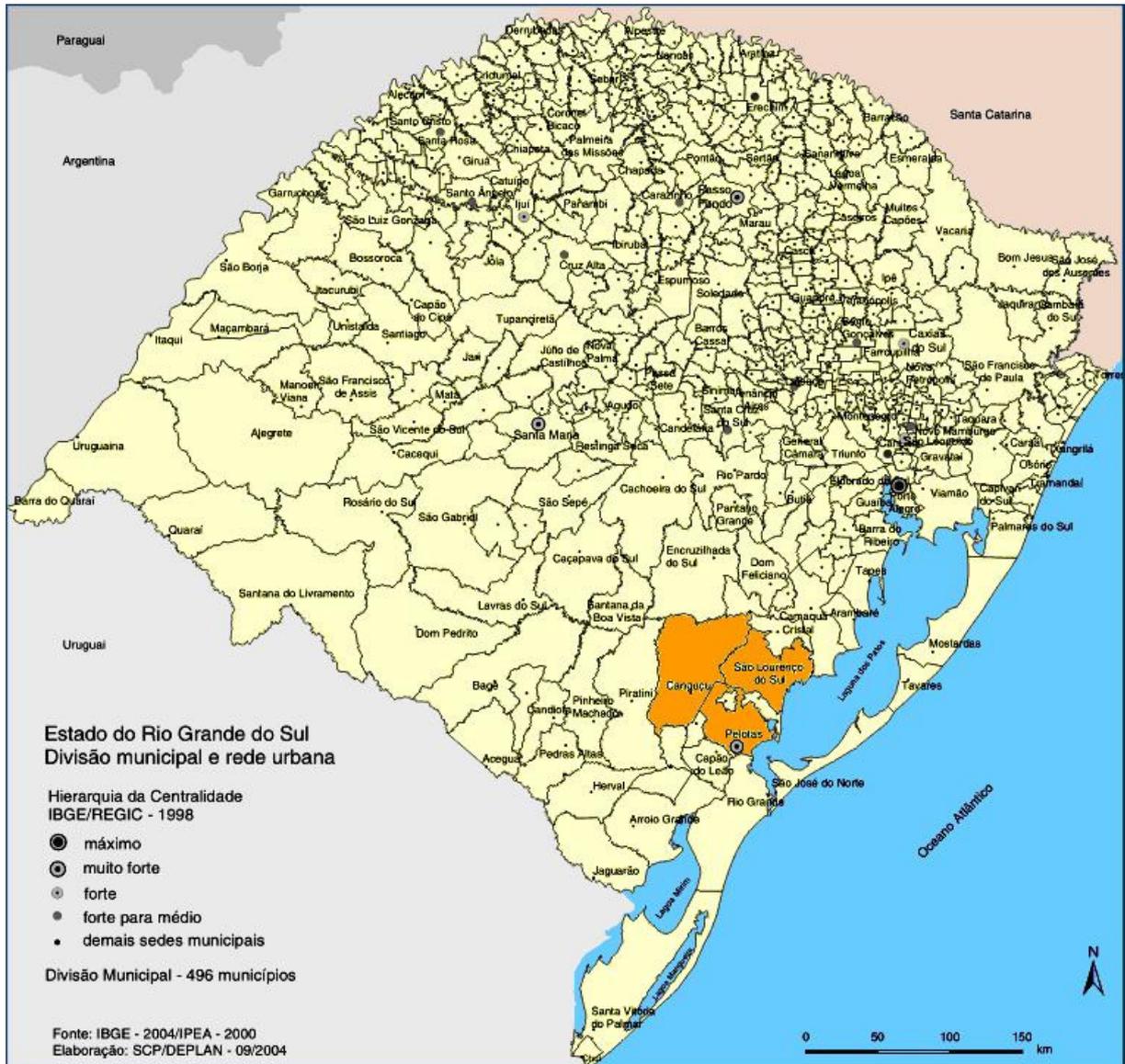


Figura 2 – Mapa com destaque (em amarelo) para a área de estudo, abrangendo os municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul/RS.

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004 apud RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Atualmente, a rede que aqui mostro se estende por municípios como São Lourenço do Sul, Herval, Capão do Leão, Cerrito, Arroio do Padre, Pelotas, Morro Redondo, Canguçu, Turuçu, Piratini, Santa Vitória do Palmar e Rio Grande (Figura 3).



Figura 3 – Mapa com destaque (em verde) para os municípios da rede de produção de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul.

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004 apud RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Como nesta rede o desempenho dos atores é percebido através de seus atos, não pude definir com certeza a totalidade de municípios que comporiam a pesquisa antes de minha entrada no campo, pois os elementos que trafegam na rede são, como afirma Latour (2004a), transportados de maneira dinâmica para outros locais, estendendo e transformando a rede, em uma permanente redefinição.

Foi ao acompanhar os atores em seus movimentos na rede que o delineamento da pesquisa se tornou mais nítido. Mas falar da abrangência da rede

não é torná-la um bloco homogêneo de interação, como se estivesse igualmente distribuída por esses locais, pois nesses municípios o conhecimento de base ecológica circula por caminhos distintos.

E a efervescência da relação que envolve esse conhecimento na região apresenta núcleos mais intensos. Fui, então, a municípios em que a produção está consolidada, como é o caso (mas não apenas) de Pelotas, Canguçu e São Lourenço.

A área de estudo apresenta uma diversidade de situações no meio rural, influenciadas por fatores locais e também por elementos constituídos externamente. Engloba diferentes modos de produção e grupos sociais, sejam eles produtores empresariais, latifundiários, agricultores familiares capitalizados, pequenos agricultores familiares, assalariados rurais e ainda assentados da reforma agrária¹⁴, que desenvolvem uma diversidade de atividades, tais como a pecuária de corte, a rizicultura, a silvicultura, a fruticultura e a produção de hortigranjeiros etc. (PROGRAMA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR, 2008). Nas últimas décadas, de maneira geral, o cultivo de destaque para os agricultores familiares é o tabaco.

Como breve contextualização, São Lourenço do Sul está localizado a 200 quilômetros da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, que são percorridos pela BR-116, uma importante estrada que liga o município à capital. O município conta com 43.013 habitantes,¹⁵ sendo que 46,3% vivem no meio rural, que ocupa 2.031,91 km² dos 2.045,8 km² de sua área total (LIMA, 2006). São Lourenço do Sul está inserido na Microrregião da Laguna dos Patos, ocupando faixa de terra de cerca de 70 quilômetros de extensão que circunda a margem direita desta Laguna (Figura 4), onde se localiza o núcleo urbano principal. Além dos cultivos citados no parágrafo anterior, também há produção leiteira, de milho, feijão, soja, batata-inglesa,¹⁶ batata-doce, cebola, alho, amendoim e a criação de aves e suínos no município.

¹⁴ O processo de implantação de assentamentos de reforma agrária, em Canguçu principalmente, teve início nos anos de 1960 e foi retomado no começo dos anos de 1990.

¹⁵ Os dados populacionais apresentados neste capítulo foram retirados do *site* da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (2009b) e tem como ano base 2008.

¹⁶ São Lourenço foi um importante produtor de batatas durante o século XIX e parte do século XX. Atualmente, produz cerca de 20.200 toneladas por ano (RIO GRANDE DO SUL, 2008).



Figura 4 - A Laguna dos Patos e suas belas figueiras em São Lourenço

Fonte: Acervo da pesquisa (maio 2009).

Setenta quilômetros mais ao sul, seguindo pela BR-116, também banhado pela Laguna dos Patos, está localizado o núcleo urbano do município de Pelotas, município que conta com uma área de 1.608,8 km² e população de 343.925 habitantes, que em sua maioria estão nesse espaço urbano (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER, 2009b). No município predomina o cultivo do arroz irrigado, seguido da pecuária de corte, principalmente em propriedades de tamanho maior, bem como a produção de leite, a ovinocultura e a fruticultura. Em propriedades menores, além desses cultivos, destacam-se ainda os de milho, feijão, fumo e a industrialização das frutas.

O município de Pelotas (ver Figura 2, página 43) abriga atualmente a sede do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e da Cooperativa Sul Ecológica, que ocupam o mesmo prédio. Além disso, é nesse município que teve início a mobilização em torno das feiras de produtos de base ecológica, marcadamente com a Associação ARPA-SUL, organização que permanece até hoje, seguida, em menor intensidade, da Cooperativa Sul Ecológica.

Não sabia ainda a quantos municípios eu poderia ir, mas em Pelotas fui à reunião de grupo da Vila Nova,¹⁷ com agricultores ligados à Associação ARPA-SUL. Neste encontro, um dos participantes do grupo, Nilo Schiavon, agricultor e presidente da ARPA-SUL, convidou-me para participar de algumas feiras, inclusive a que estava sendo inaugurada em Canguçu (Figura 5) na época. Esta feira reúne agricultores de Pelotas, Morro Redondo e Arroio do Padre, além daqueles de Canguçu. Ela foi considerada histórica pelos agricultores por ser a primeira feira agroecológica do município. Foi possível, desta maneira, perceber olhares e atuações diferentes sobre a mesma rede.



Figura 5 – Feira Ecológica da ARPA-SUL em Canguçu

Fonte: Pinz (2009).

O município de Canguçu, com 3.525,1 km² e 54.102 habitantes, faz divisa, entre outros, com Pelotas e São Lourenço. Situado junto a Serra dos Tapes e Serra do Herval, o município localiza-se a 274 km da capital, Porto Alegre. Liga-se com São Lourenço pela RS-265, no sentido leste-oeste (LIMA, 2009).

¹⁷ Esse e os demais grupos da rede serão abordados no capítulo 4. São núcleos, por localidade, que reúnem grupos de famílias em torno da agricultura de base ecológica.

Autointitulada a “Capital Nacional da Agricultura Familiar”, com grande número de pequenas propriedades rurais, Canguçu é caracterizada pela população predominantemente rural e pelo grande número de minifúndios. Essas informações foram expressas nos relatos de Nilo que, apesar de morar na Colônia São Manoel, em Pelotas, também tem uma atuação importante no município de Canguçu¹⁸. Ele conta que “aqui, a região de Canguçu [...] é uma das áreas de maior minifúndio da América. Dentro de Canguçu”. São 11mil estabelecimentos rurais, dos quais 3.027 possuem menos de 10 ha (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009).

Canguçu tem como principais cultivos (alimentares) os grãos. Como expressão dessa importância, uma das primeiras organizações do município é a União das Associações Comunitária do Interior de Canguçu (UNAIC), que reúne um conjunto de grupos e de associações de agricultores familiares com o objetivo de beneficiar e comercializar grãos, como milho e feijão.

Outro importante cultivo, principalmente em Pelotas e Canguçu, o pêssego, esteve por muito tempo voltado para a produção de alimentos para a indústria de conservas de Pelotas, conforme relatou Nilo. Principalmente a partir da década de 1970, os agricultores desses municípios foram estimulados a cultivar frutas, em especial o pêssego, mas também o figo e o morango, além de outros produtos, como aspargo, pepino e cenoura em menor quantidade, visando esse abastecimento (LIMA, 2009).

Nilo, que também cultiva pessegueiros, expressava nessa conversa sua preocupação com a situação atual dos produtores de pêssego. Atualmente a fruticultura continua, mas com menos força, buscando outros mercados que não o da indústria de conservas, dadas as sucessivas crises enfrentadas.¹⁹ Mas Nilo enfatiza que, assim como em São Lourenço, em Pelotas e Canguçu o cultivo que

¹⁸ Sua propriedade fica mais próxima do centro urbano de Canguçu do que o de Pelotas. Além da ARPA-SUL, ele também participa de cooperativas e associações que não envolvem apenas a produção de base ecológica.

¹⁹ A crise nas indústrias de conservas refletiu diretamente nos produtores de Pelotas e Canguçu, que enviavam sua produção para o abastecimento das empresas de Pelotas. Essa crise estimulou a criação da mais recente cooperativa do local, a Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul (CAFSUL), composta a partir da demanda de produtores de pêssego do município de Pelotas, que procuraram o CAPA para auxiliar na parte legal da organização. Como as demais organizações que são assessoradas pela ONG, a Cooperativa está articulando a venda de pêssego para mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos.

mais cresceu nas últimas décadas foi o fumo: “[...] e aí entraram [os agricultores familiares] pro fumo e praticamente está em toda a região”.

Cabe ressaltar que além dessas atividades produtivas, o segmento de serviços, com turismo rural, recepção a estudantes e outros eventos ligados à agricultura de base ecológica também chegam a estes agricultores, estendendo-se a diversas propriedades que têm paralelamente alguma dessas atividades.

Em São Lourenço, o turismo é uma atividade importante da propriedade da família Radtke, localizada no Passo do Pinto, a aproximadamente 20 quilômetros do núcleo urbano. Eles dispõem de almoços e visitas guiadas à sua propriedade, com destaque para a “horta orgânica” da família, que abastece ainda a feira semanal realizada no centro de São Lourenço. A inserção em mais essa atividade é fato recente (dois anos), promovida pela Associação Caminho Pomerano,²⁰ que trabalha com um roteiro turístico que propõe o resgate de elementos da cultura alemã pomerana, marcante no município.

Nesse processo de resgate, no ano de 2008 foi comemorado o sesquicentenário da vinda desses imigrantes com a encenação da sua chegada²¹ (Figuras 6 e 7). Esses povos vieram da Pomerânia, localizada ao longo da costa do Mar Báltico (atualmente entre a Alemanha e a Polônia), mediados pelo empresário Jacob Rheingantz, com relevantes subsídios do governo brasileiro. Os imigrantes fundaram, em 1858, a Colônia em São Lourenço do Sul, impulsionados pela iniciativa privada de ocupação em pequena escala, que se concentraram principalmente nas encostas e domos, isto é, nas áreas mais “dobradas”, localizadas na encosta da região fisiográfica gaúcha das Serras do Sudeste, mais especificamente na Serra dos Tapes.

²⁰ Assim como eles, também seus colegas de feira, os Mühlenberg, fazem parte da Associação. Porém, esses últimos não recebem visitas em sua propriedade, mas têm participação ativa nas atividades culturais do município.

²¹ Em cada propriedade visitada em São Lourenço um momento de orgulho era a exposição das fotos de casamentos pomeranos, lembrando de características singulares - como a vestimenta da noiva, que tradicionalmente era preta - e papéis marcantes, como o “convivador”, irmão da noiva encarregado de convidar todos para a festa de casamento. A cerimônia religiosa segue os ritos da religião luterana.



Figura 6 – Seu Roni Mühlenberg na festa do sesquicentenário da imigração pomerana
Fonte: Fotógrafo Rafael Grigoletti. Cedido do acervo do CAPA, realizada em 2008.



Figura 7 – Embarcação similar à de chegada dos imigrantes pomeranos,
na festa do sesquicentenário.
Fonte: Fotógrafo Rafael Grigoletti. Cedido do acervo do CAPA, realizada em 2008.

A ocupação pelos imigrantes europeus em São Lourenço, assim como nos demais municípios, está localizada temporalmente na segunda metade do século XIX, relacionada com a implantação de colônias onde predomina a agricultura familiar (PROGRAMA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR, 2008). Porém, esses imigrantes não foram os primeiros moradores do local, nem os únicos. Outros grupos étnicos também têm presença na região. Em Pelotas, por exemplo, franceses e italianos dedicaram-se em especial ao cultivo de uva e pêsego, sendo que o destaque deste último cultivo posteriormente derivou no estabelecimento das já citadas indústrias de conservas no município (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009).

Também em Pelotas e Canguçu realizaram-se projetos de colonização semelhantes ao de São Lourenço, principalmente por estancieiros, que seguiram o processo de colonização na Serra dos Tapes, dividindo as terras em lotes menores. Dada a configuração da ocupação das terras na região, segundo Zarth²² (2002 apud LIMA, 2009), esse processo de mercantilização das terras com os projetos de colonização, aliado à Lei de Terras em 1850²³ acabou expulsando moradores que não possuíam títulos legais, dentre os quais estava um significativo contingente de pequenos agricultores.

Mas a história de ocupação da região é diversificada e descontínua. Os primeiros moradores que se tem registro foram dos índios Tapes, que dão nome à Serra (LIMA, 2009). A colonização açoriana/portuguesa iniciou no século XVIII, quando a Coroa Portuguesa distribuiu sesmarias (de 13.068 a 263.360 hectares) aos militares açorianos que participaram dos diversos conflitos que ocorreram na época (BERNARDES,²⁴ 1997 apud LIMA, 2009). Dessa ocupação foram formadas as vilas que vieram a originar os municípios de Pelotas, Canguçu, Piratini, Boqueirão (São Lourenço), entre outros.

²² ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2002.

²³ Em 1822, foi suspensa a concessão de sesmarias e o direito dos posseiros foi reconhecido onde as terras estivessem cultivadas. Até 1850, a posse foi a única via de acesso, tanto para os pequenos quanto para os grandes proprietários, à apropriação legítima de terras públicas. Mas com a Lei de Terras, de 1850, a via da posse se tornou ilegal e a aquisição de terras públicas só poderiam ocorrer através da compra (ZARTH, 2002 apud LIMA, 2009).

²⁴ BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1997.

Os atores que foram ocupando a região apresentam estratégias e modos de reprodução diversos, com situações igualmente distintas em relação ao uso da terra e dos elementos naturais e à disponibilidade de meios de produção e de comercialização. Em São Lourenço, as doações de sesmarias datam de 1786 e foram localizadas principalmente nas planícies e platôs, onde atualmente são produzidos arroz, soja, leite e há ainda a pecuária de corte, concentradas em propriedades de média e grande escala (LIMA, 2006). Em Canguçu, as sesmarias resultaram no estabelecimento de grandes estâncias criadoras de gado. Estas, principalmente no século XIX, passaram a abastecer as charqueadas localizadas em Pelotas,²⁵ principal atividade deste município com posição geográfica privilegiada para a produção de charque.

A crescente importância das charqueadas articulou diferentes setores produtivos e as cidades vizinhas. Canguçu, além de ser o local para criação e caminho das tropas de gado em direção a Pelotas, era também o local onde eram produzidos os alimentos para a população envolvida na atividade (BENTO,²⁶ 2007 apud LIMA, 2009).

Junto com as estâncias e charqueadas, a presença de trabalho escravo era densa. Posteriormente, a abolição da escravatura no final do século XIX não findou com a exclusão dessas populações ao acesso à terra, já disputada nos projetos de colonização, e ao trabalho, dado o fato de não haver grandes demandas de trabalho nem na cadeia produtiva que envolvia o charque, pela crise do setor iniciada na segunda metade do século XIX, nem nas colônias, pois os imigrantes utilizavam essencialmente mão de obra familiar em suas propriedades.

Atualmente, é marcante a presença de povos quilombolas na região de Pelotas. Até o final de 2009, seis Quilombos passaram pelo processo de certificação (com o apoio logístico dos profissionais do CAPA²⁷), junto a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Em 19 de fevereiro de 2010, outras 24 comunidades em 13 municípios da região receberam as certidões de autodefinição emitidas pela mesma Fundação (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, s/d). Uma

²⁵ Caracterizam-se por grandes propriedades de caráter industrial, nas quais a carne era transformada em charque, como uma maneira de conservá-la a partir de secagem com sal.

²⁶ BENTO, C. M. *Canguçu - RS: Sesquicentenário - 1857*. Canguçu, 2007. Disponível em: <http://www.resenet.com.br/users/ahimtb/cangucu_sesqui.htm>. Acesso em: 18 mar. 2009.

²⁷ Há, atualmente, um forte movimento de visibilidade dessas comunidades por parte do CAPA, situação que traz também visibilidade para a ONG.

dessas comunidades, o Quilombo Monjolo, localizado em São Lourenço, faz parte também da rede de agricultura de base ecológica.

3.5 A INSERÇÃO DA PESQUISADORA NO CAMPO

Ainda em 2008 fiz uma incursão inicial à área de estudo, para uma conversa com o extensionista do CAPA que atua em São Lourenço, Roni Bonow, após alguns contatos por telefone e por *e-mail*.²⁸ Depois disso, combinamos que a partir de fevereiro de 2009, quando reiniciariam os trabalhos dele em São Lourenço,²⁹ eu poderia acompanhar o trabalho do CAPA no município, iniciando assim o contato com o cotidiano da rede que eu pretendia seguir, sempre com a consciência da possibilidade de estender o estudo para outros municípios e organizações.

Vários foram os fatores que originaram essa aproximação com o CAPA e com o município de São Lourenço do Sul. Mas o principal, inicialmente, foi sua ligação com a Cooperativa Sul Ecológica. Chamou-me à atenção a proposta da Cooperativa, a qual reúne 253 famílias, em oito municípios, que formam entre esses atores uma rede de produção e comercialização formalizada em 2001.³⁰

A proposição de trabalho da Sul é abrangente em número, e, conseqüentemente, um pouco mais flexível em termos de “transição” de uma agricultura “convencional” para outra, de base ecológica: a família pode estar em diferentes etapas, sem exigir, rigidamente, que a propriedade seja totalmente ecológica antes de ingressar na Cooperativa.

Buscando entender quais as organizações que se relacionavam com a Sul Ecológica, e em que momento isso ocorria, cheguei ao CAPA, organização não governamental que atua com atores ligados ao meio rural, dentro dos quais estão, em número significativo, os agricultores familiares de base ecológica. A partir disso,

²⁸ Além de Roni Bonow (que atua em São Lourenço, Pelotas e Arroio do Padre), compõem o quadro de extensionistas do CAPA), Ernesto Martinez, Fábio Mayer (Pelotas, Morro Redondo e Arroio do Padre), Ediene Ruiz (assentamentos de Herval), Eduardo Medeiros de Medeiros (comunidade indígena de Barra do Ribeiro) e Antônio Soares (Quilombos de toda microrregião de Pelotas).

²⁹ O CAPA normalmente faz nessa época uma série de reuniões de equipe, em Pelotas, para iniciar as atividades do ano.

³⁰ Dados de março de 2009, expostos aos agricultores durante a Assembleia Geral da Cooperativa, em Pelotas.

procurei tecer essa rede, entendendo como iniciaram (e se mantiveram) as articulações entre esses atores, aproximando-me também de agricultores que fazem parte da ARPA-SUL e da UNAIC, entidades que têm destaque na rede, bem como outras que serão citadas neste trabalho.

Em relação ao trabalho de extensão rural, pude acompanhar – inicialmente no CAPA e depois com técnicos de outras organizações, como da Cooperativa Sul Ecológica –, visitas às famílias agricultoras, reuniões de grupo, reuniões de comitês, como o do Programa Fome Zero, de conselhos, como os Conselhos Agropecuários, do Fórum da Agricultura Familiar ou outros, por exemplo, na articulação de projetos junto a prefeituras ou outras organizações, cursos, oficinas, assessoria em projetos e até mesmo um programa de rádio, *Recado da Terra*, que vai ao ar na Rádio Comunitária³¹ toda quinta-feira pela manhã, na localidade de Boa Vista, no interior de São Lourenço, entre outras atividades.

Nesta rede, uma característica que se mostrou importante é a ligação com grupos religiosos. O CAPA, por exemplo, é uma organização não governamental vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com a qual é articulada através de diferentes instâncias.³² Atua em São Lourenço desde 1982, onde iniciou seus trabalhos na região Sul, com discussões sobre apicultura, conservação de solo, além de reuniões de grupos de jovens.

A entidade mudou sua sede de São Lourenço para Pelotas em 2001, de maneira a aumentar a visibilidade do trabalho, quando teve início o processo de formação do Consórcio CAPA,³³ e também em função da abertura política, à época, com a prefeitura municipal de Pelotas. O núcleo Pelotas do CAPA tem, atualmente, uma área de atuação que inclui praticamente toda a microrregião de Pelotas, onde se articula com organizações de agricultores familiares, assentados da reforma

³¹ A audiência deste programa foi por mim percebida, após participações – confesso que com algum nervosismo –, em que recebi vários comentários, inclusive com pedidos para programas seguintes (em especial que eu mandasse lembranças a algumas famílias).

³² O Capa é apoiado pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD) e recebe apoio financeiro do Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (*Evangelischer Entwicklungsdienst* – EED), com sede em Bonn e a *Evangelical Lutheran Church in America* (ELCA/EUA). A execução financeira dos recursos disponibilizados e todo o amparo legal são feitos pela Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura, ISAEC (FROÉS, SANTOS e RECH, 2008).

³³ O Consórcio articulou oficialmente os cinco núcleos em que o CAPA está presente, localizados nos municípios de Marechal Rondon e Verê no Paraná e Erechim, Pelotas e Santa Cruz no Rio Grande do Sul.

agrária e, mais recentemente, com as chamadas populações tradicionais, como os quilombolas, indígenas e pescadores artesanais.

Criado em 1978, em Santa Rosa (RS), com o nome de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor (desde 1988 é Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), esta organização iniciou suas atividades em um momento em que se desenvolveram, na região noroeste do Rio Grande do Sul, lutas sociais e políticas que constituíram importantes movimentos no campo. Como um significativo número de membros da base social da IECLB³⁴ formado de agricultores familiares (em 1972 eram 70%), na época esta organização, preocupada com a redução do número dos membros e com o crescente empobrecimento daqueles que permaneciam, decidiu organizar um serviço específico para esses agricultores (IDE, 2008).

A proposta da ONG surge contestando uma agricultura que na época se consolidava no já citado processo de “modernização conservadora”. Com o foco na organização dos agricultores familiares a partir de conceitos como o associativismo, o cooperativismo e a autonomia dos atores, o CAPA trabalhava dentro da perspectiva de construção de alternativas em relação a essa modernização. Esse histórico, sob a ótica de diferentes atores que participaram deste momento, foi reunido em um livro: “A gente pega junto” (IDE, 2008). Um desses relatos é de Ellemar Wojahn, ex-coordenador do Núcleo São Lourenço do CAPA, que ainda atua intensamente junto à ONG:

Vimos nisto uma centralidade. A comercialização, o associativismo, o cooperativismo como temáticas fundamentais para atingir aquilo que era o objetivo central, ou seja, a melhoria de vida das famílias e a sua possibilidade de continuar existindo como agricultores. (IDE, 2008, p. 44).

A busca por uma agricultura da “velha colônia alemã”, como cita Almeida (2009, p. 73), com cultivos diversificados que suprissem tanto as necessidades de renda quanto a subsistência da família, que utilizasse principalmente mão de obra

³⁴ A IECLB no Rio Grande do Sul acompanhou o movimento de imigrantes alemães, inicialmente para as “colônias velhas” (a partir de 1824), na Região do Vale dos Sinos e também, com a expansão da fronteira agrícola, criou novos deslocamentos dos descendentes dos colonos alemães para outras regiões do país, as “colônias novas”, e mais tarde para o noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR, [20--]).

familiar e que não necessitasse tão intensamente de insumos químicos, compunham nesse período, algumas das características almejadas nas ações do CAPA (ALMEIDA, 2009).

Com um enfoque específico do momento, a preocupação principal era com os efeitos dessa modernização para os agricultores em suas relações com a Colônia, enquanto local de trabalho e também de vida, considerando a importância a ela dada. Ações nesse sentido foram sendo construídas, com influência de fatores externos e também internamente, com práticas que eram consideradas como “desvios” aos padrões estabelecidos como normas³⁵ (SABOURIN, 2001).

Conceitos como o de desenvolvimento sustentável e Agroecologia,³⁶ expandindo a ação aos seres não humanos, foram incorporados mais recentemente, através do trabalho desenvolvido por diferentes ONGs. Além do CAPA, vinculado a Igreja Luterana, também a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, tem forte atuação, principalmente em Pelotas e Canguçu. A CPT trabalhou junto à Associação ARPA-SUL até o ano de 2001,³⁷ quando esta associação passou a receber assistência técnica do CAPA. Além disso, em Canguçu a CPT tem atuação desde a formação da UNAIC, na década de 80, bem como a Diocese da Igreja Episcopal Anglicana. Essas organizações dialogam e algumas, como a CPT, estão presentes, por exemplo, na Rede Ecovida de Certificação Solidária, mas as ações em conjunto são muito pontuais.

Nesta etapa da pesquisa, que serviu para a inserção no campo, além de conhecer o trabalho da extensão rural de base ecológica, foi possível me apresentar aos agricultores. Este momento também foi necessário para convidar as famílias a participarem do presente estudo, com todo cuidado para que eu pudesse ter minha própria “rede” de contatos, sem que houvesse influências externas na escolha dos informantes que comprometessem os objetivos da mesma.

³⁵ Normas são também formas de transmissão de regulação. O modo de regulação dominante em cada tipo de espaço ou de rede pode influenciar estratégias e desafios específicos, associando-se a diferentes formas de valor: valores de uso (no espaço produtivo), de mercado, espirituais, de reconhecimento, importantes nesse caso (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

³⁶ Há a discussão se seria esta um movimento social, uma vertente da agricultura ou uma ciência. Utilizo os conceitos adotados pelos atores.

³⁷ Além da Associação ARPA-SUL, existe a Cooperativa ARPA-SUL, criada em 2001. Com a criação da Cooperativa, os agricultores da Associação, mais antiga, decidiram não migrar para essa nova entidade, assessorada pela CPT, e passaram a ter contato direto com a assistência técnica do CAPA.

Este foi ainda um momento de reorganização do foco da pesquisa. Inicialmente, pretendia ver qual seria o papel das técnicas para os demais atores, mas com a inserção na rede, pude perceber que na agricultura de base ecológica havia um mundo de não humanos, além das técnicas, que influenciavam as ações na rede, tais como as sangas, a terra, as árvores, os cultivos, etc. e que não poderiam ser ignorados.

3.6 SEGUINDO OS AGRICULTORES NA REDE

No final de fevereiro de 2009 conheci Ivone e Edwin Radtke, do grupo da Boa Vista, apresentados pelo extensionista Roni Bonow pelo fato de serem uma das famílias que há mais tempo trabalha com a agricultura de base ecológica em São Lourenço. As apresentações foram momentos importantes para conhecer as prioridades e demandas dos agricultores, o que posteriormente guiou os temas dos relatos solicitados.

Com o cuidado de realizar uma apresentação inicialmente sucinta da pesquisa e da pesquisadora, a conversa discorreu sobre o clima, pois em janeiro havia ocorrido uma tempestade forte na região (“a chuva levou as morangas embora, a água chegou a formar uma correnteza com elas”, disse-me seu Edwin), após três anos de secas recorrentes, como fui informada nesta conversa. O clima, como não poderia deixar de ser, ocasionava sempre uma boa conversa.

Nessa apresentação, expliquei que meu trabalho trataria das experiências dos agricultores de base ecológica, interessada em saber como funciona o cotidiano das famílias agricultoras. Após algum tempo de conversa, a qual Roni conduzia, falando sobre algumas técnicas por eles utilizadas (perguntando se estavam sendo adequadas), o seu Edwin se direcionou a mim e falou: “tu que vai fazer esse trabalho, pode dizer que a gente é tudo louco” (risos), enquanto me explicava alguns métodos utilizados, como aplicações de uma mistura de farinha e água para espantar eficientemente os pulgões dos brócolis. Métodos estes que seriam pouco usuais, mas que mesmo em sua “simplicidade”, atingiam a eficiência necessária.

Neste caso, a “simplicidade” estaria na manipulação, fácil, desta mistura. Ao mesmo tempo, é complexa quando pensamos que ela foi produzida, questionada, assimilada, aceita e se tornou uma prática para essa família, que possibilitou a continuidade da produção de brócolis, afastando os insetos que prejudicam seu desenvolvimento, mesmo que distante dos padrões comumente adotados na agricultura.

Outro fator que seu Edwin já adiantava nesta conversa como diferencial e possivelmente incompreensível para olhares externos seria a *falta* de tecnologias mais difundidas, como o uso de agroquímicos.

Com a proposta de participar da feira que essa família realiza junto com os Mühlenberg, na manhã do sábado seguinte fui ao centro de São Lourenço. Cheguei no momento de maior movimento, que é entre 8 e 10h, e logo fui recrutada, para minha satisfação, por d. Ivone para auxiliar na venda dos produtos. Poucos dias depois, fiz a mesma apresentação que havia feito na propriedade dos Radtke para a família Mühlenberg, com a presença de seu Roni, que eu já conhecia da feira, de sua esposa, d. Lúcia e de um dos filhos do casal, Moacir.³⁸

Essa apresentação foi realizada com todos os grupos que participam da Cooperativa Sul Ecológica em São Lourenço (nas reuniões de grupo realizadas periodicamente), e também com aquelas famílias de Pelotas e Canguçu que participaram do trabalho. Envolvia tanto questionamentos sobre a pesquisa (como seria feita, quanto tempo eu ficaria, qual era o objetivo) quanto informações sobre a pesquisadora (qual era a minha formação acadêmica, de onde eu vinha, qual a minha descendência, em qual atividade meus familiares trabalhavam). Sempre solicitava consentimento, oralmente, para minha presença nas visitas e reuniões.

Com o cuidado de minimizar a condição de exterioridade da pesquisadora, vinda de uma cidade distante (Porto Alegre) e não tendo descendentes em comum, minha entrada nessa realidade foi pautada inicialmente pelo receio de não ser aceita em um convívio mais longo. Afinal, pesquisas são realizadas constantemente com esses atores, mas com enfoques diferentes, de melhorias produtivas, que são compostas de visitas rápidas a cada propriedade para o acompanhamento dos

³⁸ O outro filho, Luciano, neste dia não estava presente por estar trabalhando como técnico agrícola na FETRAF-SUL, mas tem importantes e estratégicas colaborações para as escolhas que envolvem a produção da família.

“experimentos”, geralmente um espaço específico na propriedade em que são desenvolvidos estudos agronômicos.

Mas um trabalho em que a proposta era de passar a fazer parte das tarefas ordinárias da família, em maior ou menor grau (de acordo com a vontade e disponibilidade das pessoas e também das minhas limitações de tempo), era novidade. Dar atenção às conversas e as valorizar, considerando que eu vinha de longe e que eu era “da universidade”, como eles comentavam, às vezes era relatado como motivo de surpresa.

A apresentação da pesquisa e da pesquisadora aos agricultores com o apoio do extensionista do CAPA, Roni, foi importante. Ele se tornou um importante interlocutor, disponibilizando informações sobre as organizações da região e sobre o contexto da agricultura (não apenas a de base ecológica - Roni atualmente é presidente do Conselho Agropecuário – CAPEC – do município) em São Lourenço. Dada a marcante descendência alemã pomerana, inclusive com a fluência do dialeto pomerano durante reuniões de grupo (principalmente em alguns grupos, como o de Santa Inês, situado na localidade de Taquaral, e de Quevedos, ambos em São Lourenço) ou em visitas, a facilidade de ter um intérprete, quando necessário, e, principalmente, de ter alguém de *confiança* dos agricultores que me apresentava como também *confiável*, auxiliou nos contatos iniciais.³⁹

Mesmo com muita dificuldade, dispus-me a aprender a falar o dialeto pomerano, tarefa a qual apenas iniciei, com algumas palavras que anotava em meu caderno, frente aos risos dos meus professores, que se mostravam surpresos pelo acontecimento, pois era motivo de preocupação o fato de as novas gerações não se interessarem tanto pelo pomerano, que no município é mantido em sua oralidade, sem registros escritos.

Com o entendimento de que o tempo pode ser diferente para realidades diferentes, os dois primeiros meses serviram mais para a apresentação, familiarização e adaptação do que para a “coleta de dados”. Era visto inicialmente com certa desconfiança também o fato de eu me dispor a trabalhar na lavoura, a

³⁹ Como confirmam os sobrenomes, Roni Bonow também é descendente de pomeranos, da cidade vizinha, Arroio do Padre, assim como sua esposa, Rocheli Wachholz, jornalista do CAPA. O fato de ser apresentada por extensionistas vinculados ao CAPA não eximia a ONG de receber críticas, quando consideradas pertinentes pelos agricultores.

arrumar os produtos para a feira ou para a entrega para a Cooperativa ou ainda da minha vontade de participar das feiras.

Mas a desconfiança inicial era logo substituída por longas e interessantes conversas nas apresentações, nas visitas ou mesmo em outros momentos, como na movimentada feira de sábado de manhã em São Lourenço, quando já não havia quase nenhum produto na banca – às 10h da manhã praticamente todas as cenouras, beterrabas, alfaces, brócolis, salsas e cebolinhas já haviam sido vendidas e havia tempo para conversar sobre os temas mais diversos.

Era também o momento em que nos alternávamos no *Frühstück*, um reforçado lanche entre as refeições principais (que se pronuncia fristic, também com variações aportuguesadas: “quer *fristicar?*”), composto principalmente de pão caseiro, com *schmier* e/ou margarina, salame, café e frutas ou biscoitos.

Inicialmente não tinha certeza se conseguiria abranger, além de São Lourenço, os demais municípios da rede, mesmo com a consciência de que ela extrapolava esses limites. Passados fevereiro e março de 2009 acompanhando as atividades cotidianas da assistência técnica, visitando algumas famílias, participando de algumas feiras e conversando com os agricultores da rede, decidi começar a articular a expansão da pesquisa por outros municípios, iniciando por Pelotas.

O município de Pelotas abriga, além da sede da Cooperativa Sul Ecológica, um número significativo de eventos e reuniões que envolvem a rede, como por exemplo, um número significativo de encontros do Fórum da Agricultura Familiar, em especial na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Clima Temperado. Além disso, é neste município que se concentram as feiras de comercialização de produtos de base ecológica da região, marcadamente organizadas pela ARPA-SUL.

Foi na Assembleia Geral da Sul Ecológica, em março de 2009, em Pelotas, que eu me apresentei a seu Ivo, presidente da Sul,⁴⁰ a Edo, responsável pela contabilidade, a Denise, agrônoma que estava iniciando na Sul através de um projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a Cláudio, agrônomo que havia concluído recentemente uma atuação na Sul Ecológica, realizada através de um outro projeto de ATER obtido via MDA, em conjunto com o CAPA.

⁴⁰ Seu Ivo é também agricultor. Já acompanha a agricultura de base ecológica desde as suas primeiras articulações na região, quando ainda participava da Associação ARPA-SUL.

Nesta assembleia foram apresentados os resultados deste projeto que já havia sido concluído, que tinha como objetivo qualificar a produção através da assistência técnica, com a contratação de um agrônomo, e desenvolver estratégias de comercialização, com a formação da Rede Vida a Granel, que será abordada no capítulo 6. Foi apresentado ainda um balanço da produção de 2008 da Cooperativa, que após cinco anos de funcionamento, começava a ter saldo positivo.

Nessa ocasião pude ter contato com agricultores que eu já havia me apresentado e também com outros, de municípios vizinhos, que se mostraram muito interessados em participar da pesquisa, dando sugestões e opiniões, o que me levou a ter certeza que sua participação seria de grande riqueza.

Nos três meses seguintes visitei algumas famílias consideradas como informantes-chave que demonstraram interesse em participar da pesquisa, no total de 15 famílias em 14 propriedades. São famílias que têm envolvimento com as técnicas de base ecológica e também que participam em uma (ou mais) das organizações, como a UNAIC, a ARPA-SUL e a Sul Ecológica. Além destes, entrevistei alguns extensionistas e lideranças.

As famílias que participaram da pesquisa com relatos foram os Peglow, os Costa, os Fischer, os Mühlenberg, os Radtke, os Ramson, os Blank, os Raddatz – de dois núcleos familiares, Gilson e família e seus pais, seu Nestor e a esposa, dona Selmira –, de São Lourenço. Em Canguçu, participaram os Ferreira, os Quintana e os Holz e em Pelotas, os Schiavon, os Kuhn e o seu Ivo Scheunemann (presidente da Cooperativa Sul Ecológica). Além do contato com esses atores, continuei tendo inúmeras conversas com agricultores da região e tive a oportunidade de visitar o Quilombo Monjolo,⁴¹ em momentos que marcadamente me influenciaram na composição desta pesquisa.

Nas visitas às famílias citadas, foi detalhada a metodologia utilizada e solicitado o consentimento (formal) para a participação na pesquisa. Esse consentimento foi transmitido através de um Termo (ver Apêndice A), que segue as normas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996), com

⁴¹ A aproximação com o Quilombo ocorreu no último mês da pesquisa. Apesar disso e da simpatia dos quilombolas pela pesquisa, tive dificuldades em manter um maior contato com eles, também pelo fato de ser uma comunidade que tem, por parte do CAPA, uma forte “tutoria”, como abordarei no capítulo 6. Depois de algumas tentativas fracassadas de visita, as limitações de tempo me fizeram considerar que em poucas semanas não conseguiria abarcar a complexidade que envolve as relações dessa comunidade, no contexto da pesquisa.

o devido esclarecimento junto aos sujeitos da pesquisa sobre os objetivos, a metodologia etc. De maneira a manter o respeito junto aos atores envolvidos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido esclarece ainda que há a liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer ônus.

A partir de experiência relatada por Fleury (2008) sobre a dificuldade de solicitar a assinatura dos atores “quando os agentes entrevistados se demonstram incomodados com a necessidade de assinatura do mesmo, ou quando estes não eram plenamente alfabetizados, inviabilizando completamente sua utilização”, a alternativa encontrada pela autora, com base em Guerriero (2008),⁴² foi a adequação através da leitura de um comunicado oral que abordava todos os tópicos do Termo e era registrado em gravação, de maneira a permanecer asseguradas aos participantes informações sobre a pesquisa.

Considerando que a presente pesquisa se baseia em métodos etnográficos, que já pressupõem uma aproximação maior, o termo de consentimento foi simplificado, mesmo porque excesso de formalidade não era uma das prioridades da pesquisa. Procurei assim fazer um Termo que explicasse a pesquisa e que disponibilizasse meus contatos, para quaisquer dúvidas. Mas tão importante quanto a leitura do documento (ou até mais), que continha informações institucionais e os objetivos da pesquisa, eram as informações que me solicitavam e que procurei prontamente responder sobre minha família, sobre minhas origens e minha ligação com a agricultura.

O aprendizado foi constante. A relevância da observação participante para esse trabalho pode ser expressa em uma das conversas com seu Nestor e dona Selmira Raddatz, agricultores da localidade de Campos Quevedos, realizada no final de maio. Um momento importante foi quando, após contar sobre meu interesse no meio rural, seu Nestor questionou sobre minha atuação e em especial se eu já havia ido pra lavoura: “Não pega o cabo de enxada?”, ao que respondi: “Pego sim!”. Ficaram surpresos quando disse que já tinha trabalhado em outras propriedades, tentando auxiliar nas atividades realizadas pelas famílias. Concordamos que a prática era de grande importância, quando o objetivo era refletir sobre a agricultura, principalmente para quem “vem de fora” da região (o meu caso).

⁴² GUERRIERO, I. C. Z. Síntese das reflexões da reunião sobre ética em pesquisa qualitativa em Saúde. Guarujá, SP. *Ciência, saúde coletiva*, v. 13, n. 2. p. 459-463, mar./abr. 2008.

As anotações diárias (ou quase) sobre o andamento da pesquisa, sobre minhas indagações – e também minhas divagações – foram iniciadas em dezembro de 2008, dias antes da primeira visita a São Lourenço. O diário de campo foi utilizado durante toda pesquisa, mas principalmente nos primeiros meses, evitando assim o uso inicial de gravador. Este somente foi utilizado, com a permissão dos informantes, quando as pessoas se sentiram mais à vontade para aceitar o aparelho (e a pesquisadora), e iniciavam sempre pela leitura do Termo de Esclarecimento. Havia a preocupação de deixar o informante fazer o relato sobre a produção, de maneira livre, respeitando seu ritmo nos diálogos e, se necessário, retomando com a solicitação de relatos complementares.

Elementos audiovisuais, como os registros fotográficos e vídeos de eventos e do cotidiano foram importantes para a captação das informações, com bom senso e cuidado e sempre respeitando a diversidade de situações vividas pelos agricultores.

Durante todo o trabalho consultas a fontes secundárias para análise de elementos e de processos históricos do local de estudo foram importantes. É relevante destacar a grande quantidade de cartilhas e outros materiais que circulam entre organizações e agricultores, sistematizando e tornando públicas as experiências das organizações da região e, conseqüentemente, dos agricultores, pois é a experiência deles que é mostrada. Os projetos sociais (que são inúmeros) recebem atenção especial para a publicidade. Os dados dos projetos são reunidos em livros e cartilhas, distribuídos entre as organizações envolvidas.

Esse material, motivo de orgulho para as famílias que o recebem, era mostrado sem que fosse necessário nenhum pedido. Um dos mais recentes é “Alimentando a Cidadania”, de autoria de Froés, Santos e Rech (2008), contando como ocorreu a formação da Rede de Cooperação Solidária, constituída a partir da mobilização em torno do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal (Figura 8). É financiado a partir do projeto “Fomento à assistência técnica, capacitação e extensão para o fortalecimento da produção agroecológica e consolidação da Rede de Comercialização Solidária, em contraposição à cultura do tabaco no território sul do Rio Grande do Sul” (FROÉS; SANTOS; RECH, 2008).

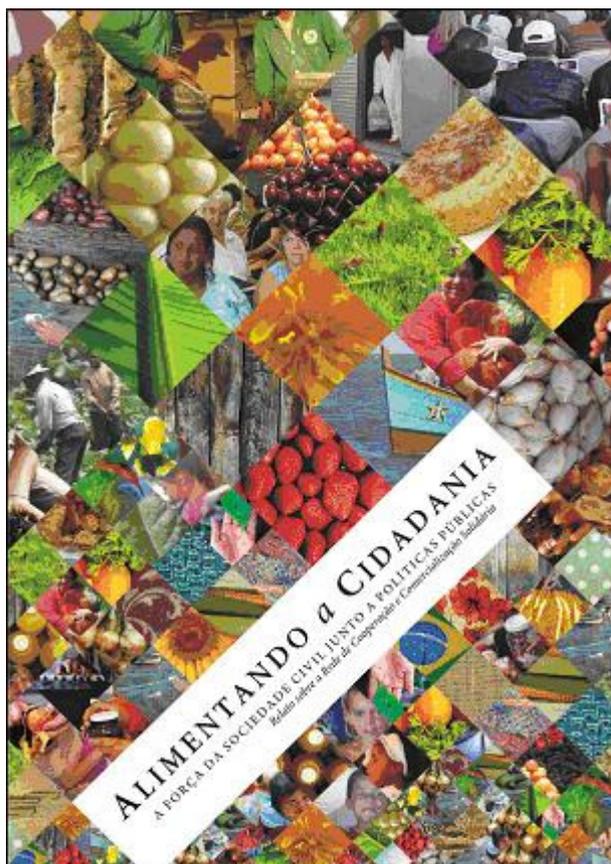


Figura 8 – A capa de um dos mais recentes livros de sistematizações da rede

Fonte: Froés, Santos e Rech (2008).

Como cada família tem dinâmicas, prioridades e relações diferentes, cada relato seguia um enfoque específico, dentro dos temas propostos. O marco inicial foi a produção agrícola, mas daí se associava um contexto específico. As técnicas e tecnologias foram vistas a partir das unidades de produção, na combinação das práticas cotidianas implementadas por agricultores para a realização de suas atividades produtivas e também, em um contexto mais abrangente, nas relações históricas que as possibilitaram, assim como o contexto dinâmico de aplicação que as envolve.

Essas informações foram o ponto de partida, mas foram direcionadas por aquilo que era considerado como importante pelos atores, com o intuito de contextualizar os diferentes sentidos e significados projetados sobre o assunto e as principais influências recebidas pelos agricultores, originárias de intervenções e debates sobre meio ambiente e agricultura em diversas esferas.

Também nas conversas nas sedes do CAPA (Pelotas e São Lourenço), da Sul Ecológica e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul) de São Lourenço, em momentos de reuniões, encontros ou mesmo no dia a dia eu podia conhecer o cotidiano desta rede.

Foi assim, por exemplo, que conheci Silmar Fischer, agricultor do grupo Prado Novo, quando ele foi procurar o extensionista Roni, no escritório do CAPA de São Lourenço para pedir auxílio na resolução de seu problema. O vizinho, produtor de soja em seus 300 ha, estava aplicando agroquímicos com um avião, mas acabava afetando a sua propriedade – o avião fazia o retorno sob a área de Silmar, na localidade de Santa Isabel. Essa e outras demandas relacionadas à problemática ambiental também fazem parte do cotidiano da agricultura local.

Um último momento da pesquisa foi o de sintetizar a pesquisa de campo, o que se pode considerar como uma extensão do período anterior. Ouvir as falas, lembrar as situações, reler as anotações foram ações que concentraram minhas forças durante os meses seguintes. Neste meio tempo, fiz mais algumas visitas, aproveitando para mostrar e confirmar com os agricultores suas participações na pesquisa.

4 REDES LONGAS, REDES CURTAS

Uma provocação inicial que me ocupei no começo da pesquisa foi: existe uma rede movida pela agricultura de base ecológica? Considerando, logo na entrada em campo, que a resposta era positiva, dado o contato com as diferentes organizações relacionadas diretamente com essa produção, detive-me a descrever como ela funciona e quais as conexões e inter-relações que fazem dela uma rede, acompanhando no cultivo desses alimentos o envolvimento dos atores que de alguma maneira estão ligados. Outros questionamentos se seguiram, voltando o foco para questões mais relacionais (e menos ontológicas), por exemplo, o que circula nesta rede? Como emergiram os actantes que se destacam? Quais as associações presentes?

Quanto mais os conhecia, mais podia perceber que no conjunto de organizações, públicas e privadas, presentes na região – como a Cooperativa Sul Ecológica, a Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL), as organizações não governamentais de assistência técnica, os órgãos de pesquisa e de fiscalização, as universidades e outros –, há a mobilização de pessoas, conhecimentos de base ecológica, técnicas, plantas, animais, entre outros. Esses elementos, cada um com sua complexidade e organização, relacionam-se, sem se fundirem em um único caminho, mas seguindo em uma pluralidade de sentidos.

E isso não significa de maneira alguma limitar a realidade à agricultura de base ecológica, como se ela estivesse isolada – ou mesmo reificada. Digo isso, pois essa possibilidade da rede de relacionar sem fechar ou estagnar os atores me foi muito cara. O uso da noção de rede permite estabelecer algumas margens de manobra, sem ter que eleger apenas um ponto de vista. Ao mesmo tempo em que é possível visualizar essa mobilização em torno da produção, também se pode perceber outros fluxos, agenciamentos e circulações, nas quais os agricultores são modificados e modificam os outros, por exemplo, em sua relação com o cultivo de tabaco.

Por isso é importante esclarecer que a rede a qual me refiro não está relacionada àquelas estritamente técnicas ou ainda às redes sociais. Nas redes de

Internet, por exemplo, o transporte de informações ocorre sem quaisquer mudanças, já nas redes sociais, de maior tradição na Sociologia, o foco é dado aos humanos, enquanto as redes sociotécnicas são híbridas de humanos e não humanos. Tem sua inspiração no que Deleuze e Guattari (1997) chamam de rizoma, o modelo de realização das multiplicidades, na qual os pontos podem ser conectados entre si, em uma totalidade aberta, que possa crescer para todas as direções possíveis.

Nesse sentido, detive-me a observar a importância das interações que os atores mantêm e que foram conquistadas ao longo do tempo, renovadas de diferentes formas, de maneira a criar e recriar as práticas, acrescentando elementos particulares ao modificá-las, fortalecendo argumentos, transformando-os e incorporando-os em novas interpretações. Pela reconstituição de tais relações posteriormente foi possível ponderar sobre o papel dos atores e mediadores como produtores e vetores de mudanças (SABOURIN, 2001).

Dependendo do momento, da oportunidade, dos objetivos, do projeto a ser desenvolvido, da disponibilidade dos atores, as redes locais vão sendo tecidas por caminhos diferentes e com atores diferentes. Apresento aqui algumas associações. Há aquelas de abrangência local, que se formaram entre agricultores, nos núcleos, entre eles e os extensionistas, entre moradores da comunidade, agroecológicos ou não, entre eles e outras instituições, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS), a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), entre eles e os objetos, ou ainda articulados, de diferentes maneiras, em redes mais abrangentes, como a do Território da Cidadania, da Rede de Cooperação Solidária, da Rede Ecovida de Certificação Solidária, entre outras.

Podem ser citadas ainda as relações que abrangem cooperativas e associações, como a Sul Ecológica, a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR), a UNAIC, a ARPA-SUL, a Cooperativa de Apicultores de Canguçu (COMELCA), a Lagoa Viva, a Cooperativa dos Pescadores Profissionais e Artesanais Pérola da Lagoa (COOPESCA), a Cooperativa das Atividades Agroindustriais e Artesanais dos Agricultores Familiares de Turuçu (COOPERTURUÇU), a Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre Piratini (COOPAVA), o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), a Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região

Sul (COOPAL), entre outras, além de pessoas envolvidas com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos ecológicos.¹ E ainda, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), entre outros.

No sentido de descrever a rede de agricultura de base ecológica, este capítulo é voltado para suas inter-relações, o que a move, o que conecta os actantes, desde as primeiras articulações, mostrando o sentido que os atores dão para suas ações e de que maneira ocorrem seus engajamentos na rede.

4.1 A FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES

Pensando nessas relações é mais fácil mostrar a rede. Como cada ponto de uma rede pode se apoiar e se ajustar aos outros pontos, é se unindo que ela procura ganhar força, fazendo alianças e estabelecendo relações, de onde emergem as direções (no plural) seguidas pelos atores. Direções essas que nem sempre resultam nos efeitos desejados ou planejados, mas que expõem o constante movimento que existe nos alinhamentos e realinhamentos da rede.

A presença de núcleos de agricultores que se reúnem periodicamente e organizam a produção e comercialização pode ser vista como uma característica desta rede. Os atores se unem (e são estimulados, *animados* a se unirem), formando grupos, cooperativas, associações, valendo-se de técnicas e práticas específicas para possibilitar a produção, que são socializadas entre os grupos.

Estas articulações têm como objetivo fortalecer pontos em comum, mas também traz reorganizações das práticas em função de sua participação. Isto é, as estratégias das famílias envolvidas se relacionam com o universo no qual elas estão inseridas e que ajudam a construir.

Uma das primeiras organizações da região, que também contava com a articulação em núcleos de agricultores, foi formada em Canguçu: a UNAIC. Cléu Ferreira, que foi presidente da entidade e a acompanha desde sua fundação, relata

¹ Nem todas são de base ecológica, mas têm contato de alguma maneira. Ao longo do texto serão focadas, claro, as de base ecológica.

que nessa época “tinham mais de 100 associações comunitárias, que formaram a UNAIC, em 1988”, estimuladas pela organização de grupos para a compra de patrulhas agrícolas com recursos do poder público, principalmente em torno da produção de milho e feijão.

Em uma conversa com Ernesto, extensionista do CAPA que atua em Canguçu e Pelotas, sobre essa mobilização em torno da agricultura familiar, ele liga a história dessas organizações com a do CAPA:

A história das cooperativas aqui, inclusive as mais antigas, se confunde com a história do CAPA. A própria UNAIC, que tem mais tempo, foi o trabalho de atuação do CAPA formando os grupos, depois as associações [...] comunitárias, depois a formação da UNAIC, como união dessas associações. Isso em Canguçu. (ERNESTO, extensionista do CAPA).

Cléu, que foi presidente da UNAIC por muitos anos, continua seu relato sobre a organização contando que, apesar de não ter exclusividade de produção ecológica, “nossa proposta [da UNAIC] sempre foi de trabalhar com produtores que não usassem veneno”, na linha da “agricultura alternativa”, com o foco no associativismo e no fortalecimento da agricultura familiar. A entidade reúne hoje 38 associações, que envolvem em torno de 700 famílias. “É uma organização que desde o início sempre foi dirigida por agricultores familiares”, enfatiza Cléu.

Outra importante organização foi formada em São Lourenço em 1992, a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul, COOPAR:

E depois [...] em São Lourenço, com a fundação da COOPAR, talvez uns 3 ou 4 anos depois [da UNAIC]. E aí, essa ideia, 20 famílias, 25 famílias [nos grupos]. O Ellemar [Wojahn] como primeiro presidente. Toda essa discussão forte que tinha de ter instrumentos para apoiar a comercialização, que servisse como ferramentas para avançar em mercados. (ERNESTO, extensionista do CAPA).

Em relação à COOPAR, o apoio do CAPA a essa iniciativa, com sua linha de fomento ao cooperativismo, é um exemplo considerado positivo que é lembrado constantemente pelos agricultores, quando comparado com as demais organizações

que receberam algum tipo de auxílio da ONG. Tal fato ocorre principalmente pelas proporções tomadas pela Cooperativa, mesmo que hoje a COOPAR não tenha o mesmo envolvimento com o CAPA, principalmente em relação à extensão rural, que teve em sua estruturação inicial.²

Atualmente, a COOPAR tem mais de dois mil sócios, segundo Wagner (2006), mas em sua fundação eram apenas 41 associados. Hoje a Cooperativa já apresenta relevante estabilidade financeira, comercializando batata-inglesa, batata-doce, arroz, e, embalados com a marca “Pomerano”, produtos como feijão e leite em pó. Mesmo que a COOPAR comercialize alimentos de base ecológica atualmente (batata-inglesa e feijão, por exemplo) ela não tem esse enfoque exclusivo.

Práticas e conceitos de base ecológica foram trazidos para a região no início da década de 1990. Luciano Mühlenberg, que atualmente trabalha na FETRAF-SUL, na época adolescente, acompanhou esse momento. Ele lembra como o conceito era inédito no local:

Na época falar de agroecologia aqui era uma coisa que [...]. Não é que nem hoje. Não, hoje todo mundo sabe o que é. [...] Falar de ecologia era como falar de uma ciência que não existe. Era como falar de nanotubos de carbono [...]. Assim era a ecologia. Aqui ninguém acreditava. (LUCIANO MÜHLENBERG, agricultor, São Lourenço).

Atualmente, o termo mais utilizado junto aos extensionistas é agroecologia (a ciência), acompanhada de sua prática, os sistemas de produção agroecológicos. Junto aos agricultores, fala-se em práticas orgânicas, agroecológicas ou ecológicas. Entre eles, mais do que um conceito ou a ciência, a preocupação é com a responsabilidade que essa produção representa.

Outro relato do período é de seu Nestor Raddatz, de 71 anos, agricultor da localidade de Campos Quevedos, em São Lourenço, que acompanhou toda a trajetória da ONG no município:

² Nesse sentido, as figuras de Ellemar Wojahn e também de Rita Surita, atual coordenadora do CAPA de Pelotas, são lembradas pelos agricultores. Atualmente a COOPAR conta com quadro próprio de extensionistas, independente do CAPA.

Trabalhamos quatro ou cinco anos com ele [Ellemar] [...]. Cerca de 20 e poucos anos [atrás]. [Com] o Ellemar, o pastor Ito, era o nosso pastor, todo o mês tinha uma reunião. Dava umas 20, 30 pessoas. Era um grupo grande e se juntava aí, [discutindo] sobre plantação. Naquela época não existia esse orgânico ainda [...], faz uns poucos anos, que tão no negócio orgânico. Daí *mudaram* o sistema. Por que naquele tempo [...] eles explicavam o que precisa de veneno para cada planta. (NESTOR RADDATZ, agricultor, São Lourenço, grifo nosso).

Não se falava em Agroecologia, mas o posicionamento era a favor de uma agricultura que proporcionasse condições de sustento financeiro para as famílias envolvidas e que trouxesse condições mais adequadas de trabalho, que foram sendo vinculadas à diminuição do uso de agroquímicos e à produção de alimentos mais saudáveis (IDE, 2008). Destas discussões outras preocupações foram surgindo e/ou sendo inseridas na agricultura da região, inclusive a produção através de sistemas agroecológicos, que envolvia não apenas o CAPA, mas ainda a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que também presta assessoria técnica a agricultores baseada na organização de grupos por localidade desde 1984.

Influenciar a agricultura dentro do conceito de sistemas de produção agroecológica se tornou uma das frentes de atuação dessas ONGs, como lembra Nilo Schiavon, que acompanha a rede desde o seu início, referindo-se à ARPA-SUL, a qual ele atualmente preside: “todo trabalho de Agroecologia na região começou pelas ONGs, pelas igrejas. A Pastoral da Terra, pela Igreja Católica, foi o nosso início”.

Luciano Mühlenberg segue seu relato sobre as primeiras articulações em relação à produção de base ecológica, contando de um evento que participou, a convite do extensionista na época, Zé Nunes, que trabalhou no CAPA entre 1991 e 2000:³

O Zé Nunes, que é o prefeito [atualmente], que me convidou. E eu, guri, eu era um guri tímido. Só que eu sempre fui muito curioso. Sempre coisas novas, diferentes, me chamam a atenção [...]. E um dos temas [do seminário] era a ecologia, a produção sem o uso de agrotóxicos. (LUCIANO MÜHLENBERG, agricultor, São Lourenço).

³ Desde 2005 é prefeito de São Lourenço, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Foi o segundo presidente da COOPAR, entre 1995 e 1998 e o primeiro presidente da Cooperativa de Crédito Solidário (CRESOL Boa Vista), entre 2001 e 2005.

Luciano no início ficou receoso, pois o evento duraria três dias, mas diz que acabou sendo importante: “[...] se não fosse esse seminário, eu não tinha ido adiante. Então até uma coisa simples, que parece não ter valor, mas no final das contas é importante [...]. Ali foi o pontapé inicial”. Depois desse evento, do qual ele guarda de recordação algumas fotos, foi convidado para uma viagem, com outros agricultores, organizada pelo CAPA a Ipê, município da Serra Gaúcha onde se localiza o Centro Ecológico, referência na agricultura de base ecológica.

Em São Lourenço, depois dessa viagem iniciaram as articulações para a formação do grupo de agricultores da Boa Vista, que ocorreu em 1996, segundo Luciano: “aí sim, começamos com um grupo de 11 agricultores com a ecologia [...]. Tinha o Edwin Radtke, que já tava dentro desse grupo”.

Esses núcleos locais começaram a se reunir, assim como outros grupos de São Lourenço, motivados pela possibilidade de organizar a sua produção sem o uso de agroquímicos e também atuando na venda de mel e no processamento de frutas. Posteriormente, formaram a Cooperativa Sul Ecológica. Este foi o caso de Mirian Costa, que hoje é proprietária da Agroindústria Figueira do Prado, em São Lourenço:

Na verdade eu comecei em um outro grupo, da Fazenda Boa Vista, que já é extinto. Aí tem o porquê de eu começar na agroindústria. Eram umas quantas famílias, mas no fim ficaram cinco mulheres na agroindústria, e tinham alguns homens, que faziam outros trabalhos. Daí nós começamos. Tinha uma mulher que tinha muito maracujá, daí a Karin Peglow, que era técnica na época, fazia esse trabalho [de organizar o processamento das frutas]. (MIRIAN COSTA, proprietária da Agroindústria Figueira do Prado, São Lourenço).

4.2 COMERCIALIZAÇÃO LOCAL

As famílias feiristas que há mais tempo atuam na produção de base ecológica iniciaram vendendo seus produtos em Pelotas, em 1996. “Nesse tempo era com a ARPA-SUL, ainda não tinha Sul Ecológica”, como conta Luciano Mühlberg, agricultor de São Lourenço que era um dos feiristas.

Nesta empreitada, que durou cerca de dois anos, além dos Mühlberg estavam os Radtke (ambos ligados à Sul Ecológica atualmente), assim como outras

famílias de São Lourenço que não permaneceram na rede. Essas famílias, que pertenciam ao recente grupo da Boa Vista, alternavam-se nas viagens, que geravam um deslocamento de cerca de 100 quilômetros todos os sábados. Segundo Luciano, “aquilo foi uma aventura. A gente aprende. Às vezes momentos ruins, às vezes momentos bons”.

Seu Edwin lembra que “[...] naquela época o grupo [que saía de São Lourenço] era bem maior, a gente era em 12 famílias, mas não conseguia encher uma Kombi [com produtos]. Tu vê, hoje em dia só eu e o Roni [Mühlenberg] produzimos mais do que aquelas 12 famílias”.

Além dessa iniciativa de comercialização através das feiras em Pelotas, várias outras são contadas por seu Roni com riqueza de detalhes e muito bom humor. Uma delas foi quando ele viajou a Porto Alegre, junto com o extensionista do CAPA na época, Marimônio, para a venda de batatas na CEASA/RS.

Após um dia inteiro sem vender nada, sua apreensão maior foi quando o extensionista o deixou esperando, sozinho junto à carga, em uma caminhonete que estava estacionada em uma rua movimentada, enquanto fazia mais uma tentativa de negociação das batatas. Ele lembra que ficou sentado sobre a carga, esperando o técnico, com medo de possíveis furtos: “tu imagina eu, um colono, sozinho em Porto Alegre (risos)”.⁴ Por fim, conseguiram efetivar o negócio.

Segundo Luciano, esse período rendeu bons negócios: “teve uns anos que conseguia vender bem a batatinha. Até o dinheiro da Kombi que o pai comprou e da moto foi dos orgânicos”. Eles chegaram “a vender meio que por conta batata-inglesa orgânica para São Paulo, por que a ARPA-SUL se dedicava só à feira, ela não buscava outros mercados”, complementa.

E ainda hoje as feiras são o foco da Associação ARPA-SUL (Figura 9). Fundada em setembro de 1995, tem hoje 42 famílias de agricultores que trabalham exclusivamente no modelo agroecológico e se ocupam, além da produção, também da comercialização feita principalmente através dessas feiras realizadas tradicionalmente em Pelotas.⁵ Em Pelotas, mais recentemente também alguns

⁴ Nem todas as histórias desta época são agradáveis, como quando uma carga de batatas foi perdida após ter sido enviada também a Porto Alegre.

⁵ Na mesma época também a Cooperativa de Consumo, Trabalho e Produção Teia Ecológica iniciou seus trabalhos. Esta é uma organização que promove a ligação entre agricultores e consumidores urbanos, funcionando como um canal de formação e comercialização de produtos agroecológicos.

agricultores da Sul Ecológica passaram a participar, em conjunto com a ARPA-SUL, dessas feiras, como é o caso da família Kuhn, moradora da Gama, em Pelotas.



Figura 9 - Rótulo dos produtos beneficiados pelos agricultores da ARPA-SUL

Fonte: ARPA-SUL (2009).

Da ARPA-SUL fazem parte famílias dos municípios de Pelotas, Morro Redondo, Canguçu e Arroio do Padre, guiadas por preceitos da agroecologia para organizar a produção e a comercialização. É uma entidade, mais restrita, que tem um regimento interno fiel a esses princípios. Por se tratar de um grupo mais fechado, a associação tem uma dinâmica diferenciada das demais. Por exemplo, é necessário um período de adaptação da família antes de efetivar sua participação no principal canal de comercialização promovido pela associação, as tradicionais feiras, nas quais cada família necessariamente tem representantes:

A associação é aberta [...], só que [...] a gente tem um estatuto e um regimento interno, onde visa o que esse produtor tem que fazer para se inserir [...]. Tem um período de um ano [de adaptação da propriedade] que ele tem que preparar esse solo com no mínimo duas culturas de adubação

Este trabalho vem sendo desenvolvido na cidade de Pelotas, formando uma rede local denominada "da roça à mesa".

verde e de preparo pra conseguir começar a plantar. A partir disso aí ele começa a plantar, começa a produzir e ingressa na feira. Aí ele tem 90 dias de adaptação. Porque a questão agroecológica não é só produzir [...]. É uma questão de garantia do produto dessa família, porque, por exemplo, se eu pegar um produto, produzir lá na lavoura e entregar pra alguém pra ir lá vender, não tem vínculo meu com esse consumidor. (NILO SCHIAVON, agricultor, Pelotas).

Após a entrada, o acompanhamento das famílias é feito pela Comissão de Ética da associação. Atualmente uma pessoa de cada uma das áreas de abrangência faz visitas periódicas nas propriedades. Mas mesmo com essas regras, segundo Nilo Schiavon, há a preocupação em auxiliar os agricultores:

A gente não vai com aquele olhar crítico [...], mas sim de corrigir, e até de dizer, olha, tu vai ficar 2 meses, 3 meses, sem trabalhar na feira, se tiver fazendo coisa errada. E tentar ajudar ele a melhorar o que ele tá fazendo [...]. Corta o coração fazer isso, mas a gente tem um trabalho de 13 anos e 13 anos não podem ser jogados fora. (NILO SCHIAVON, agricultor, Pelotas).

Renato Holz, do Grupo de Agricultores Ecológicos do Remanso, em Canguçu, já faz feiras desde o início da ARPA-SUL. Ele destaca a valorização das feiras o estímulo do contato direto com os consumidores: “dá vontade de tu voltar pra casa e melhorar a produção, sempre”. Dando ênfase para a força desse grupo, Renato me explica como funciona a organização dos agricultores para a feira. Os agricultores do grupo se alternam entre as quatro feiras semanais em uma escala de trabalho, mas ele faz questão de participar de todas as feiras promovidas pela ARPA.

Com a aquisição de um caminhão pelo grupo do Remanso em 2008, Renato relata que foi possível acomodar melhor os produtos para serem levados para a feira. Essa compra representou também a possibilidade de aumentar a produção, que antes era carregada em uma Kombi, também do grupo. Renato Holz é o responsável por passar em cada uma das oito propriedades do grupo e carregar o caminhão, em um percurso de difícil acesso, realizado em aproximadamente 3 horas. É sempre auxiliado por mais alguns colegas do grupo, dentro da escala de trabalho para a feira.

Já aqueles agricultores de São Lourenço que iniciaram fazendo feira em Pelotas e permaneceram na agricultura de base ecológica passaram a levar os produtos ao centro do município, a partir de 1998. Todos os sábados, as famílias Radtke e Mühlenberg saem às 5 horas da madrugada da Colônia para a Praça Dedé Serpa, no centro da cidade, onde fazem feira (Figuras 10 e 11). Única banca de produtos de base ecológica, com preços iguais ou muito próximos aos demais feiristas, tem procura intensa desde cedo. Para esses atores, a consolidação de mercados locais trouxe também menor custo no transporte dos produtos, além de evitar intermediações entre produtor e consumidor.

Mas um dos fatores relatados também por essas famílias como de grande importância é o contato com os consumidores. Feiras especiais eram aquelas que ocorriam posteriormente à participação dos agricultores em algum evento ou na gravação de programas exibidos na televisão (fato recorrente). A grande quantidade de comentários por parte dos consumidores e o maior volume de vendas traziam aos agricultores satisfação, sendo lembrado por essas famílias (e também por outras da rede) em diversos momentos posteriores.

Um evento de notoriedade foi a gravação de um programa de televisão sobre o trabalho social da Igreja Luterana, apresentado no Jornal Nacional, da Rede Globo, exibido no dia 29 de maio de 2009 (ATUAÇÃO, 2009), que acompanhei, a convite da equipe do CAPA, e do qual participaram, em São Lourenço, as famílias Radtke, Mühlenberg, e os moradores do Quilombo Monjolo. Nesse evento pude conhecer o Quilombo e conversar com alguns moradores, como seu João, o patriarca da comunidade.

Para os participantes dessa reportagem, apesar do estranhamento dos métodos de gravação da emissora – não poderia haver conversas paralelas (a demanda por silêncio gerava muitas risadas contidas), e alguns trechos (ou cenas) eram repetidos quase à exaustão – os resultados foram positivos, pela visibilidade alcançada. No domingo seguinte a essa apresentação, fui à propriedade dos Radtke, após um convite de d. Ivone, realizado no dia anterior, durante a feira, para almoçar com a família e acompanhar mais uma visita de turistas na propriedade. O grande assunto do dia anterior, a aparição no Jornal Nacional, foi novamente comentado. “Sinal que a gente tem alguma coisa para ensinar”, disse seu Edwin.



Figuras 10 e 11 - Feira na Praça Dedé Serpa, em São Lourenço do Sul, com d. Ivone, seu Edwin, seu Roni, do grupo da Boa Vista, e consumidores.

Fonte: Acervo da pesquisa (jun. 2009).

Em São Lourenço há ainda a feira itinerante do grupo Prado Novo, toda terça-feira pela manhã, que tem a participação dos agricultores deste grupo. Atualmente eles fornecem produtos principalmente para a Cooperativa Sul Ecológica e para essa feira itinerante, que inclui escolas, supermercados, restaurantes etc. Já chegaram a fornecer para um dos principais supermercados do município, mas consideram que o principal entrave é a regularidade da produção, que para se concretizar necessitaria de investimentos, principalmente em função das dificuldades climáticas.⁶

Em 2009 a Associação inaugurou mais uma feira, no dia 28 de maio de 2009, em frente à prefeitura de Canguçu, com resultados muito positivos. É a primeira Feira Ecológica localizada no município (Figuras 12 e 13).

⁶ No verão a produção de toda Cooperativa Sul Ecológica é drasticamente diminuída.



Figura 12 – Feira da ARPA-SUL em Canguçu, em uma fria manhã de quinta-feira
Fonte: Acervo da pesquisa (maio 2009).



Figura 13 – Feira da ARPA-SUL em Canguçu
Fonte: Acervo da pesquisa (maio 2009).

Porém, as estratégias de comercialização não se resumem às feiras. Também é realizada a venda em supermercados (Figura 14) e em eventos como a Semana do Alimento Orgânico e a Feira Nacional do Doce (FENADOCE), em Pelotas.



Figura 14 – Venda em supermercado de Pelotas

Fonte: Cooperativa Sul Ecológica (2008).

As formas de comercialização variam muito entre os agricultores, que se ligam a diferentes organizações em função de seus objetivos e das possibilidades locais. Alguns agricultores desta rede são associados à Sul Ecológica, outros à ARPA-SUL, outros à UNAIC, podendo assim optar por diferentes formas de comercialização, de acordo com os preços praticados e os produtos disponíveis para a venda. A maioria se associa a mais de uma organização, pois cada uma tem um enfoque diferente.

Em propriedades em que há produção de leite, tabaco ou de produtos que não são de base ecológica, as famílias podem estar associadas também a outras

organizações. Pode-se tomar como exemplo o caso do agricultor Renato Holz, coordenador do Grupo do Remanso, que participa do Conselho Administrativo da Sul Ecológica, é vice-presidente da ARPA-SUL, é associado à UNAIC e ainda participa de organizações como a COOPAL e a CRESOL.

A diversificada estratégia de comercialização realizada pelas famílias agricultoras pode ser exemplificada também no relato de Silmar Fischer, de São Lourenço do Sul. Ele vende seus produtos – arroz, hortaliças, aipim, entre outros – em vários espaços: “na feira [itinerante], na Cooperativa [Sul Ecológica, para o Fome Zero], vai para Pelotas [loja da Sul Ecológica] e a gente tá vendendo bastante na escola”.⁷

O agricultor que optou por ser feirista prioriza a venda nesse espaço pela diferença de preços e para manter a diversidade da banca. Ele não venderá todo seu produto para a cooperativa, por um preço menor, sendo que necessita ter todas as semanas uma quantidade mínima de feijão, arroz ou soja – e de preferência o ano todo, para os produtos que não são facilmente perecíveis –, devido à demanda de seus consumidores.

Pensando nas organizações presentes na rede, em São Lourenço, a única cooperativa que atua somente com agricultura de base ecológica é a Sul Ecológica. A COOPAR tem essa possibilidade, mas é considerada pelos agricultores como uma segunda opção, muito mais para aqueles produtos que “estão sobrando” (os preços recebidos são menores do que para a Sul Ecológica⁸) e/ou para aqueles que, apesar de não terem herbicidas, fungicidas ou pesticidas, não estão dentro do padrão ideal. É o que pode acontecer, por exemplo, em algumas propriedades que produzem milho “*quase todo ecológico*”, devido ao fato de se adicionar ureia e/ou adubo organomineral, vetados na produção agroecológica. Esses produtos são vendidos como “convencionais”, por preços muito aquém do desejado pelos agricultores (que na última safra não cobriram os custos de produção).

Uma informação que recebi desde as primeiras conversas com o extensionista Roni era que os agricultores tinham forte estímulo à diversificação, em uma expansão da costureira horta e à experimentação de novos cultivos na diversificação da produção, justificado e reforçado como alternativa para minimizar a

⁷ Onde sua esposa, Neusa, é professora.

⁸ Comparativamente, os preços são melhores para produtos de base ecológica. Por exemplo, no Programa de Aquisição de Alimentos, há um adicional de 30% para esses produtos.

dependência a um cultivo. Fato que era perceptível mesmo a um observador inexperiente (como eu), a grande quantidade de cultivos é característica marcante. Cada uma dessas plantas faz parte do universo de objetos que estão presentes diariamente e possibilitam que, caso um cultivo se perca por algum motivo, haja a possibilidade de que os outros permaneçam fortes.

Por conta disso, uma pergunta que eu sempre procurava realizar era quais os cultivos que a família dispunha. Geralmente uma lista imensa daí resultava, principalmente dos agricultores feiristas. Quando fiz essa pergunta para os Radtke, por exemplo, seu Edwin comentou que nunca os havia contado e precisou da ajuda dos demais integrantes da família para se lembrar de todos os cultivos. A família Radtke, nos dois hectares da horta, tem quase 40 plantas diferentes (Figura 15), alternadas de acordo com a estação do ano:

Aqui a gente tem cenoura, beterraba, rabanete, ervilha, vagem, brócolis, espinafre, salsa, cebolinha, cebola, batata doce (três tipos), mandioca, alface-americana, alface lisa, nozes, caqui, chuchu, banana, tomate, hibisco, pepino, tomate santa cruz, tomate cereja, as flores (crista de galo, flor de maio, sempre viva), manjeriço, hortelã, manjerona, tem a carqueja também, orégano, tansagem, alho, butiá, pêra, bergamota, laranja, couve, repolho, couve-flor. E também a gente tem ovo, galinha caipira, leite, mel [...]. (EDWIN RADTKE, agricultor, São Lourenço).

Com base em um complexo conjunto de associações de práticas e cultivos, algumas plantas são ligadas a um período específico, outras são cultivadas ao longo do ano nas propriedades em que há irrigação, como o caso dos Radtke. Algumas são cultivadas em determinados locais da propriedade, outras são permanentes, com variáveis de acordo com as características da propriedade e com as demandas dos agricultores.



Figura 15 - Produtos da propriedade dos Radtke

Fonte: Produção... (2009).

Quando fiz a mesma pergunta para Nilo Schiavon, de quais cultivos sua família mantinha, também obtive uma resposta complexa. Em primeiro lugar, ele me explicou que “se planta de tudo”. Mas mais importante que listar os cultivos, ele fez questão de enfatizar quais plantas devem ocupar o mesmo espaço e quais devem ser plantadas na mesma época do ano, bem como mostrou a importância de alternar cultivos em um mesmo local. Além disso, ele esclareceu quais plantas não podem ocupar o mesmo espaço, caso do tomate e da batata, por possuírem uma doença em comum, a murcheadeira.

Em outro momento, Nilo expôs que nas feiras organizadas pela ARPA “hoje a gente tem uma gama muito grande de produtos. A gente tem em torno de 70 itens diferentes por feira”. Produzem hortaliças (alface, agrião, rúcula, mostarda etc.), frutas (pêssego, maracujá, morango, amora, laranja, bergamota, goiaba etc.), soja, feijão (quero-quero, azuki, preto, branco), vagem, amendoim, trigo etc.

O discurso de diversificação dentro da agricultura de base ecológica, ligado ao estímulo à horta e também à justificativa de contraposição aos monocultivos, é tido como resgate de um hábito mantido pelos agricultores de produzir os alimentos que seriam posteriormente consumidos pela família, sem o uso agroquímicos.

Quando perguntava aos agricultores como eles haviam aprendido a estabelecer e manejar a horta, a resposta recorrente era semelhante à que Alida Peglow, agricultora de São Lourenço, deu-me: “a gente sempre fez assim em casa”, relacionando a horta aos produtos que seriam “para o gasto”, ou seja, consumidos pela família, separados daqueles que seriam comercializados.

Nesse sentido, um fator importante para a diversificação relaciona-se com a segurança alimentar: há sempre produtos utilizados no consumo da família. Na conversa com Mara Quintana, agricultora que faz parte do grupo do Remanso, em Canguçu, ela diz que um dos fatores positivos que a aproximou da produção de base ecológica é justamente a disponibilidade de alimentos saudáveis, que se comprados na cidade comprometeriam significativamente seu orçamento: “comida é cara, mas assim, pra nós não é tanto, por que a gente planta. A gente compra açúcar, arroz e farinha, o resto a gente planta”. Mara conta ainda que a produção animal na propriedade é toda “para o gasto”, para o autoconsumo da família, ou seja, mesmo que não seja comercializada, essa produção diminui a compra de alimentos em outros locais.

Há casos em que a família detém os meios de produção e a matéria prima (ou pelo menos parte dela) que envolvam toda a cadeia produtiva, desde a produção dos adubos que irá utilizar para plantar até o processamento e a venda dos produtos finais, sem perder a diversificação. É o caso dos produtores feiristas da ARPA-SUL e da Sul Ecológica, como exemplifica Nilo, falando dos agricultores da primeira organização:

Cada família se especializou. Cada região tem uma característica própria de produção. Tem pessoas que se especializaram em produzir rapadura, produzem o amendoim, fazem a rapadura e vendem a rapadura. E vivem, melhorando muito a renda familiar, vendendo a rapadura de amendoim. (NILO SCHIAVON, agricultor, Pelotas).

Para as famílias que possuem agroindústria, como Cléu e Rosimar Ferreira, de Canguçu, e Mirian Costa, de São Lourenço, também é necessário se dedicar a mais de uma etapa do processo. Mas é uma tarefa complexa, como conta Mirian, proprietária da agroindústria Figueira do Prado: “[...] produzir, industrializar e

comercializar... É complicado, por que é muita coisa pra juntar [...] não é nada fácil, se eu não tivesse o CAPA por trás, eu não teria conseguido”.

Ela se refere a esse apoio do CAPA no acompanhamento do processo de legalização de sua agroindústria, que teve atenção especial pelo fato de ter sido a primeira a iniciar esse processo na rede de produção de base ecológica (com ênfase para frutas nativas). Acrescenta-se a isso o fato de que na Figueira do Prado congrega-se o beneficiamento de frutas de vários agricultores (plantadas e/ou oriundas de extrativismo), dos quais ela compra a produção.

Na Figueira do Prado, butiás, ananás, araçás, goiabas, maracujás, pêssegos, pêras, melancias e outras frutas são processadas e transformadas em *schimiers* e/ou sucos (Figura 16 e 17). Mirian me conta que a sua maior dificuldade é em relação à produção em sua propriedade, por falta de mão de obra: “Eu queria produzir [...]. Eu tenho propriedade, eu tenho terra pra isso, eu tenho água, mas eu não tenho gente”.



Figura 16 e 17 – Fotos produzidas a partir dos produtos da Agroindústria Figueira do Prado para a divulgação para a comercialização.

Fonte: Cedidas do acervo do CAPA, realizadas em 2009.

A solução encontrada foi a de comprar as frutas dos demais agricultores do grupo: “essa Cooperativa é muito boa por isso”. Os laços de confiança entre o grupo que ela participa são fortes, fator relevante para Mirian, como ela complementa: “não é o caso de eu pegar [frutas] de um vizinho, que não faz parte do grupo”. Por exemplo, Silmar Fischer, agricultor do mesmo grupo, é um dos fornecedores do

ananás, fruta muito parecida com o abacaxi (Figura 18). Agricultores de outros grupos da Sul Ecológica e mesmo da ARPA também fornecem frutas para a Figueira do Prado, quando possível. Os pêssegos produzidos por Nilo são um exemplo.



Figura 18 - O ananás da propriedade de Silmar Fischer fornecido à Agroindústria Figueira do Prado, ambos de São Lourenço.

Fonte: Acervo da pesquisa (mar. 2009).

Quando há a necessidade (situação menos comum) de comprar de outros produtores que não fazem parte da Sul Ecológica ou da ARPA-SUL, por falta de produção de frutas dos agricultores do grupo, Mirian faz uma seleção criteriosa: “é uma questão de consciência minha, mas eu acho que em função de todos os cursos que eu fiz, acho que eu to bem consciente”. Nesses casos em especial é ela que faz a coleta das frutas nas propriedades fornecedoras, geralmente em locais íngremes e isolados, com o cuidado de observar se não há possíveis contaminações por agroquímicos.

4.3 A SUL ECOLÓGICA

Mirian, que participa atualmente do grupo Prado Novo, conta que o grupo da Fazenda Boa Vista “foi um dos que ajudou, através da minha pessoa, a fundar a Sul”. A Cooperativa Sul Ecológica (Figura 19) formou-se, em dezembro de 2001, a partir da possibilidade de uma maior organização dos grupos, como o da Fazenda Boa Vista, Santa Inês e Boa Vista, todos de São Lourenço, que recebiam assistência técnica do CAPA. Mas as articulações já haviam iniciado no ano de 2000:

Teve um momento que foi o passo, vamos dizer assim, um ensaio da rede, através de um projeto, em convênio com a CEASA, de fornecimento para a Merenda Escolar na rede estadual. [...] Primeiro em uma escola, aí então em mais duas e depois pra rede toda lá em São Lourenço. [...] em seguida surge a Sul [...]. Foi um laboratório ali. (ERNESTO, extensionista do CAPA).

Mirian acompanhou essa iniciativa dos grupos. Neste projeto citado por Ernesto, da Merenda Ecológica, que iniciou em 2000⁹, os alimentos produzidos eram descascados e cortados pelas mulheres dos grupos, recolhidos pelo extensionistas do CAPA e entregues às escolas, prontos para serem utilizados. Elas se reuniam, a cada 15 dias, intercalando esse trabalho com outros grupos do mesmo município. “Era uma farra”, resume Mirian, lembrando os laços de amizade formados e reforçados nestes momentos.

A criação da Cooperativa também pode ser vista como uma possibilidade de flexibilização para a inserção daqueles agricultores “em transição”. Porém, por ser mais acessível em termos de entrada nos grupos e na Cooperativa, há a responsabilidade, para a Sul Ecológica, de disponibilizar subsídios técnicos aos agricultores em relação à agroecologia, pensando que a Cooperativa também precisa se preocupar em manter a continuidade, a padronização e o nível de qualidade em seus produtos.

⁹ Esse projeto era subsidiado pelo Governo Estadual da época (gestão de Olívio Dutra, do PT, de 1999 a 2002).

Após esse período inicial de formação da Cooperativa, a produção dos núcleos continuou e, com a abertura de outro mercado institucional, o do Programa Fome Zero, a Sul Ecológica foi se consolidando.



Figura 19 – O logotipo da Cooperativa Sul Ecológica

Fonte: Cedido do acervo do CAPA.

A Cooperativa tem sua sede em Pelotas, mas está presente também em outros sete municípios desta região: Turuçu, Capão do Leão, Arroio do Padre, Canguçu, Morro Redondo e Herval, além de São Lourenço do Sul, em um total de 26 grupos. Em São Lourenço do Sul participam atualmente 49 famílias, que estão localizadas em sete grupos¹⁰. Santa Inês, Faxinal (é o grupo mais antigo), Campos Quevedos, Quevedos, Boa Vista, Prado Novo e o Quilombo Monjolo. Em Pelotas são cinco grupos, com 67 agricultores: Rincão do Andrade, Gama, Monte Bonito, Municipal e Francesa. Em Canguçu são cinco grupos, Remanso, Passo do Lourenço, Assentamento 12 de julho, Estância da Figueira e Melões, em um total de 40 famílias.

¹⁰ Mais um grupo estava sendo formado neste município no final de 2009, na localidade de Santa Isabel, próxima ao núcleo urbano.

Os núcleos se encontram a cada um ou dois meses, dependendo da situação do grupo, se é formado há mais tempo ou não ou ainda se houve alguma demanda específica por parte dos agricultores. O grupo da localidade de Santa Inês, por exemplo, tem 17 famílias – o maior de São Lourenço e um dos mais importantes em termos de produção – e se reúne a cada dois meses, aproximadamente.

O grupo da Boa Vista, em São Lourenço, por ser menor (tem três famílias, em duas propriedades) optou por receber visitas individuais, sem um dia específico para reuniões. Por fazerem feira, essas famílias se encontram todas as semanas, aos sábados. Já o grupo de Campos Quevedos, mais recente, com cinco famílias, reúne-se todos os meses. Geralmente alternadas nas propriedades de cada família, essas reuniões são marcadas junto ao extensionista que trabalha com aquele grupo, que é o “responsável” pela assistência técnica do grupo (e considerado também “responsável” pelo grupo diante de sua organização).

Da importância dada aos grupos, Mirian, agora no grupo do Prado Novo, ressalta:

Por exemplo, do grupo, que já está em 12 famílias, nem todas tão trabalhando, mas tem essa convivência [com o grupo]. Oito estão trabalhando direto. E fornecem a fruta... Montando essa cooperativa, que é uma coisa de nível regional, que partiu principalmente dos grupos de São Lourenço, que era a parte mais forte do CAPA. Se tu for parar pra pensar, em tão poucos anos, tudo que já se conseguiu, desde 2001. (MIRIAN COSTA, proprietária da Agroindústria Figueira do Prado, São Lourenço).

Esses núcleos podem ser considerados como nós na rede, nos quais os agricultores e técnicos discutem assuntos considerados pertinentes à sua realidade. As reuniões são momentos de trocas de informações, de conversas, laços de vizinhança, de conhecer as expectativas da produção para as próximas colheitas, de acertos dos pagamentos da cooperativa, de conversas sobre o clima, sobre as dificuldades, sobre as possibilidades etc.

4.4 REDES DE COMERCIALIZAÇÃO MAIS AMPLAS

Quando se fala em agricultura de base ecológica, as redes se multiplicam. Essas ligações são estabelecidas para potencializar as ações, como parte do cotidiano da região. Assim como incluem as redes locais, incluem também redes mais longas. Isto é, os mesmos atores que se organizam em núcleos por localidade também se inserem em discussões e em ações mais abrangentes, como as que envolvem temas como o meio ambiente e a conservação ambiental, a certificação de produtos orgânicos, o financiamento de projetos, a participação em políticas públicas ou ainda as possibilidades de comercialização.

Nessa lógica de conexões, os atores foram se articulando em redes nas quais trafegam conhecimentos técnicos, ideais e objetos, sejam eles técnicas, plantas ou outros. Na perspectiva assumida neste trabalho, nesta rede é possível passar, sem solução de continuidade, do local ao global, do micro ao macro. O global o não é um quadro que existe fora do local, o local não é um ponto que vem se inscrever em um quadro geral (FREIRE, 2006): o global deve ser entendido como uma justaposição de redes que se emaranham e se estendem, pois existem elementos que estão próximos, mas desconectados e elementos que estão distantes e intensamente conectados.

Um exemplo de rede mais ampla é a organização e participação dos atores locais a partir das possibilidades de inserção em mercados mais amplos, como os institucionais, no caso da Rede de Cooperação Solidária. Outro exemplo é o programa Território da Cidadania, uma importante via de acesso a políticas públicas para as organizações locais. Dessas articulações fazem parte também relações assimétricas entre agricultores e organizações, apresentadas neste capítulo no contexto de algumas de suas implicações para a configuração da rede de produção de base ecológica.

4.4.1 Programa de Aquisição de Alimentos

A viabilidade da produção agrícola depende de vários fatores, um deles é a comercialização. Nesse sentido, uma oportunidade estratégica de comercialização dos produtos da agricultura familiar da região de Pelotas foi visualizada pelas organizações da rede através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este programa, instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696 (BRASIL, 2003a), regulamentado pelo Decreto 6.447 (BRASIL, 2008b) modificado pelo Decreto 6.959 (BRASIL, 2009c), é uma das ações que compõem o Programa Fome Zero, no eixo de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PROGRAMA FOME ZERO, s/d).

O programa é fruto de parceria entre Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e tem o duplo objetivo de promover o acesso de populações em situação de insegurança alimentar a alimentos locais de qualidade e de estimular a agricultura familiar (incluindo nesta denominação diferentes atores sociais, como assentados da reforma agrária, pescadores, entre outros), com a garantia de compra de seus produtos.¹¹

O PAA adquire alimentos das entidades participantes sem a necessidade de licitação, por preços de referência que seriam uma média dos praticados nos mercados regionais. Os valores por ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), nas principais modalidades acessadas pelas organizações da área de estudo, que inicialmente eram de R\$ 2.500, até 2009 ficam restritos a R\$ 3.500, e atualmente passaram a R\$ 4.500, o que equivale a R\$ 375,00 por mês (BRASIL, 2009c).¹²

Em uma importante modalidade do Programa, operada na região, os alimentos comprados são destinados à população atendida por programas sociais

¹¹ O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa.

¹² Na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite o limite é semestral, de R\$ 4.000, na modalidade Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar o limite é de R\$ 9.000 por ano, na modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar para Distribuição de Alimentos ou Formação de Estoque Público o limite é de R\$ 8.000 por ano (BRASIL, 2009c).

(caso do Fome Zero), situação que demanda uma complexa articulação entre os atores envolvidos. Já na apresentação de propostas de projetos por parte das organizações locais é necessário o ajuste entre os alimentos que serão produzidos e os que são demandados pelos programas sociais, envolvendo desde o planejamento da produção até a entrega sistemática dos produtos aos beneficiados, o que compõe uma diferença em relação aos demais programas que envolvem a agricultura familiar.

Essa aproximação entre as organizações possibilita, como lembrado por Schmitt e Guimarães (2008), o estabelecimento de algumas margens de manobra que permitem negociações de acordo com especificidades e limitações locais, por exemplo, em relação à sazonalidade da produção. Permitem ainda ter incluídos nos projetos produtos locais, que em outras vias de comercialização não teriam aceitação.

Compõem a cesta, na região, dependendo da época do ano, abóbora, arroz, açúcar mascavo, batata, batata-doce, beterraba, cenoura, brócolis, cebola, couve, couve-flor, feijão, laranja, leite, mandioca, mel, milho, pão integral, peixe processado, pêsego, suco, tomate, entre outros produtos que se alternam entre de base ecológica ou não, de acordo com a entidade. Aos produtos de base ecológica é dado o valor adicional de 30% em relação aos demais alimentos.

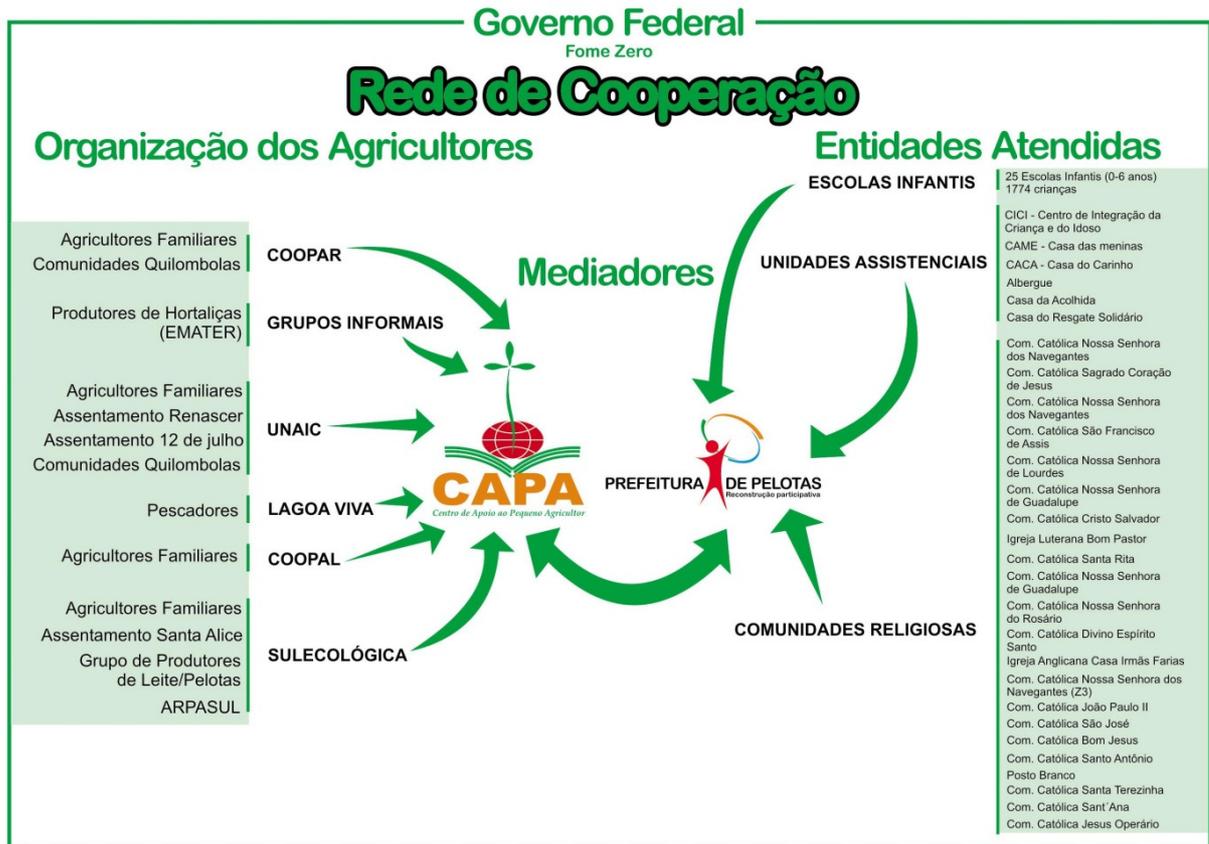
Os produtos e volumes comercializados pela Sul Ecológica nos primeiros anos do Programa estão na Tabela 1.

Tabela 1 – Principais produtos comercializados pela Cooperativa Sul Ecológica para o PAA entre 2004 e 2006 e variação percentual

Produto/Unidade	Período					
	2004	2005	2006	Varição 04/05	Varição 05/06	Varição total
Abóbora - kg	107.044	121.356	164.247	13,37%	35,34%	53,44%
Batata doce - kg	21.609	19.531	59.630	-9,62%	205,31%	175,95%
Batata inglesa - kg	72.003	54.588	54.923	-24,19%	0,61%	-23,72%
Beterraba - kg	13.043	18.636	33.945	42,88%	82,15%	160,26%
Cebola - kg	12.720	23.262	25.087	82,87%	7,85%	97,22%
Cenoura - kg	32.733	28.044	40.333	-14,33%	43,82%	23,22%
Couve - kg	64.556	54.580	69.343	-15,45%	27,05%	7,42%
Feijão preto - kg	18.470	3.728	4.049	-79,82%	8,61%	-78,08%
Mandioca - kg	6.202	5.583	8.817	-9,98%	57,93%	42,16%
Repolho - kg	8.599	61.786	107.128	618,57%	73,39%	1.145,89%
Schmier - potes	6.287	2.993	4.998	-52,39%	66,99%	-20,50%
Suco - garrafas	23.723	15.004	30.551	-36,75%	103,62%	28,78%

Fonte: Becker, Caldas e Anjos (2007).

Como via de organização inicial das entidades da área de estudo no PAA, foi formada a Rede de Cooperação e Comercialização Solidária, em 2003, organizada a partir do projeto “Segurança Alimentar: Alimentando a Cidadania”. Presentes desde o início, COOPAR e UNAIC, por estarem aptas a participarem do PAA, de acordo com as condições legais exigidas, começaram como as únicas proponentes oficiais do projeto de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), Doação Simultânea, mas outras organizações também estavam envolvidas, conforme o Quadro 1.



Quadro 1 – Organizações participantes inicialmente da Rede de Cooperação Solidária.

Fonte: Surita (2004).

Müller, Fialho e Schneider (2007) enfatizam a participação ativa dos atores sociais locais na operacionalização do PAA na área de estudo, em especial do CAPA, que já possuía um “saber fazer” acumulado com relação a políticas públicas para a agricultura familiar: “através destas relações, por sua histórica ligação com as questões a respeito do tema, o CAPA acabou envolvendo-se com o PAA de maneira intensa” (MÜLLER; FIALHO; SCHNEIDER, 2007, p. 15). A posição da ONG nessa articulação foi de *animadora da rede*, ou seja, atuou estabelecendo contatos, centralizando informações e congregando as organizações de produtores (muitas das quais já contavam com sua assessoria técnica) em torno do PAA.

A experiência anterior do CAPA, em conjunto com outras organizações locais (a COOPAR, por exemplo) derivava da comercialização através do mercado institucional da Merenda Escolar Ecológica, em 2000, junto ao governo estadual, momento em que a Sul Ecológica iniciou suas articulações. Esse novo arranjo em função do PAA ampliou o número de atores envolvidos, sem se restringir a

organizações e agricultores de base ecológica, pois englobou também produtores de leite, pescadores artesanais, entre outros.

Na época de formação da Rede de Cooperação e Comercialização Solidária, os diferentes representantes do governo federal (Superintendência Regional da CONAB e Ministérios), o CAPA, a prefeitura de Pelotas (gestão de Fernando Marroni – PT¹³), e as comunidades religiosas, escolas e associações comunitárias que são responsáveis pela distribuição dos alimentos junto aos beneficiários das doações do Programa Fome Zero se reuniram, junto com as organizações de agricultores, com a perspectiva de garantir a comercialização da produção agrícola ao mesmo tempo em que se mantinha um programa de segurança alimentar.

Em relação ao público consumidor desses alimentos, de início, as parcerias com as comunidades locais foram conduzidas pela prefeitura de Pelotas, município para onde eram levados os alimentos de toda a rede. A partir de 2005, com a mudança de governo municipal em Pelotas¹⁴, a parceria entre a prefeitura desse município e as organizações da rede ficou diluída.

Por outro lado, nesse período outros atores entram na Rede, que foi ampliada para mais três municípios, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul e Canguçu, trazendo reorganizações e a expansão da rede, o que segundo Schmitt e Guimarães (2008) foi também reflexo do aprendizado inicial. Nesse sentido, oito novas organizações se tornaram proponentes (dentre as quais está a Sul Ecológica) dos projetos do PAA por meio das diversas modalidades do programa, como por exemplo, a Compra para Doação Simultânea, também conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando operacionalizada por governos estaduais e municipais ou Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (CAEAF), quando operacionalizada pela CONAB.

¹³ Há um contato estreito do CAPA com grupos petistas.

¹⁴ O prefeito atual de Pelotas é Adolfo Antônio Fetter Jr., do Partido Progressista.

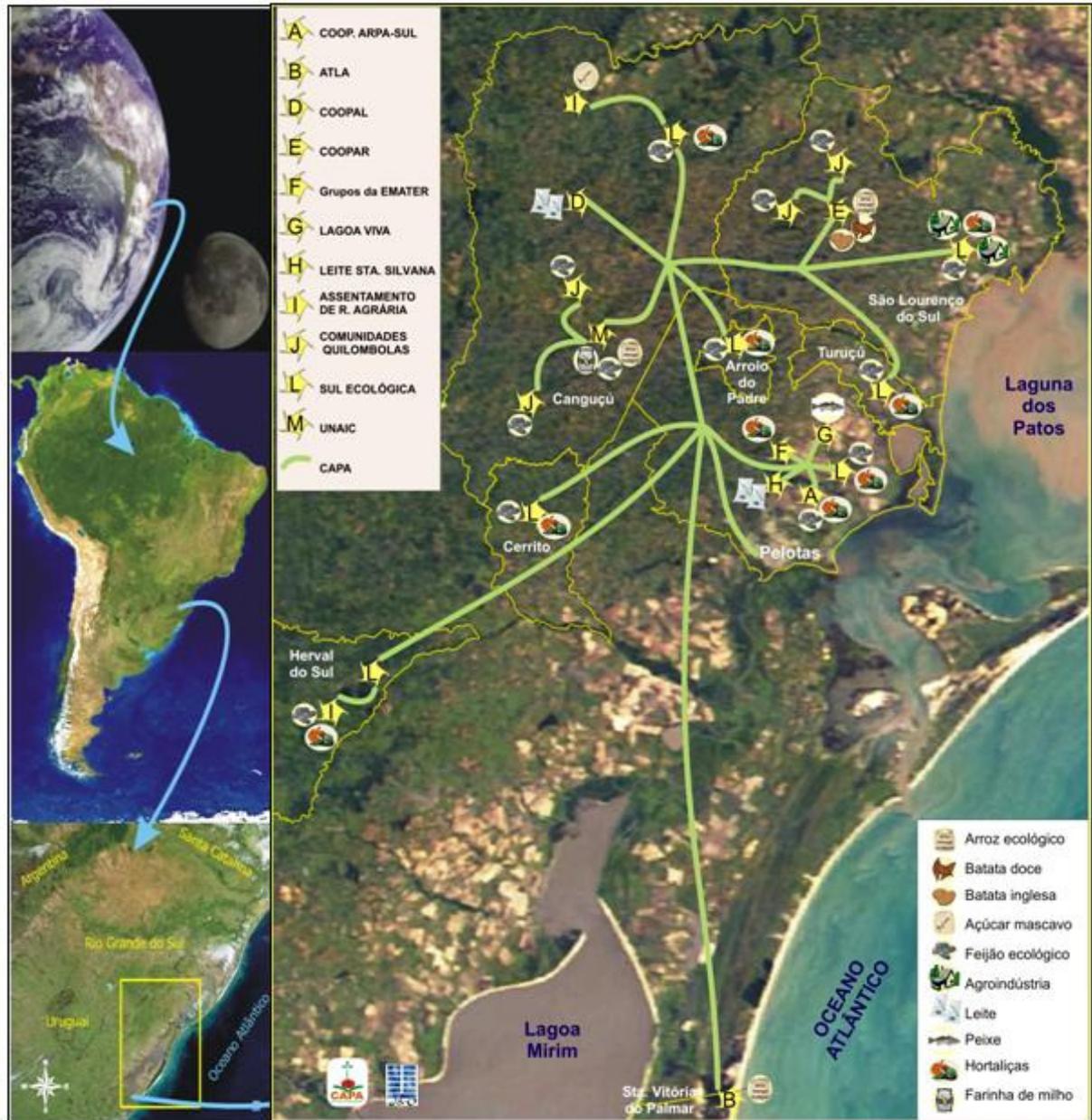


Figura 20 - Mapa da origem dos alimentos na “Rede Solidária”

Fonte: Adaptado de Froés, Santos e Rech (2008).

Esta rede tem uma complexa logística regional (Figura 20), apesar de ser mediada também por atores nacionais. A produção, beneficiamento, agroindustrialização e embalagem fica a cargo dos agricultores (Figura 21), mas o recolhimento e transporte dos produtos até a sede da comunidade é feito pelas organizações de produtores (Figura 22). Quando lá chegam os alimentos, a montagem e distribuição das cestas para a população é feita pelas comunidades religiosas e associações de bairro (Figuras 23 e 24).



Figura 21 – Preparação dos molhos de couve na propriedade dos Peglow, em São Lourenço do Sul, para entrega para a Cooperativa Sul Ecológica. Alida, Vera, Décio e Reinaldo, da esquerda para a direita.

Fonte: Acervo da pesquisa (maio 2009).



Figura 22 – Recolhimento da produção na propriedade dos Peglow com o caminhão da Cooperativa Sul Ecológica.

Fonte: Acervo da pesquisa (maio 2009).

Atualmente, há Comitês Gestores nos municípios onde são entregues os alimentos. Em São Lourenço, por exemplo, o município oficializou, em 2006, o seu Comitê do Programa Fome Zero, que reúne mensalmente as organizações locais, como comunidades religiosas, prefeitura municipal, cooperativas, entre outras.

Há uma série de argumentações que permeiam o Programa Fome Zero para os atores da rede. Se por um lado ele tem um caráter assistencialista, de doação dos alimentos, também representa diversidade e qualidade nos alimentos consumidos entre as populações urbanas atendidas pelo Programa. Nesse sentido, um ponto importante constantemente mencionado como positivo pelos atores locais é a possibilidade de que os produtos de base ecológica, comumente associados a alimentos mais caros, possam ser consumidos por populações em situação de insegurança alimentar.



Figuras 23 e 24 – Organização da entrega das cestas produzidas pelas entidades da Rede de Cooperação Solidária para o PAA.

Fonte: Fotografia Rocheli Wachholz. Cedido do Acervo do CAPA, realizada em fev. 2006.

Para a Cooperativa Sul Ecológica o PAA é o principal mercado de venda atualmente. Na reunião de maio do grupo do Prado Novo, de São Lourenço, os comentários em relação ao Programa Fome Zero e ao PAA eram sobre a incerteza de seu futuro, que por ainda não ser uma política pública consolidada, como mencionado na reunião, poderia terminar caso houvesse uma mudança no governo federal.

Nesta ocasião o extensionista Roni citou os dados da Cooperativa apresentados em sua Assembleia Geral, realizada em 31 de março de 2009, como fez nas reuniões de todos os grupos de São Lourenço. Ele chamava a atenção para o fato de que 85% do que é produzido na Sul é para o PAA, o que faz com que seja levantado o assunto da diversificação dos mercados.

Para os grupos que também fazem feira, como o próprio grupo do Prado Novo, essa diversidade na comercialização já ocorre, inclusive com o relato constante de falta de produtos demandados pelos consumidores.

Tabela 2 - Valores comercializados entre 2004 e 2006 para o PAA pela Cooperativa Sul Ecológica nos municípios contemplados pelo programa.

Município	Valores anuais (R\$)			Totais
	2004	2005	2006	
Pelotas	561.820,44	415.966,55	376.193,76	1.353.980,75
Canguçu	-	-	151.354,72	151.354,72
São Lourenço do Sul	-	-	76.791,98	76.791,98
Santa Vitória do Palmar	-	-	67.294,50	67.294,50
Totais	561.820,44	415.966,55	671.634,96	1.649.421,94

Fonte: Becker, Caldas e Anjos (2007).

Dentro dos possíveis papéis, funções e regras de relacionamento entre os atores envolvidos na operacionalização do PAA, Müller, Fialho e Schneider (2007) chamam atenção para a formação dos “arranjos institucionais”, na tentativa de explicar o desempenho das relações a partir das ações que um conjunto de instituições cumpre (ou declara como suas) em uma sociedade.

A Rede de Cooperação e Comercialização Solidária foi construída por diferentes atores, alguns de atuação local e outros de atuação mais ampla, que estabeleceram e/ou confirmaram laços e espaços de interação social, econômica e política que se aproximam do termo instituição, que segundo os autores envolve regras e acordos construídos nas relações sociais.

Regras essas, porém, que são estabelecidas de maneira assimétrica por atores que detêm diferentes funções, permeadas por fluxos de interesses e relações de poder. Especificamente em relação ao arranjo em torno do PAA na região de Pelotas, Müller, Fialho e Schneider (2007, p. 11) citam o fato de que as relações

estabelecidas permitiram relativa “equalização de poderes e interesses”, em função da adoção de uma estratégia em comum – o funcionamento do PAA. Mas isso não significa que eles sejam dissolvidos.

Como os objetivos dos atores variam, essa equalização também pode ser a todo momento revista ou mesmo manejada por outros caminhos, como ocorreu no período de realinhamento da Rede, em 2005, contado por Schmitt e Guimarães (2008):

As mudanças no contexto político-administrativo ocorridas após as eleições municipais levaram a um redesenho dos fluxos de distribuição existentes, com o enfraquecimento da atuação de alguns parceiros da rede, como a prefeitura de Pelotas e, por outro lado, o surgimento de novos, como a prefeitura de São Lourenço. (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008, p. 5).

Mas apesar de haver o envolvimento de diversos atores, a relação entre agricultores e consumidores finais através do PAA permanece distante. Uma iniciativa aprovada pelo Comitê Gestor do Programa Fome Zero em São Lourenço durante a reunião do mês de março de 2009 foi a de realizar uma visita dos responsáveis pelas comunidades locais (que realizam o recebimento e a distribuição dos alimentos para os consumidores) a uma propriedade que fornece alimentos ao Programa, na tentativa de aproximar esses atores. A família Peglow, de Quevedos, recebeu a visita do Comitê do Programa em junho de 2009, composto de um público predominantemente urbano.¹⁵

Essa visita também foi realizada para que o Comitê ficasse a par dos desafios da produção, justificada pelas dissonâncias apresentadas na referida reunião entre o que as entidades receptoras demandam e o que as organizações de produtores oferecem, em termos de qualidade e quantidade de produto. Assim como há alguns produtos oferecidos ao longo do ano, em determinadas épocas do ano não há produção de alguns alimentos.

Os principais problemas enfrentados relacionados ao fornecimento de alimentos concentram-se no verão, época do ano em que a falta de aparelhos de

¹⁵ Nesta visita, Reinaldo Peglow achou interessante que os representantes das comunidades “[...] ficaram impressionados que a cenoura leva três a quatro meses para poder colher. Elas achavam que em um mês tava pronto”.

irrigação são mais sentidos. Grande parte das famílias não possui uma estrutura que permita a produção nos meses mais secos. Mas a situação oposta, o excesso de produção de algum alimento – em 2009 ocorreu com a abóbora – pode acontecer, mesmo com os planejamentos feitos semestralmente. No caso de frutas, essa situação é contornada com o processamento das mesmas em sucos e *schimiers*.

Para os agricultores, o PAA é uma importante via de compra de sua produção, apesar dos percalços encontrados. Assim como estimulou o início da produção para muitas famílias o fato de ter a compra de produtos diversificados e de ter valorizados os alimentos base ecológica, queixas também são recorrentes. Por exemplo, em relação aos pagamentos pelos produtos fornecidos: em 2009, estavam ocorrendo com atraso de até quatro meses.¹⁶

4.4.2 O Território Sul e o Fórum da Agricultura Familiar

O Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul é, desde 1996, um ambiente de discussão e implementação de ações voltadas para a busca de soluções coletivas a partir da realidade e das demandas regionais, criando um espaço de representação política do Território Rural Sul do RS (Figura 25). É composto por organizações da sociedade civil e dos poderes públicos municipal, estadual e federal que têm contato com a agricultura familiar, como cooperativas e associações de agricultores familiares e pescadores artesanais, prefeituras, conselhos municipais de desenvolvimento rural, movimentos sociais, federação dos agricultores, sindicatos, ONG's, centros de pesquisa, ensino e extensão rural e estudantes (ver Anexo B), que se encontram mensalmente em reuniões, seminários ou oficinas.

¹⁶ O atraso nos pagamentos também é citado por Müller, Fialho e Schneider (2007).



Figura 25 - Fórum da Agricultura Familiar, realizado no Centro de Treinamentos de Agricultores de Canguçu (CETAC)

Fonte: Acervo da pesquisa (jul. 2009).

Dentre outras possibilidades, o Fórum se apresenta como espaço para relevantes discussões. Um exemplo foi acerca das áreas de preservação em cada propriedade, as chamadas Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente (APP),¹⁷ exigências legais que até meados de 2009 tinham previsão de serem postas em prática a partir de 11 de dezembro de 2009¹⁸ (BRASIL, 2008a). A repercussão dada ao Código no ano de 2009 causou nos atores desta rede apreensão, pois essa legislação, apesar de datar de 1965, foi alterada recentemente, através de decretos federais, o que causou um acirramento do debate.

¹⁷ A Reserva Legal é, segundo o Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 1965, modificado por BRASIL, 2001), um espaço da propriedade (20% no local) em que se deve, obrigatoriamente, manter a mata conservada ou recuperá-la, com a possibilidade de manejo sustentável. O estabelecimento dessas áreas congrega diversos dos temas discutidos globalmente. A legislação ambiental proposta exige que ao redor de nascentes de arroios, de fontes de água, naturais ou construídas, haja uma área de 50 metros de diâmetro de mata nativa intocável. Ao longo dos cursos de água, de acordo com a sua largura, são exigidos de 30 a 500 metros de mata ciliar e em locais com declividade acima de 45 graus não pode haver manejo (BRASIL, 1965, modificado por BRASIL, 1989), salvo por utilidade pública ou interesse social, em casos muito restritos (BRASIL, 2006).

¹⁸ Posteriormente os prazos de cumprimento dessa normatização foram postergados para julho de 2011 (BRASIL, 2009a).

Uma das deliberações na reunião de abril de 2009 do Fórum foi que houvesse esclarecimentos sobre o tema, que, segundo as lideranças presentes, estava sendo tratado de maneira exagerada (com “terror”) e distorcida por algumas entidades ligadas à agricultura (em especial as entidades patronais), amedrontando mais do que esclarecendo o assunto. Este tema, de abrangência nacional, continuou sendo discutido na reunião do mês seguinte, com a presença de um representante da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) do município de Pelotas, o engenheiro agrônomo Aroldo Barwaldt, que fez, a convite da direção do Fórum, uma apresentação detalhada das exigências que envolviam a normatização em vigor¹⁹. Desta maneira, o fórum congrega atores que, em momentos específicos, tratam de temas em comum.

Dada a consolidação do Fórum, sua representatividade regional e os contatos estabelecidos entre as organizações atuantes, a partir de junho de 2004 se iniciou um movimento de articulação entre o Fórum e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) que permitiu que este espaço atuasse como Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) no Território Sul do RS, com o objetivo de consolidá-lo como canal de execução de políticas de desenvolvimento para a região (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009), situação que permaneceu com a criação do Programa Territórios da Cidadania, em 2008.

O Território Zona Sul compreende a área da Zona Sul do Rio Grande do Sul, que é composta por 25 municípios (Figura 26), com 871.733 habitantes, ou seja, cerca de 8% da população do RS e 13% da área do Estado. Os três municípios da área de estudo, Canguçu, São Lourenço do Sul e Pelotas concentraram quase 50% do total de 138.969 habitantes do meio rural (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009).

¹⁹ Dadas as controvérsias estabelecidas sobre o Código, o tema não se esgotou. Fruto de mobilizações contrárias, a normatização está recebendo propostas de modificação por parte de organizações envolvidas com a agricultura, com os mais diversos objetivos.

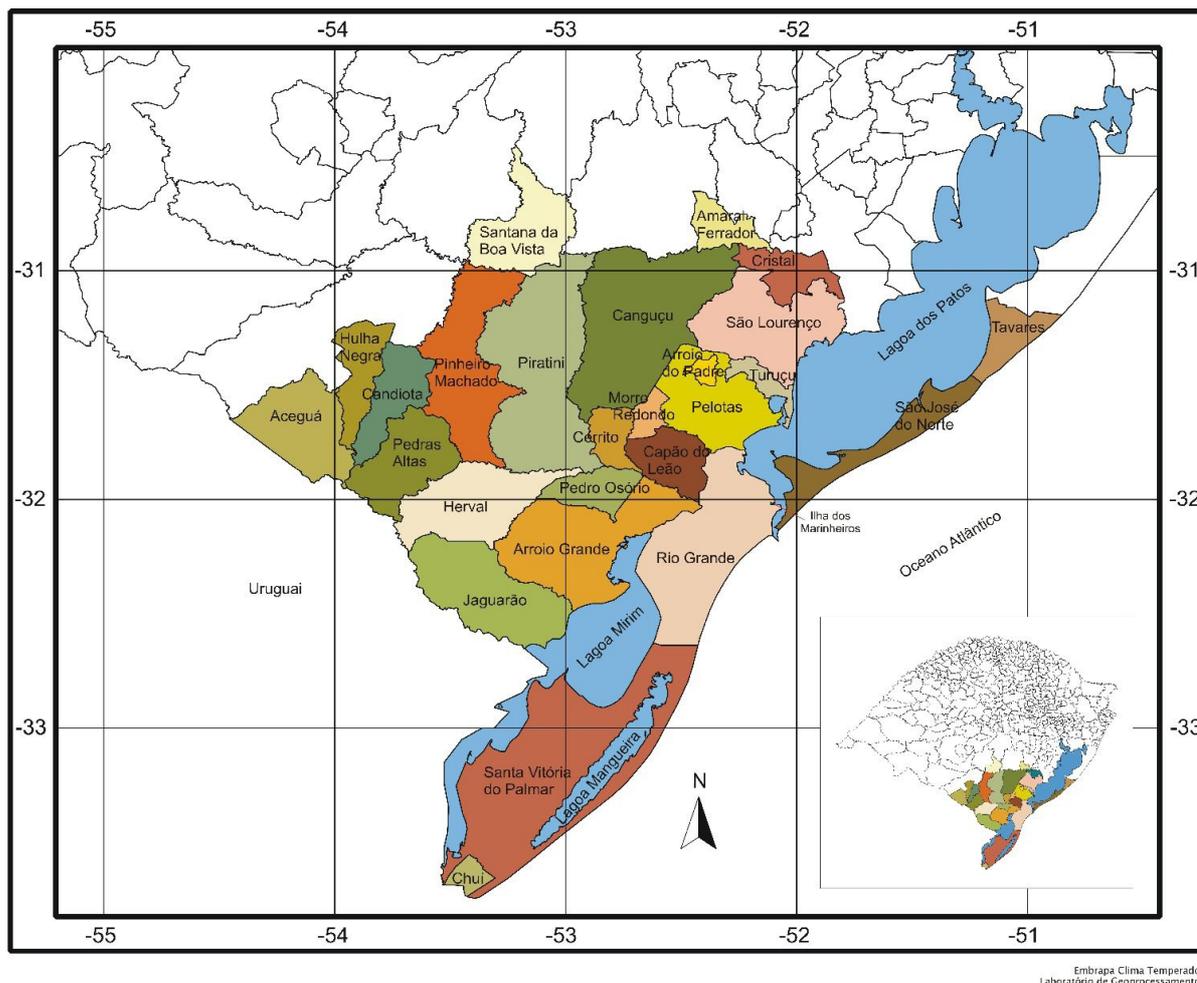


Figura 26 - Mapa do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul

Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária ([20--] apud CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009).

Nota: Atualmente, o município de Tavares (presente no mapa) não faz parte do Território.

Atualmente o Fórum possui um núcleo dirigente formado por representantes das organizações governamentais, das entidades não governamentais, do conjunto de organizações da agricultura familiar, dos representantes de assentados de reforma agrária, de pescadores artesanais e de quilombolas do território sul do RS. Possui ainda um núcleo técnico, vinculado à *entidade executora*, o CAPA, que auxilia na execução das ações, junto com os gestores públicos parceiros, como prefeituras municipais e a EMBRAPA (COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO SUL DO RIO GRANDE DO SUL, 2005).

Como CODETER, o Fórum da Agricultura também é o espaço para a discussão, deliberação e apresentação de Projetos de Infraestrutura e Serviços,

dentro da proposta de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, com o apoio local da figura de um assessor territorial do MDA.²⁰ O Programa Nacional de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), através da SDT/MDA, pelo Programa Territórios, é uma importante fonte de recursos para muitas entidades da região, dentre as quais estão a Sul Ecológica, UNAIC, COOPAR, Associação ARPA-SUL, Cooperativa ARPA-SUL, os quilombos da região (incluindo o Quilombo Monjolo), Cooperativa Teia Ecológica e outras. Os projetos são aprovados por votação em plenária, com direito a voto aquelas organizações com presença de um representante seu em pelo menos 70% das atividades do Fórum.

Mas ter um projeto aprovado não significa necessariamente que este seja prontamente executado. A Sul Ecológica, por exemplo, teve aprovado um projeto em 2005 em parceria com a prefeitura de Pelotas para a aquisição de um caminhão orçado em R\$33.000,00. Porém, era muito comentado entre os agricultores o fato de que em 2010 essa não compra ainda havia sido concretizada. Segundo o relato do presidente, Ivo Scheunemann, o fato decorria dos entraves burocráticos do processo, mas, como afirmavam alguns agricultores descrentes com a vinda do caminhão, as limitações também seriam políticas, causadas pela mudança na administração municipal.

4.5 A REDE ECOVIDA E A CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

A comercialização de produtos de base ecológica envolve laços de confiança na qualidade dos alimentos, pois, mesmo quando não é perceptível visualmente, esses produtos carregam consigo associações a processos agrícolas específicos, que envolvem a preocupação em evitar prejuízos aos elementos naturais e às pessoas envolvidas na produção – seja pelas técnicas utilizadas no manejo do ambiente ou pela ausência de agroquímicos na produção – e também em gerar produtos mais saudáveis aos que consomem.

²⁰ Que trabalha diretamente na sede do CAPA.

Quando a comercialização é feita através de feiras, como as organizadas pela Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL) e pela Cooperativa Sul Ecológica, em que os próprios agricultores vendem seus produtos, os laços de confiança são estabelecidos através de relações de amizade, parentesco e vizinhança e são renovados a cada feira, com constantes momentos de diálogo entre quem produz e quem consome. Mas em situações de comercialização indireta, como em lojas e supermercados, não há a formação das mesmas ligações entre consumidores e agricultores.

Um caminho encontrado para diminuir esse distanciamento é a certificação dos produtos orgânicos,²¹ que não necessariamente pretende criar laços, mas tenta mostrar aos consumidores que os produtos estão em conformidade com aquilo que se considera dentro do ideal de produção, mediante parâmetros verificados pelos envolvidos, e assim possibilita a expansão dos mercados de comercialização, com o uso de selos de certificação (Figura 27).



Figura 27 – O Selo do Sistema Sisorg

Fonte: Brasil (2008c).

Inicialmente o processo de certificação era uma ação empreendida por atores que desejavam dar aos seus produtos uma garantia extra de procedência e qualidade, dada a sua singularidade, que considerasse a sua trajetória desde a fonte de produção até o ponto final de venda ao consumidor. Este é o caso dos

²¹ Utiliza-se o termo orgânico por ser o mesmo adotado na normatização vigente.

agricultores da ARPA-SUL, que em boa medida já passaram pelo processo de certificação.

Mas, acompanhando o aumento da visibilidade desses produtos, foi identificada a necessidade por parte do poder público e de alguns dos atores envolvidos de regulamentar essa produção. Reunindo dentro da categoria de “orgânicos” as diferentes vertentes que englobam a produção de base ecológica, a legislação que rege a certificação, fruto de discussões que iniciaram na década de 1990, é dada pela Lei Federal 10.831 (BRASIL, 2003b) e regulada por cinco Instruções Normativas.

A partir dessa normatização, foi criado o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG). Fazem parte do SISORG dois tipos de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC): as Certificadoras e os Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPACs). Ambos recebem o selo SISORG, mas o primeiro, a acreditação, fiscalizada pelo INMETRO e credenciada pelo MAPA, pode ser efetuada por um organismo de terceira parte, isto é, por certificadoras sem vínculos com os produtores.

Já os OPACs fazem parte de Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG), em que a acreditação é feita por grupos compostos de agricultores e outros atores interessados, como consumidores, técnicos e organizações sociais, caso da Rede Ecovida, uma OPAC, que também precisa estar credenciada ao MAPA (BRASIL, 2009b).

Aqueles agricultores que realizam a venda direta não necessitam da certificação, porém devem estar vinculados a uma organização de controle social (OCS) e cadastrados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).²²

Essa legislação previa a exigência da certificação de produtos orgânicos para a venda indireta a partir de 28 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2007). Depois de intensos debates que acompanharam esse processo durante o ano de 2009, esse prazo foi expandido por mais um ano, até dezembro de 2010 (BRASIL, 2009b).

Mas este processo, ao mesmo tempo em que pode ser visto como uma maneira de valorizar os produtos, também traz adaptações e limitações ao trabalho

²² Essa ligação é justificada por considerar-se que a agricultura de base ecológica faz parte de um processo coletivo – as famílias nunca estariam isoladas na produção.

diário das famílias. A proposta, nesse sentido, é refletir sobre a exigência da certificação de produtos orgânicos enquanto uma demanda externa para as famílias agricultoras, que nem sempre têm o mesmo ritmo imposto pela legislação, mesmo quando inserida em um processo que se propõe participativo.

A certificação como produto orgânico não é necessariamente vista como viável ou uma prioridade por todas as famílias agricultoras da região que se inserem na rede. É possível citar alguns fatores limitantes, como os custos de uma certificação e também as dificuldades de atingir e mesmo manter a propriedade dentro de determinados parâmetros, principalmente no que diz respeito à dificuldade da adubação, em parte pelas características pedológicas locais, fato constantemente citado pelos agricultores e extensionistas da rede.

Essa apreensão quanto à certificação dos produtos é exposta pelos atores, como diz um agricultor: “eu tô preocupado, com essa lei que não pode usar nenhum adubo, a gente não sabe como vai ser”. Ele se refere ao adubo organomineral e a ureia, principais aditivos ainda usados pelos agricultores na produção de base ecológica.²³

Porém, a importância da certificação para a Cooperativa Sul Ecológica é expressa constantemente pelos atores com a preocupação de que na comercialização das hortaliças, frutas, grãos, sucos, doces e mel através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma das mais relevantes vias de comercialização da Cooperativa, o valor adicional de 30% dado aos produtos atestados como de base ecológica permaneceria somente para aqueles agricultores que obtivessem o selo de certificação. Assunto que ainda demanda maiores esclarecimentos, segundo Fonseca e Carrano²⁴ (2006, apud FONSECA, 2009) a possibilidade de venda direta de produtos orgânicos sem certificação para as compras governamentais é pouco conhecida pelos atores de modo geral. De qualquer maneira, na busca de novos mercados de comercialização indireta a presença do selo é um fator limitante.

As famílias da rede, em situações específicas, como no uso de adubo organomineral ou na produção de mel, não conseguem ou não desejam se adequar totalmente à legislação vigente com relação aos produtos orgânicos, mas estão

²³ Esta discussão será apresentada no subcapítulo 5.2.

²⁴ FONSECA, M. F. A. C.; CARRANO, S. *Considerações sobre a regulamentação na agricultura orgânica: sistemas participativos de garantia: perguntas e respostas*. Niterói: PESAGRO-RIO, 2006.

inseridas na produção por eles identificada como ecológica e também na discussão da certificação de seus produtos através do núcleo sul da Rede Ecovida de Certificação Participativa.

“Praticamente acaba o mel orgânico para a agricultura familiar” com a atual normatização da certificação, expõe Roni Bonow, de São Lourenço. Sua inquietação, entre outras, é com o fato de que o mel exige um isolamento de três quilômetros do local das colmeias em relação a cultivos que não sejam de base ecológica. A realidade local mostra que muitas propriedades na região não têm largura superior a três quilômetros, pois estão em faixas longas e estreitas de terra, sendo que algumas chegam a ter 100 metros de largura.

Na reunião de junho do núcleo sul da Rede Ecovida, realizada na sede do CAPA, estavam presentes agricultores, extensionistas da CPT, CAPA, Sul Ecológica, COOPAR, UNAIC, lideranças da Associação ARPA-SUL, da Cooperativa ARPA-SUL, da COOPAVA, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e representantes de entidades de consumidores, como a Teia Ecológica. Uma das principais preocupações expostas era a necessidade de adequação dos agricultores participantes da Rede à nova regulamentação da certificação, aliadas à preocupação com a credibilidade do seu produto, o que ocasionou a retomada dos cursos, conversas e debates sobre o tema.

As discussões neste encontro se centraram sobre os pontos considerados críticos. Além dos já citados, uma preocupação que acompanhava os relatos era se a certificação seria em relação a toda propriedade ou para cada produto. Caso fosse por propriedade, o número de famílias certificadas diminuiria sensivelmente. “Na Sul [Ecológica], sobra praticamente 10% dos agricultores que têm toda a propriedade agroecológica”, segundo o extensionista Roni Bonow. O Decreto 6.323 (BRASIL, 2007) permite a produção paralela na mesma propriedade de produtos orgânicos e não orgânicos, desde que haja uma separação do processo produtivo.

Em relação a essa normatização, um dos aspectos muito valorizado por Fábio Mayer, extensionista do CAPA, participante da Rede Ecovida, é o peso da participação de diferentes atores na sua formulação:

Essa legislação ela veio da forma que a rede [Ecovida] quis. Essa legislação ela teve o processo mais democrático que poderia ter havido. Foram mais de 40 reuniões em Brasília. O processo é esse, se tem que certificar, é do nosso jeito, na nossa lógica. (FÁBIO MAYER, extensionista do CAPA).

Porém, mesmo que a certificação atual seja fruto de longas discussões e que tenha havido influências das entidades envolvidas na produção sobre a legislação, o “nosso” jeito é mais próximo das entidades de extensão rural do que dos agricultores, que nem sempre têm a mesma visão – ou a mesma lógica – sobre o processo.

Mas como ocorre o processo de certificação, que passa de demanda interna a regra, com o desafio de certificar as inúmeras propriedades que já manejam a produção a partir de práticas de base ecológica, mesmo que em diferentes graus, com a consciência de que o processo de experimentação, tão importante nesse tipo de produção, é dinâmico e apresenta tempos diferentes para cada um, cada família o vivencia de maneira única?

Uma primeira tentativa de regulação foi realizada em 1994, conforme Santos (2003, p. 2), quando “[...] o Ministério da Agricultura pretendia normatizar a produção, comercialização e certificação de produtos orgânicos no Brasil”. A iniciativa, tal como estava constituída, foi questionada por diversas entidades envolvidas na produção, por considerarem que ela não respeitava os princípios da Agroecologia. A partir disso, as entidades envolvidas intensificaram o debate e a mobilização sobre o tema.

Havia, nessa época, a discussão se a certificação deveria ser realizada a partir de uma instituição externa, distante – ou melhor, “neutra” –, para que a credibilidade do produto e da produção fosse atestada ou se esta se daria a partir de sistemas mais participativos, que pudessem fornecer a acreditação aos produtos orgânicos através da articulação de todos os atores envolvidos, incluindo os locais.

Este último era o sistema defendido por agricultores, extensionistas e consumidores que vieram a criar a Rede Ecológica de Agroecologia. Para aqueles que desejavam ou necessitavam da certificação, os desafios e os altos custos das empresas certificadoras estimularam a busca de alternativas para a acreditação de seus produtos, os quais passam a utilizar o selo de certificação (Figura 28).



Figura 28 – O Selo da Rede Ecovida

Fonte: CADERNO (2004).

Seguindo esse breve histórico, interligado com discussões prévias, em 1999 foi publicada a Instrução Normativa (IN) 07 do Ministério da Agricultura sobre a produção orgânica. Nesta IN foram estabelecidas normas de produção, processamento, distribuição e certificação dos produtos orgânicos. Nela há importantes informações, por exemplo, consta que a certificação deve adotar processos condizentes com as características locais, sempre com base nas exigências legais (BRASIL, 1999).

Além disso, a IN 07 previa a criação de comissões (uma comissão nacional e outras, por estados) de produção orgânica, compostas por organizações públicas e da sociedade civil. Outras INs foram publicadas, como a IN 64, que traz o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal (BRASIL, 2008a).

A formação da Rede Ecovida foi baseada nas experiências voltadas para o consumo interno, na qual os atores consideravam fator essencial que não coubesse a um agente externo desconhecido a *responsabilidade* pela acreditação, o que, segundo Santos (2003, p.2), “seria, e é, uma falta de respeito à nossa história e capacidade”.

Ao final do ano de 1998 se iniciaram os debates sobre a formação da Rede Ecovida, onde, a partir de 2000, agregaram-se organizações de todo o Sul do Brasil. Dela participam agricultores familiares de base ecológica, organizados em grupos nas comunidades e suas entidades, organizações não governamentais de

assessoria técnica, cooperativas de consumo, além de processadores e comerciantes de alimentos agroecológicos (pequenas empresas, agroindústrias).

A Rede possui núcleos regionais, que na região é representado pelo Núcleo Sul. Atualmente se distribui por 24 núcleos, sendo que cada um tem aproximadamente 8 a 10 entidades (Figura 29). Esses núcleos possuem autonomia quanto à escolha dos agricultores e organizações que farão a certificação, bem como a maneira como procederão na certificação, guiados pelo regimento interno do núcleo e pelas deliberações do grupo. Mas a Rede Ecovida possui normas próprias de funcionamento comuns às mais de três mil famílias participantes.



Figura 29 – Núcleos da Rede Ecovida. Destaque para o Núcleo Sul (18), localizado na área de pesquisa.

Fonte: Rede Ecovida de Agroecologia [20--].

Do Núcleo Sul da Rede Ecovida fazem parte a UNAIC, a Associação ARPA-SUL, a Cooperativa ARPA-SUL, a COOPAR, a COOPAVA, o Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA), a Teia Ecológica, a CPT e o CAPA. No Núcleo

Sul, a coordenação ficou a cargo de CAPA, ARPA-SUL, Sul Ecológica e Teia Ecológica. A entrada de novos integrantes está condicionada aos critérios do núcleo.

Cada núcleo possui ainda um Conselho de Ética, escolhido por seus membros. Ocorrem assembleias gerais – os chamados Encontros Ampliados – a cada dois anos, sendo neste espaço realizada a produção e discussão de todos os documentos que se referem ao funcionamento e ao processo de certificação da Rede.

Dada a necessidade de certificar cerca de 300 famílias da região, a grande maioria da Sul Ecológica, a referida reunião do Núcleo Sul foi intensa, marcada por esclarecimentos, preparações e algumas deliberações sobre o processo de normatização citado anteriormente. Uma deliberação do núcleo foi que o processo de certificação iniciasse com 50 famílias, priorizando aquelas que não plantam fumo na propriedade. Outra decisão do Núcleo foi que as visitas seriam feitas por uma equipe com um técnico local e um agricultor, este último necessariamente de outro município.

Nesta reunião ainda foram expostos os relatórios das visitas de certificação para a COOPAVA, apresentação que faz parte do processo de certificação. Seu Francisco, liderança na Cooperativa, fez uma apresentação sobre a mesma, localizada no Assentamento Conquista da Liberdade, no município de Piratini/RS. A Cooperativa teve sua fundação em 29 de agosto de 1995 e atualmente conta com 32 cooperados que ocupam, coletivamente, uma área de 117 ha, na qual criam gado leiteiro e produzem pêssego, hortaliças, milho e feijão (sementes crioulas e variedades). Além disso, possuem uma agroindústria de leite de beneficiamento do pêssego.

O processo pelo qual passam os demandantes pela certificação inicia-se com a solicitação da certificação ao Núcleo Regional da Rede, neste caso o Núcleo Sul, que encaminha o pedido ao Conselho de Ética do Núcleo. Para cada unidade produtiva é preenchido um formulário e realizada a visita à propriedade ou agroindústria. Após, é apresentado ao Núcleo o relatório dessa visita. Com base no trabalho do Conselho de Ética, o Núcleo aprova a certificação e autoriza o uso do selo (CADERNO..., 2004).

Na mesma reunião Fábio Mayer fez um relato sobre as primeiras impressões sobre a certificação:

Essa legislação de produtos orgânicos, nós, como Rede Ecovida, sempre tivemos a posição de [...] que quem tinha que certificar é quem usa transgênico, quem tem produção convencional [...]. Mas essa posição já foi superada, o momento é outro, a lei veio. (FÁBIO MAYER, extensionista CAPA).

Fábio, interlocutor da Rede Ecovida, deu essa ênfase durante a reunião pelo fato de que a certificação das áreas de produção “convencional” ainda é uma posição defendida por muitos agricultores, já bastante discutida entre os atores. Essa fala expressa um momento de confirmação de determinadas escolhas como as mais corretas.

Ele se colocou como intermediador entre a Rede Ecovida, organizações de extensão rural, poder público e agricultores. Sobre o processo de elaboração da normatização, Fábio demonstrava a preocupação em expor aos presentes que esta estava da “melhor maneira possível”, graças à participação dos atores:

Então a legislação de produtos orgânicos [veio] na lógica de fortalecimento da agricultura familiar camponesa, da soberania alimentar, da Agroecologia, do desenvolvimento sustentável duradouro, considerando os agricultores e as muitas entidades participantes. (FÁBIO MAYER, extensionista CAPA).

Mas nessa discussão também está em jogo o poder dado para a escolha das prioridades humanas de manejo dos elementos naturais e como isso afeta as populações locais nas incontáveis maneiras de interação entre os que compõem essas peculiaridades. Estão presentes, a partir de um regramento da possibilidade de agir sobre o ambiente físico, influências que contribuem para moldar as relações mantidas entre humanos e não humanos.

5 OS NÃO HUMANOS NA REDE

Uma série de objetos é mobilizada na agricultura e a sua proximidade com diferentes elementos, como o solo, as vertentes de água e as plantas é uma de suas peculiaridades. Aliado a isso, novas técnicas, mobilizadas pela rede, como adubos verdes, ou a negação de outras, no caso da aplicação dos agroquímicos, trazem ou reforçam aos demais atores significados estabelecidos sobre o que é produzido.

No processo produtivo de base ecológica assumem importância produtos preventivos de doenças das plantas, como os homeopáticos, o “Curamor”, o “Xispatudo”¹ e o “Curapest”; os agroquímicos (por eles chamados de “veneno”, mas que ainda é “remédio” para muitos agricultores), mesmo quando não mais são usados, e os cultivos, como batata, arroz, feijão, soja, hibisco e plantas como o butiá, araquá, goiaba, nativos da região, entre outros, que fazem parte das associações que a rede enreda.

Ao mesmo tempo em que circulam frutas e hortaliças, também conhecimentos, técnicas, opiniões e controvérsias estão presentes. Busquei traçar aqui como as influências exercidas por esses actantes, mesmo indiretamente, geram significados e causam adaptações para os demais atores.

Estes são vistos aqui através das redes sociotécnicas desenhadas por relações entre agricultores, entre eles e os não humanos e/ou agentes externos. Mesmo não sendo compostos pelos mesmos elementos, humanos e não humanos, natureza e sociedade, técnicas e valores podem ser descritos em uma mesma rede, em que podem ser identificadas relações sociais, conhecimentos técnicos e suas materializações.²

¹ Xispa é uma expressão que significa mandar embora, afugentar. Esses produtos são da agroindústria AGV, localizada no município de Sobradinho, RS. São as chamadas caldas de “segunda geração” que servem como fertiprotetores, protetores foliares etc.

² Enquanto conversava com Mirian Costa, de São Lourenço, sobre as redes sociotécnicas que envolvem a agricultura de base ecológica e sobre os não humanos, ela associou prontamente nossa conversa com a circulação de minhocas através do grupo Prado Novo, que também demonstrava os laços formados entre esses atores: “Quando eu comecei, o meu tio tinha aquelas minhocas californianas, daí eu trouxe aquela minhoca para cá. Hoje eu acho que todos do grupo já pegaram aquela minhoca. Hoje eu até acho que já nem tenho mais, pelo menos no minhocário nem tem mais, pode tá por aí... Mas tu vê quantas pessoas já se envolveram”, além dos não humanos, as minhocas no caso por ela citado.

Em uma perspectiva simétrica, este trabalho volta o olhar para os objetos e os conhecimentos em via de se constituir ou em transformação, em que os atores, humanos ou não, são observados a partir das ações, no constante trabalho interpretativo de ajuste das circunstâncias cotidianas a categorias gerais.

Nesse sentido, é possível visualizar que os agricultores buscam experimentar, relacionando-se de maneiras variadas com o meio e constantemente desenvolvendo e renovando as normas locais e práticas diferenciadas de uso dos elementos disponíveis através do diálogo técnico, composto por atividades de produção, de intercâmbio de conhecimentos entre produtores e de observação mútua, em diferentes espaços sociotécnicos, sejam eles cotidianos, sagrados, festivos (SABOURIN, 2001).

Mas os resultados das mudanças técnicas não são vistos apenas no ambiente físico, também na formação de novas conexões trazidas por essas técnicas. Não se resumem aos impactos ecológicos (que podem nem ocorrer), mas também aos novos contextos trazidos pelas novidades técnicas e pelos atores considerados leigos, que as trabalham (ANDRADE, 2004). Isto é, os objetos presentes na rede não somente geram alterações no meio físico, mas também representam o desenvolvimento ou revalorização das relações dos humanos entre si e com os não humanos. Pela significativa quantidade de actantes, serão abordados aqui apenas aqueles mais que se destacaram na rede.

5.1 AS TÉCNICAS E SEUS POSSÍVEIS PAPÉIS NA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA

Para entender as associações entre os actantes é preciso refletir sobre o que representam as técnicas. A caracterização mais comum entende que técnicas e tecnologias são construídas como respostas a demandas, a partir de determinados interesses e fundamentadas em princípios científicos ou empíricos, que correspondem à vontade dos seres humanos de transformar seu ambiente e de buscar novas formas de satisfazer suas necessidades ou desejos. Aplicadas à

agricultura, são materializadas em procedimentos e instrumentos empregados para transformar e consumir produtos.

Porém, essas associações, ligando as técnicas somente aos seus objetivos instrumentais que permitem práticas mais eficientes ou mais rápidas são simplificadoras, pois mais do que uma técnica que facilita a produção³, ela carrega consigo significados, escolhas.

Problematizando o tema, Latour (1994b) diz que a definição tradicional de técnica como algo conscientemente planejado pelo *Homo faber* deve ser substituída pela definição de técnica também como “socialização dos não humanos”, de maneira a permitir a mobilização de movimentos que foram executados anteriormente, remotamente ou por outros *actantes*, como se permanecessem presentes dando um olhar diferente sobre o processo. Nesse sentido, os coletivos que ligam sociedade e tecnologia são cheios de transações, relações e mediações. A crítica ao mito do *Homo faber* é feita na tentativa de visualização das propriedades trocadas entre os *actantes* através de delegação técnica, em uma transação complexa (LATOURE, 1994b).

Entende-se que não é possível dissociar uma tecnologia ou uma técnica das condições nas quais é aplicada, isto é, em sua abrangência, em sua dimensão espaço-temporal, devendo ser consideradas aqui outras possíveis influências. A sua criação e aplicação possui diversas inter-relações, com a política, com as condições socioeconômicas, com as condições de trabalho, com a qualidade dos alimentos e produtos, com a educação e também com a qualidade do ambiente físico (PROGRAMA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR, 2008), além dos paradigmas científicos estabelecidos no momento de sua formação.

Nilo Schiavon (Figura 30), pensando no engajamento dos agricultores, é seguro ao afirmar que mais do que aprender as técnicas, “[...] tem que mudar é a mentalidade. Porque depois que conhece as técnicas, não é tão mais difícil, o difícil é mudar a mentalidade das pessoas”.

³ As comodidades oferecidas podem ser inúmeras. Imagine, por exemplo, um grão de soja que resiste (a princípio só ele) a um herbicida, permitindo que as demais plantas ao seu redor sequem quando usado esse produto e assim esse grão (a soja modificada geneticamente, no caso) não sofra concorrência com as demais. Esse caráter instrumental, porém, não é o único elemento a perpassar a criação e disseminação da soja transgênica. Inúmeros atores estão em tensionamento, desde legisladores que aprovaram seu uso no Brasil, até cientistas envolvidos na criação, passando pelas empresas multinacionais que controlam os lucros oriundos dessa tecnologia e pelos seus críticos.



Figura 30 – Nilo Schiavon, explicando para um grupo de visitantes como a família produz vinho e jurupiga, bebidas feitas a partir das uvas de sua propriedade.

Fonte: Acervo da pesquisa (maio 2009).

Essa mentalidade a que Nilo se refere é a relacionada justamente àquilo que acompanha as técnicas – suas ações e reações anteriores –, neste caso da visão de que o que é moderno (no sentido de novo e mecanizado) é melhor. Essa ideia de mudança que Nilo defende está relacionada com a disposição em tomar partido, em pertencer a um grupo, isto é, quando os objetos se relacionam aos humanos, estes recebem, de certa maneira, novos sentidos, mediados por esses não-humanos: um humano munido de objetos é um humano diferente (LATOURE, 2001).

Mas as técnicas, como uma das expressões de determinadas escolhas, nem sempre são as mais fáceis ou as mais rentáveis. Mas então por que ocorrem? A escolha de determinadas técnicas e tecnologias e a recusa de outras carrega também interesses, vontades e referências sobre os resultados que são esperados. São situações e escolhas que envolvem, na agricultura, a produtividade e o retorno financeiro, mas nem sempre os priorizam, pois abrangem também motivações outras, como me relata Mirian, da Agroindústria Figueira do Prado:

Mirian: Eu já te contei por que é que eu comecei...

Eu: Sim, e agora eu quero saber por que tu continuas... (risos)

Mirian: Eu não sei se eu sempre tive essa visão, do que tá acontecendo com o ambiente, eu sempre senti essa necessidade, e aí no começo eu pegava muito pesado com as pessoas. Mas eu vi que não adiantava [...]. E fazendo este trabalho que eu faço, que no começo muita gente me chamou de louca, sei lá, eu acho que eu tô mudando a cabeça de muita gente [...]. Olha, eu acho que eu estou ajudando um pouquinho, eu tô fazendo aquele pedacinho que talvez se eu não fizesse, talvez ia fazer falta amanhã pro mundo. E [...] eu me sinto realizada [...]. Uma, pela questão financeira também, é claro [...]. Mas eu tô vendo as coisas mudarem, eu vejo as pessoas respondem mais. É unir o útil ao agradável. (MIRIAN COSTA, proprietária da Agroindústria Figueira do Prado, São Lourenço).

A mobilização em torno da problemática ambiental, como parte de um movimento globalizado, traz responsabilidades assumidas localmente, de preocupações com os cuidados ambientais. Acompanha frequentemente os discursos dos atores dessa rede e compõe uma motivação importante para a formação e permanência na rede. Têm visibilidade expressiva para os agricultores da rede alguns temas associados à problemática ambiental, principalmente aqueles que são comprovados localmente, que ligam o local ao global, as redes curtas com as mais longas. Um em especial refere-se às mudanças climáticas, associadas a eventos extremos na região.

Os últimos dez anos foram marcados por constantes estiagens e alguns momentos de chuvas muito fortes, que inviabilizaram algumas safras ou demandaram novos investimentos. Segundo seu Roni Mühlenberg, agricultor, “[...] uns anos atrás a gente nem sabia o que era aquecimento global”, tema que atualmente faz parte do cotidiano dos agricultores e que inclusive já afetou sua propriedade, como enfatiza, principalmente nos períodos de seca⁴.

As mudanças no clima, percebidas e reforçadas como prioridades, provocam novas conexões e significados entre os atores. Nesse caso, o clima assume significado de incerteza quanto à viabilidade da produção e as técnicas relacionam-se com a minimização de alguns efeitos diretos. Como chama a atenção do agricultor Reinaldo Peglow, “o clima não ajuda mais como antigamente, quem não tem irrigação, não consegue plantar hortaliças no verão”, em uma fala muito frequente também nas reuniões dos grupos da Cooperativa Sul Ecológica e em

⁴ Em face das dificuldades na produção que a família tem enfrentado nos últimos anos, seja por períodos de secas ou por doenças em suas lavouras, até mesmo a mudança para a tentadora fomicultura, tão comum na localidade, chegou a ser cogitada.

outros espaços de discussão. Para a Sul Ecológica, os técnicos chamam a atenção, nas reuniões, que a produção de hortaliças praticamente cessa quando se aproxima o período de estiagens.

Em outro extremo, a propriedade dos Schiavon, em Pelotas, foi uma das mais afetadas com a geada e a *pedra* (granizo). Eles tiveram seus pés de pêssego atingidos na época de floração, em agosto, na mesma semana em que ele estava ministrando palestra em Brasília, a convite do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Mesmo assim, ele conseguiu colher pêssegos, sem mostrar desânimo.

As dificuldades em função do clima são vistas por muitos agricultores desta rede com estreita ligação com a (falta de) conservação dos elementos naturais. Para Luciano Mühlenberg, agricultor e técnico em agroecologia,⁵ é também uma responsabilidade:

Por que há uns tempos atrás o clima não era tão violento. Quando nós começamos com a ecologia era mais fácil que hoje. [...] aquela força de vontade eu não mudei nada, só que eu também reconheço que nós fomos os que estragamos muito a natureza. Nós também temos que intervir pra consertar ela. Se nós tivemos o direito de estragar, nós temos direito de ajudar a consertar. (LUCIANO MÜHLENBERG, agricultor, São Lourenço).

Nesse sentido, além do significado de uma produção mais eficiente, com menos incertezas quanto às intempéries, as técnicas escolhidas assumem sentido de colaboração e recuperação em relação aos efeitos negativos do uso da coletividade humana sobre os elementos naturais. Seguindo o processo em que os atores influenciam e são influenciados, nessa rede aparecem distintas formas como os agricultores interpretam as demandas globais, associando-as a eventos locais e se adaptando àquilo que lhes é transmitido de acordo o que consideram correto ou necessário no momento.

Na tentativa de aprofundar o que representam as ações técnicas, entende-se que sua manifestação não é uma relação exclusiva dos humanos. Latour (1994b) a define como uma forma de *delegação*⁶ que permite mobilizar em uma interação movimentos que foram executados anteriormente e por outros *actantes*, como se

⁵ Formando em Braga, RS, com a participação de outros filhos de agricultores da região.

⁶ Delegação é um tipo de deslocamento espacial, temporal ou de atores.

permanecessem presentes e disponíveis para nós agora. Sem a presença do passado e, portanto, dos não humanos, limitaríamos as interações.

Se por um lado as práticas de base ecológica redefinem a maneira de produzir, situação potencializada neste caso por sua forte identificação com vertentes específicas da agricultura, também possibilitam ou promovem novas ligações e novos conhecimentos. Entende-se aqui que é difícil fazer uma separação entre o que possui somente determinação humana e o que é estritamente natural. Emergem diferentes associações, desde a construção de objetos inovadores a partir dos elementos naturais, como as proporcionadas pela engenharia genética, até a restrição ou negação do uso desses elementos, buscando isolá-los da intervenção humana com a justificativa de que essa seria a única maneira de possibilitar a sua manutenção.

Segundo Latour (2001), as técnicas atravessam a fronteira entre signo e coisas, sendo que essa transposição se dá pela delegação de uma função a um actante. As técnicas modificam, além da forma, também a substância da expressão. Nesse caso, as técnicas agem como alteradoras: os significados, objetivos e definições se deslocam pela ação dos não humanos. Os humanos já não agem por si mesmos, ocorre a delegação de ação a outros actantes.

Aos objetos é atribuída essa aparente atividade própria. As ações dos objetos cotidianos são frequentemente previsíveis e confiáveis, diferentemente dos seres e dos objetos técnicos em curso de elaboração, os quais são difíceis de controlar, mas indispensáveis para a ação humana. Podem ser descritos diferentes regimes de relações com as coisas através das redes, por exemplo, a relação de familiaridade e de significação com os objetos (BÉNATOUÏL, 1999).

De maneira a mostrar as inter-relações entre os actantes nesta rede, serão visualizados os diferentes momentos que envolvem a agricultura de base ecológica, desde as preocupações que surgem no início da produção até a comercialização dos produtos finais. Seja no preparo do solo, na escolha de cultivos, nas técnicas usadas para conduzir a produção e também nos produtos colhidos e posteriormente comercializados, percebe-se a ligação entre técnicas de produção, vontades humanas, produtos inovadores e elementos naturais que têm em sua conservação uma das justificativas para desenvolver esses cultivos.

5.2 O SOLO E A TAREFA DE PREPARÁ-LO

A agricultura de base ecológica exige um grande conhecimento das diferentes etapas do processo produtivo de vários cultivos, relacionando-os; bem como das possibilidades para manejar os elementos naturais. Não conta com a “facilidade” proporcionada pelo uso de dessecante, pesticida, adubo sintético e muitos outros, e reflete tanto na força de trabalho e nos índices de produtividade quanto no tempo despendido.

Seguindo o processo com o qual se deparam os agricultores e agricultoras em sua produção, dentre uma das principais preocupações está o solo. Lembro da frase de Renato Holz: “existe essa cultura de só tirar do solo, mas a gente tem que repor também”, que é uma preocupação frequente no grupo de agricultores de base ecológica, que muitos agricultores veem como desafio, como algo que sempre pode representar um fator a mais a ser descoberto.

Uma das opções encontradas para o preparo do solo foi a adubação verde, em um processo no qual são semeadas plantas intercaladas com os cultivos, como mucuna preta, aveia, ervilhaca, crotalária, azevém, feijão-miúdo, feijão-guandu, para repor os nutrientes do solo que foram tirados em cultivos anteriores através da matéria orgânica dessas plantas.

Nilo Schiavon, com largo conhecimento em adubação verde, justifica a sua importância, em uma palestra na Semana do Alimento Orgânico, para alunos da quinta série de uma escola do município de Canguçu:

Uma dificuldade muito grande que os agricultores têm pra iniciar a produção ecológica é na questão matéria orgânica. É um dos piores problemas que se tem aqui na nossa região, por ser um solo muito pedregoso, um solo de areia [...]. Eu sou um dos adeptos de produzir a matéria orgânica no local, se vocês vão lá [na propriedade] vocês vão ver que as lavouras lá no Nilo tão tudo no mato. (NILO SCHIAVON, agricultor, Pelotas).

Ele se refere ao fato de sua propriedade ter grande diversidade de cultivos para esse fim, que pode parecer, em um olhar menos atento, uma área que não há

manejo (Figura 31), o que é um ponto considerado positivo dentro dos sistemas agroecológicos: um manejo que mantenha a proximidade com os sistemas naturais.



Figura 31 – Exemplo de adubação verde, em um local de produção de uvas. Propriedade da família Schiavon, Pelotas.

Fonte: Acervo da pesquisa (maio 2009).

Nota: Além disso, há três variedades de batata doce plantadas neste local.

Quando maiores, essas plantas são misturadas ao solo, no preparo para posteriormente serem semeados os cultivos comerciais. Cada uma delas tem potencial de reposição distinto e são escolhidas de acordo com o período do ano e com a necessidade de adubação vista pelos agricultores. Na referida palestra de Nilo, ele apresenta uma série de plantas, iniciando pelas semeadas no verão, como a mucuna preta (Figura 32): “[...] ela adiciona 40 toneladas de massa por hectare, [mas] é muito difícil de colher sementes dela e é um material muito caro. A produção dela [...] é de clima quente. A gente planta ela aqui de teimoso”.

Manter a lavoura “limpa”, retirando as plantas chamadas de *sujeira*, os “inços”, conservando apenas os cultivos com aproveitamento (comercial ou de subsistência), situação que representava no passado cuidado e ordenamento, passa

a significar um subaproveitamento dos nutrientes da massa verde que é formada a partir dessa *sujeira* e que, segundo os preceitos da agricultura de base ecológica, não deve ser retirado, mas sim incorporado ao solo.

Mas dar essa valorização à adubação verde, mesmo que considerado importante por muitos atores, nem sempre é um processo adotado continuamente. Há diversos relatos de momentos em que a adubação verde foi muito mais intensa, mas, com diferentes justificativas (que incluem a falta de sementes, de mão de obra, etc.) foi deixada de lado ou diminuiu.



Figura 32 – A mucuna preta

Fonte: Acervo da pesquisa (maio 2009).

Nilo segue a apresentação, com mais uma adubação de verão, a “*Crotalaria juncea*, [que] é uma recuperadora de solo [...]. A raiz é subsoladora, pra solos compactados, solos de terra fina [...]. Ela vai abrir uma porosidade no solo, com as raízes, onde vai penetrar água, vai abrir caminho pras minhocas”.

Importância também é dada às leguminosas, pelo fato delas associarem-se a bactérias que adicionam nitrogênio ao solo (Figura 33). Conforme o relato de Nilo, sempre com muita paciência, falando para os alunos:

Esse é o feijão-guandu, chega a quatro metros de altura, ele é uma planta perene [...] Raízes subsoladoras também. E aí vocês podem ver, essas bolinhas [...], isso é ureia que eu não preciso comprar. Ele capta nitrogênio do ar, transforma nesses *Rhizobium*, isso aqui é ureia. (NILO SCHIAVON, agricultor, Pelotas).



Figura 33 - As raízes de uma leguminosa, o feijão-guandu, com a presença da bactéria *Rhizobium*, em destaque.

Fonte: Acervo da pesquisa (maio 2009).

Além das plantas citadas, ele explicou às crianças como “funcionam” diversas outras plantas, desde o processo de semeadura até os procedimentos para agregar a massa verde ao solo e posteriores plantios dos cultivos. Após, ele levou a turma para uma visita sua propriedade (Figura 34).



Figura 34 – A visita dos alunos de uma escola municipal à propriedade dos Schiavon.

Fonte: Acervo da pesquisa (maio 2009).

Na tarde do mesmo dia, após a visita da turma, Nilo mostrou-me as crescidas plantas que serviriam de adubo verde na sua propriedade, em uma área que, como ele mesmo classifica, “é puro pedregulho”, mas que, por causa da adubação, tem uma espessa cobertura de massa orgânica: “quando essa mucuna terminar, já vem a ervilhaca”.

Ele possui uma área de 9,8 ha, que é manejada desde 1993 por sua família a partir de preceitos da Agroecologia. Semelhante ao relato de muitos agricultores dessa rede, o agricultor sofreu intoxicação por agroquímicos utilizados, quando a família morava em outra propriedade, na qual o principal cultivo era o de pêssegos “convencionais”. Nesse sentido, uma das justificativas iniciais de Nilo para a inserção e participação na construção da rede estava relacionada à melhoria da qualidade de vida da sua família: Márcia, sua esposa, e seus filhos. Os pêssegos continuaram como um importante cultivo da família, mas foram intercalados com a horta e com outros diversos. São chamados de “os pêssegos do Nilo”, o que significa que não possuem nenhum agroquímico.

Ainda como forma de adubação verde, na propriedade dos Schiavon os moirões para trepadeiras (uva, principalmente) são árvores que aceitam desbaste, como a aroeira vermelha (chamada também de aroeira da praia). Elas produzem

matéria verde através de suas folhas. Nilo relata que há facilidade em obter mudas, pois é nativa, e assim não há necessidade de uso de moirões de ferro e cimento, isto é, aproveitam-se os elementos locais.

Também no sentido de “quebra” de padrões no manejo do solo, na propriedade da família Radtke, localizada em São Lourenço do Sul, é consolidado o manejo a partir do aproveitamento do que é considerado resíduo, tanto dos animais (esterco) quanto da *sujeira*. Dona Ivone me mostra a horta, que ocupa cerca de um hectare, onde a maior parte da *sujeira* é retirada manualmente dos canteiros e enterrada em um local próximo (onde posteriormente será semeada uma hortaliça) para afogar a terra e ainda servir como adubo verde. Ficam algumas dessas plantas (a tansagem, por exemplo) que servem de alimento para os insetos, que assim não comem (tanto) as hortaliças.

Eles também aplicam esterco líquido, que é “curtido” em uma estrutura com dois compartimentos de 3 metros de profundidade, onde o esterco e as águas de lavagem das instalações das vacas leiteiras⁷ (lembrando a importância dada à presença de animais na propriedade) entram por um lado e saíam “curtidas” por outro. Mesmo assim o esterco líquido era aplicado no preparo do solo, com a ajuda de um tanque, com alguma antecedência ao plantio, caso contrário poderia prejudicar as plantas.



Figura 35 - A terra nas mãos de Guilherme Kuhn

Fonte: Acervo da pesquisa (ago. 2009).

⁷ Além das hortaliças, eles têm dezoito vacas, das quais nove estão produzindo leite atualmente.

Da mesma maneira, utiliza-se a compostagem e a vermicompostagem, que também são técnicas de aproveitamento de matéria orgânica disponível no local (principalmente o esterco) como adubo após um período de decomposição do material, que neste caso é maturado com a ajuda de minhocas. “Olha isso aqui, a quantidade de trabalhadores que eu tenho aqui”, mostra-me Renato Holz, descobrindo uma lona que protege o composto em sua propriedade, com uma quantidade enorme de minhocas que vão se direcionando para onde o esterco está mais fresco.

Mas a compostagem, apesar de ser uma rica forma de adubação, é exigente em termos de mão de obra. O esterco deve ser recolhido, levado ao local da composteira, protegido da chuva. Após o tempo de maturação, ele deve ser espalhado no local onde será preparado o solo para o plantio. Em lavouras maiores, como as de grãos, torna-se uma tarefa árdua, além de exigir um número maior de animais para que haja o volume de esterco necessário para essas áreas⁸.

Essas ações de manejo visam a uma revalorização do que era tido como menos importante ou mesmo como resíduo e também ressignificam esses elementos, situação que exigiu e ainda exige um esforço por parte dos agricultores quando demanda que novas concepções sobre como se produz sejam incorporadas. Cada uma dessas técnicas foi apreendida, adaptada e remodelada, mas também permitiu aos agricultores que se diferenciasssem na produção. “Tem vizinho que ria da gente, por plantar sem veneno, mas tu vê, está dando certo, a gente já está há 13 anos com essa produção”, diz seu Edwin.

A família Ferreira, moradora da Coxilha dos Silveiras, em Canguçu, utiliza como adubo para a fruticultura restos de grãos de feijão, que são colocados diretamente nos pessegueiros, e cobertos de palhas da adubação verde. Segundo Cléu, são resíduos adquiridos junto à União das Associações Comunitária do Interior de Canguçu (UNAIC) que não poderiam ser comercializados por não estarem em condições adequadas ou por não terem boa aparência: “esse é o adubo que a gente usa. É o melhor entre todos os que eu já usei, e o que dá mais resultado é esse aqui. Tem um cheiro horrível, de feijão podre. E o potencial que tá de produção, tá

⁸ Nas propriedades desta rede, os animais criados geralmente são “para o gasto”, ou seja, para serem utilizados na alimentação da família ao longo do ano, com exceção das propriedades produtoras de leite ou de ovos.

muito bom, em comparação com os outros anos”. Além do feijão, ele também relata o uso do esterco dos animais da propriedade, que vira adubo.



Figuras 36 – As flores de pessegueiro em fase de floração na propriedade da família Ferreira.

Fonte: Acervo da pesquisa (ago. 2009).



Figura 37 – A família Ferreira reunida

Fonte: Acervo da pesquisa (ago. 2009).

Em agosto, época em que as fotos acima foram tiradas (Figuras 36 e 37), estava sendo realizada a poda dos pessegueiros. A propriedade recebeu tratamento de base ecológica desde a chegada da família. Em 1990, quando adquiriu a propriedade de 14 hectares, Cléu já tinham o objetivo de produzir frutíferas. “Quando eu cheguei aqui, tinha só essa taperinha, sem água e nem luz”, indicando o local, já sem uso, que foi a primeira moradia da propriedade. “Hoje eu posso dizer que cheguei a esse meu objetivo”, diz. Cléu conta que o dono anterior não acreditava que ele pudesse ter sucesso, devido às fracas condições do solo, ainda mais sem o uso de agroquímicos.

No ano 2000 o casal Rosemar e Cléu iniciou as primeiras experiências de produzir sucos de forma artesanal. Quase toda matéria prima para a produção dos sucos e doces é própria, com exceção da amora. Eles possuem três hectares cultivos de frutíferas (pessegueiros, amoreiras e parreirais), além dos cultivos temporários de abóbora e de melancia de porco.

Cléu confirma uma baixa frequência de doenças, mesmo sem a utilização de agroquímicos ou ainda das caldas de base ecológica: “é tão pouca coisa [doenças] que nem compensa colocar calda”. Quando há algum problema com as frutas, é mais pontual. Por exemplo, no ano de 2009, o período de agosto a novembro foi marcado por eventos climáticos extremos, desde geadas, “pedras” (granizo), no final do inverno, até chuvas intensas, principalmente em outubro e novembro. A intensa umidade, a falta de luz solar e as oscilações de temperatura foram os fatores que Rosemar considera como os potencializadores da podridão parda, que neste ano afetou a produção de pêssegos da propriedade e também de outros agricultores dos municípios de Canguçu e de Pelotas.

Para tentar minimizar os efeitos das incertezas ligadas à agricultura, na propriedade o solo nunca está descoberto, eles não lavram a terra, acumulando a palhada de anos anteriores que se decompõe e assim se torna adubo. Algumas adubações já vêm espontaneamente, como o azevém. Segundo ele,

[...] pode chover em cima, que não vai nunca lavar a terra. Sempre tem uma camada de palha em cima da terra. Entre o céu e a terra, entre a chuva e a terra, tem essa camada de palha sempre. A terra aqui ela era pobre, então ela vai se restabelecendo. Muito adubo isso aqui [a palhada] bota pra mim que não precisa eu botar. (CLÉU FERREIRA, agricultor, Canguçu).

Uma grande dificuldade citada pelos agricultores da rede é a falta de uma fonte de adubo orgânico que seja acessível do ponto de vista econômico, pois, segundo Luciano Mühlenberg, “[...] o solo aqui é de origem granítica, que são solos pobres e rasos que não retêm os minerais”, o que explicaria a dificuldade na manutenção do seu equilíbrio. Segundo ele, “os ecologistas aqui são mais dependentes de fertilizantes”. Essa mesma informação foi uma das primeiras que recebi, quando fiz a visita inicial a São Lourenço para uma conversa com o extensionista Roni sobre a agricultura de base ecológica.

Os problemas relatados em relação à adubação são comumente minimizados com a adição de adubo organomineral, composto por fertilizantes minerais e orgânicos. Porém, há um forte movimento das organizações de assistência técnica para que o uso desse adubo, bem como o da ureia, cesse. Muitos agricultores ainda os utilizam, principalmente em lavouras mais extensas, como de milho, feijão e de batata, justificados pela demanda de mercado por padrões estéticos ou de produtividade.

Quando questionados sobre o porquê de não utilizar a ureia e o adubo organomineral nas plantações, as respostas dos agricultores eram as mais diversas. Desde aquelas que não concordavam com a suspensão da utilização, até aquelas radicalmente contra. Nesse sentido, a principal argumentação contra o uso da ureia na plantação é o desgaste que o seu uso contínuo provoca. Seu Elmo Karnopp Blank, agricultor da localidade de Taquaral, em São Lourenço, é enfático: “a maior porcaria que o pessoal inventou foi essa tal de ureia”. Enquanto ele e seu filho Elton mostravam-me a sua propriedade seu Elmo explicou: “aquilo tira todo nitrogênio que tem dentro da terra. O nitrogênio, o normal, tá no ar, o que a planta precisa. Em vez da ureia tirar do ar, não, tira da terra o nitrogênio. Deixa a terra mais fraca”.

Em busca de alternativas que supram as necessidades de adubação do solo, Luciano conta alguns de seus muitos experimentos, desta vez relacionados à adubação:

Eu já tive experiências, com a EMBRAPA, com calcário, cinza [...]. A torta de mamona correspondeu bem. Foi o único que empatou com ureia e adubo químico, só que a matéria prima é escassa e não tem na região. [...] Por que ela [mamona] é rica em nitrogênio e o nitrogênio não se perde. A análise da EMBRAPA deu 5% a 6% dependendo da variedade e das condições de armazenamento. (LUCIANO MÜHLENBERG, agricultor, São Lourenço).

Como explica Luciano, também apelidado de “Cientista”: “[...] na prensagem do grão e extração do óleo a torta de mamona é um subproduto, rica em proteína, mas que não serve para alimentação dos animais”. Mas ele sempre concluía os seus relatos com a constatação que ainda não havia, na região, um adubo que suprisse às necessidades dos solos da área de estudo.

E os efeitos do manejo junto aos elementos naturais são monitorados pelos agricultores, tais como a fertilidade do solo. Esse monitoramento pode ser realizado, por exemplo, através de plantas indicadoras. O conhecimento de quais plantas indicam que o solo é pobre de algum determinado nutriente ou quais indicam que ele é fértil é um dos aprendizados que Nilo traz:

Capim gafanhoto é indicador de terra pobre, de solo magro, fraco. Quando ele começa a desaparecer, aí começa a vir a milhã, e assim sucessivamente, até chegar nas leguminosas. É uma sequência. Isso aqui [aponta para um picão preto] nas primeiras lavouras que apareceram, na horta, cinco anos eu levei pra ter isso aqui, e agora está tomado. O picão indica que o solo está fértil [...]. Aqui, por exemplo, se tu pegar essa área, isso aqui praticamente é tudo leguminosa, que é um sinal de solo fértil. Olha aqui por baixo [de uma palha que se formava junto ao pomar, fruto da adubação verde], a diferença do solo, a quantidade de bichinhos, de minhoca. (NILO SCHIAVON, agricultor, Pelotas).

O conhecimento das plantas indicadoras circula por essa rede de diferentes maneiras, com diferentes tempos. Na primeira reunião de grupo que assisti na localidade de Campos Quevedos, em São Lourenço, uma das informações técnicas que o extensionista Roni trouxe foi sobre as plantas indicadoras de fertilidade do solo, falando os nomes populares (que eram traduzidos para o pomerano), científicos (que serviam de apoio ao técnico para possíveis identificações) e a indicação do que significava a presença de determinada planta.

Mas não eram dados simplesmente repassados e aceitos. Quando é apresentada uma informação, seja ela uma novidade ou ainda uma releitura de uma técnica, ela necessita de explicações condizentes com a realidade dos agricultores e de afinidade com as suas experiências em relação àquelas plantas, sempre buscando ligar o que o extensionista diz com seus próprios conhecimentos. No mesmo dia, fomos visitar a propriedade de seu Nestor Raddatz, que nos mostrou,

orgulhoso, algumas das plantas que haviam sido citadas como indicadoras de solo fértil.

5.3 AS PLANTAS E O MOMENTO DE PLANTAR

Os cuidados não se encerram nas adubações prévias ao plantio, pelo contrário, são constantes. No momento em que são transplantadas as mudas de cenouras e beterrabas, mais algumas preocupações com a adubação, como me explicou Alida Peglow enquanto nos dividíamos em organizar as linhas de plantio, adicionar o esterco de peru e colocar as mudas em seus lugares.

Além disso, outro cuidado importante no plantio, segundo Nilo, é com a fase da lua, conhecimento apreendido com os antigos:

As culturas de tubérculos, cenoura, beterraba, batata, batata-doce, todas elas são plantadas na lua minguante ou na nova, que são luas fracas. E ervilha, feijão, milho, abobora, plantas que produzem em cima do solo, [são] plantadas na lua crescente ou cheia. São superstições que a gente aprendeu com os antigos e que se usa até hoje com bastante êxito. [...] plantar cenoura na lua cheia, olha, dá uma lavoura de pasto coisa mais linda, e parece um jardim [...] mas bulbo que é o que a gente quer [...]. (NILO SCHIAVON, agricultor, Pelotas).

Aprendi ainda que no sábado “a lua não governa”, ou seja, não há problemas em quais cultivos podem ser plantados neste dia. Fiz essa pergunta também a outros agricultores e a grande maioria conhecia esse ensinamento. Apesar de alguns agricultores duvidarem, vários o seguiam e havia os que não conseguiam mais seguir as fases da lua que afirmavam com desgosto que era pela necessidade de manter uma constância do produto durante todo o mês, por exemplo, no caso de alfaces que devem ser semeadas semanalmente para os agricultores feiristas, ou de não poder esperar o momento mais propício, por causa de limitações constantes em relação aos fatores climáticos. Em períodos de chuvas constantes, por exemplo, qualquer dia de sol deveria ser aproveitado, independente da lua.

Outra informação significativa, trazida por Mara Quintana, do grupo do Remanso, está relacionada ao momento de transplantar as mudas. “Tem que cuidar a vida dela”, ela me disse quando estávamos fazendo esse trabalho com as mudas de alface. Quando viu meu semblante de dúvida sobre o que isso significava, ela me explicou: “a vida é essa parte da primeira folha, que não pode tapar com a terra”.

Após o plantio, as mudas são regadas, em períodos e/ou propriedades que possuem recursos para irrigação. Ivone Radtke me conta, satisfeita, que sempre consegue plantar cenouras e beterrabas no verão, graças a estrutura que essa família dispõe (Figura 38). Açudes, aparelhos de irrigação e outras ferramentas eram constantemente lembrados pelos extensionistas nas reuniões de grupo. Investimentos em microaspersores, sistemas de gotejamento, entre outros, são considerados itens de grande importância, mas que, pelo investimento necessário, nem sempre são possíveis.



Figura 38 – Ivone Radtke regando as hortaliças na estufa da propriedade.

Fonte: Acervo da pesquisa (mar. 2009).

Posteriormente, as hortaliças exigem a capina manual, pelo menos até que as plantas de cultivo comercial estejam mais desenvolvidas e resistam à presença de

outras. Como não utilizam herbicidas, todo tipo de plantas cresce junto com as hortaliças. São retiradas a mão ou com a ajuda de enxadas pequenas. “É como os nossos pais faziam, a gente está resgatando os conhecimentos dos antigos”, diz seu Edwin. Mas esse é o momento lembrado com um dos mais trabalhosos, por exigir que a pessoa permaneça em posição desconfortável por longo período (Figuras 39 e 40).



Figura 39 – Nilo Schiavon e seu filho Robson retirando manualmente a *sujeira* da plantação de cenouras, após ter passado a enxada entre as linhas

Fonte: Acervo da pesquisa (maio 2009).



Figura 40 – Alida e Vera Peglow retirando manualmente a *sujeira* da plantação.

Fonte: Acervo da pesquisa (mar. 2009).

Por momentos como esse, a produção de base ecológica é considerada entre esses atores como mais exigente em cuidados: “dá trabalho, por que tem que estar capinando, senão a sujeira toma conta. Se dá um dia quente, chuvoso, daí a gente não consegue acompanhar [a retirada dessas plantas]”, como lembra o agricultor Reinaldo Peglow, marido de Alida, ambos de São Lourenço.

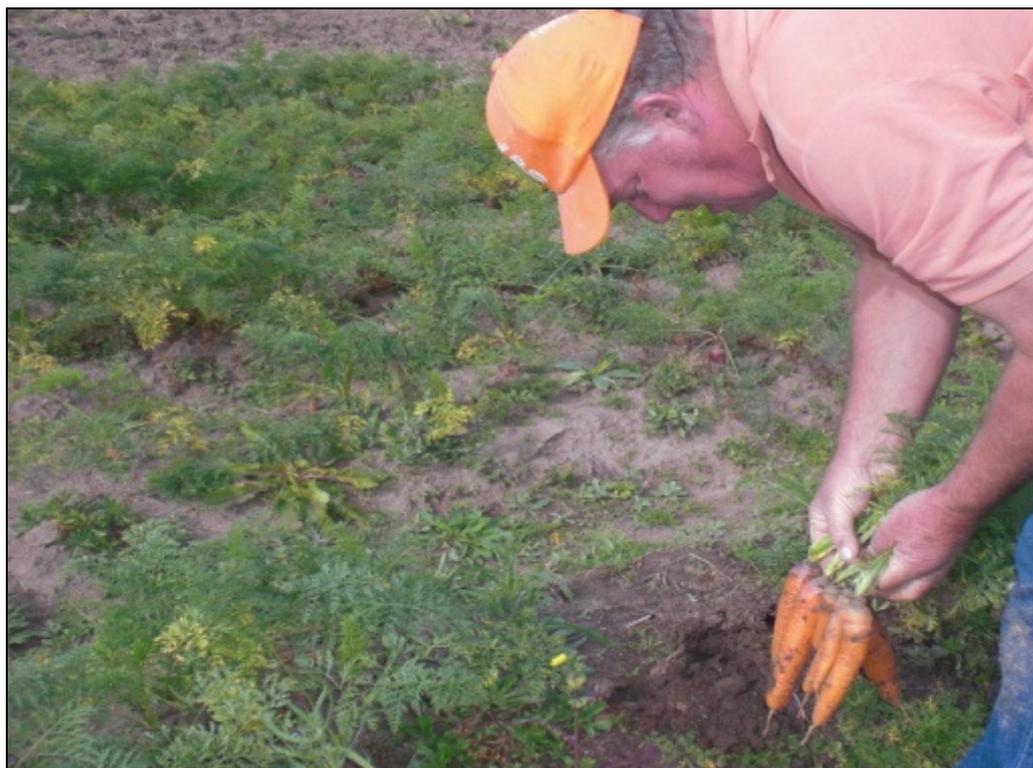


Figura 41 – Reinaldo Peglow colhendo cenouras.

Fonte: Acervo da pesquisa (jun. 2009).



Figura 42 – A horta com as beterrabas

Fonte: Acervo da pesquisa (jun. 2009).

Por outro lado, o crescimento dessa diversidade de plantas é considerado sinal de que há vida no solo e, conseqüentemente, que os alimentos sejam mais saudáveis e que os elementos naturais sejam manejados de maneira a preservá-los, o que compõe uma preocupação importante, e também uma compensação do trabalho despendido, como conta Reinaldo:

Isso [o crescimento dessas plantas] só se consegue com o melhoramento da área. Aqui já vem sendo trabalhado há uns três, quatro anos, sempre com esterco, em um trabalho mais orgânico, aí tu consegue renovar a área. Mas trabalhando com adubos [minerais] e com herbicidas, essas plantas [inços] não vêm mais. No inverno não tem nada que cresça. (REINALDO PEGLOW, agricultor, São Lourenço).

Esses seres, sejam eles objetos, plantas, adubos ou outros, fazem agir, marcam resistências e escolhas, ou seja, moldam a rede ao mesmo tempo em que os actantes presentes são moldados pela presença desse conhecimento.

5.4 AS CALDAS E AS PRÁTICAS

Em uma conversa em um dia chuvoso durante a feira de sábado em São Lourenço, apresentei ao seu Roni Mühlenberg e ao Luciano, seu filho, relatos anteriores deles e solicitei que dessem a sua opinião sobre o andamento da pesquisa. A conversa passou a tratar dos desafios encontrados na produção. Um deles é o cultivo sem o uso de agroquímicos, fazendo com que os agricultores busquem alternativas que viabilizem a produção, no cuidado imediato com doenças nas plantas. Dentre as inúmeras alternativas, procuradas ou trazidas de diferentes modos, serão citadas algumas, bem como as possíveis decorrências de seu uso, em termos de significados ou de resultados práticos.

Quando visitei a propriedade de Silmar Fischer, em São Lourenço, ele e sua esposa, Neusa, mostrando-me sua horta, apresentaram a chinchila, que é uma planta repelente de insetos que podem atacar a horta. Eles também mostraram como utilizam a cinza em pó, como Silmar Fischer (Figura 43 e 44), mas que

também pode ser usada em calda ou misturada a outros materiais, como experimentou Elton Blank, do grupo Santa Inês, em São Lourenço. A cinza espanta insetos como o pulgão das hortaliças. Elton citou, durante a reunião de junho do grupo, o uso de uma receita com cinza de casca de arroz, fosfato natural e 500 mL de refrigerante, que ele aprendeu com agricultores de outras localidades, durante uma das viagens realizadas junto aos agricultores da Sul Ecológica.



Figura 43 – Os pulgões na folha de couve. Propriedade de Silmar Fischer.

Fonte: Acervo da pesquisa (mar. 2009).



Figura 44 – O uso de cinzas para evitar os pulgões de couve. Propriedade de Silmar Fischer.

Fonte: Acervo da pesquisa (mar. 2009).

Outros produtos são utilizados após um período de experimentação. Produtos preventivos ou tratamento de “doenças” das plantas, como os homeopáticos ou os fertiprotetores (“Curamor”, “Xispatudo”, “Curapest” etc.) e as caldas (bordalesa, sulfocálcica, supermagro), mais comuns, fortalecem as plantas e/ou protegem de “pragas” e doenças. Na mesma reunião do grupo Santa Inês, a avaliação geral dos agricultores sobre esses produtos era positiva, pois em momentos de estiagens, frequentes na região, os cultivos, fortalecidos pelos fertiprotetores, resistiam de maneira mais vigorosa. Eram unânimes em afirmar que o adubo químico, por disponibilizar rapidamente nutrientes para a planta, causava o seu desequilíbrio.

O uso de fertiprotetores é fortemente estimulado pelas organizações de assistência técnica, que chegaram a buscá-los em outros locais, caso dos produtos da AGV, que são fabricados em Sobradinho, RS⁹. Esses produtos novos, quando mostram resultados positivos, que atendam à vontade desses agricultores de manter um manejo dos elementos naturais que não prejudique nem os humanos nem os

⁹ Uma equipe, composta de representantes do CAPA, da Sul Ecológica e da FETRAF-SUL, foi visitar a agroindústria AGV, em 2009, com o intuito de estabelecer um contato para futuras comercializações dos produtos da AGV.

não humanos, são vistos por muitos como um meio para minimizar a insegurança presente na agricultura ocasionada em especial por fatores edafoclimáticos.

Já os agricultores da Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL) não têm essa demanda, justificados pelo fato de concentrarem seus esforços no trabalho de nutrição do solo. Segundo Renato Holz, do Grupo de Agricultores Ecológicos de Remanso, o melhor é não precisar aplicar nada. Ele concentra seus esforços em nutrir a terra, pois uma planta que fica sem nutrientes é mais suscetível a doenças e pragas (“solo fraco, planta fraca”, diz Renato). Fortalecer o solo reflete em saúde para as plantas, que é mais importante do que tentar salvar as lavouras que apresentam doenças posteriormente, salvo em casos especiais. Segundo ele, mesmo caldas de base ecológica também poderiam prejudicá-las.

Quando havia questionado Luciano sobre os produtos da AGV, como o “Curapest” e o “Xispatudo”, que estão sendo fornecidos aos agricultores, esses produtos foram considerados positivos por ele pelo fato de auxiliarem na resolução de possíveis problemas, temporariamente, mas que apresentam a dificuldade de serem produzidos em locais distantes, isto é, demandam compras externas à propriedade e mesmo à localidade, o que é um fato que não seria o ideal dentro dos preceitos da agroecologia: “é bom por causa desse atual modelo capitalista que nós temos, que a gente não tem muito tempo. Porque o certo, aquilo que a gente aprende, é o manejo” dos elementos presentes na propriedade.

Ele atenta para o fato de que mesmo que a produção local de caldas ou fertiprotetores seja o melhor para a agricultura de base ecológica, é muito trabalhosa, dificultando a viabilidade de sua elaboração constante, considerando que as tarefas se acumulam em face da cada vez mais escassa mão de obra e da demanda por utensílios e matéria prima específicos:

[...] se todo mundo vai produzir [calda] sulfocálcica. E eu já fiz em casa. Todo mundo vai ter que ter um tacho de ferro, tu não vai poder fazer *schimier* lá dentro, por que aquilo fica um cheiro! Vai ficar só pra aquilo ali, tu vai usar aquilo uma ou duas vezes por ano. E ele vai enferrujar. Então não é vantagem todo mundo fazer. É mais vantagem uma empresa ou alguém fazer e vender pros outros. (LUCIANO MÜHLENBERG, agricultor, São Lourenço).

Luciano considera que este poderia ser um importante projeto, a ser elaborado por alguma das cooperativas ou organizações que existem na região, “até pro dinheiro não sair daqui. Um colono podia plantar a flor crisântemo, que é onde tem o piretro, que é um dos ingredientes que precisa. Aí vive daquilo ali”. Ele justifica a necessidade de um projeto, maior do que uma iniciativa isolada, por causa das dificuldades e dos muitos cuidados que envolvem a elaboração desses compostos. É uma demanda, por parte dos agricultores, de mediação das organizações locais que contribuiria, segundo ele, para a produção: “isso é uma coisa que pro agricultor começar é difícil. Tinha que ter um projeto. [...] Por que no momento de fazer um projeto tem que ter um mínimo de uma estrutura, não vai fazer tudo a céu aberto”.

Seu Roni, seu pai, testou o “Curapest” na plantação de batatas. Esse cultivo pode apresentar principalmente dois problemas: a pinta preta e a requeima¹⁰, que são doenças fúngicas. Para a primeira, ele teve certeza em afirmar que a calda sulfocálica (a base de enxofre) bastava para o controle. No segundo caso, que é o mais frequente, Seu Roni usou o “Curapest”, mas como a plantação já estava em avançado grau de contaminação com o fungo, ele aplicou somente em uma área pequena da lavoura, que foi marcada com estacas. A única parte da lavoura que sobreviveu foi onde ele pôs o biofertilizante. “Agora a gente já sabe, da próxima vez eu coloco em tudo”.

A confiança estabelecida nesses produtos – ou dependência, considerada temporária, segundo a lógica da “transição”, e necessária, dados os problemas que surgem na produção – é um fator que permite dar continuidade à produção, pois significa poder contar com um produto que a favorece. São mais valorizados ainda em momentos, cada vez mais comuns, que outros fatores que influenciam a agricultura não são favoráveis, como a presença e resistência de novas pragas e os eventos climáticos, que assumem significado de incerteza quanto a viabilidade da produção. Tais produtos são citados por alguns agricultores, como Nilo, como importante em determinados momentos, mais críticos, mas não sempre, pois, segundo ele, reforçando a fala de Renato, o foco é na nutrição do solo.

Dentro dessas interações, observam-se os diferentes significados construídos pelos seres humanos sobre os objetos utilizados na agricultura, elaborados com matérias primas naturais e aplicados a uma natureza que aparentemente seria

¹⁰ Ainda há a muchadeira.

isenta de determinação humana em sua constituição (mas que já recebeu todo tipo de intervenção humana). Dados os múltiplos caminhos que a agricultura oferece, com diferentes abordagens sobre o uso dos elementos naturais, a complexidade dessa problemática se acentua quando vemos nessa interação as posições dos actantes (que muitas vezes divergem entre si, resultando em associações igualmente diversas) e as possibilidades de influências das técnicas sobre os humanos.

5.5 AS DOENÇAS E SEUS TRATAMENTOS

A referência ao tratamento das doenças nas plantas cultivadas tem diferentes possibilidades de cura. Os agroquímicos são chamados de “remédio” na agricultura, de maneira geral, em alusão à tentativa de “salvar” os cultivos, o que nem sempre é possível. Um exemplo é contado por Seu Roni Mühlenberg, apreensivo (e mesmo compadecido) com a situação pela qual passava um vizinho que havia plantado soja (transgênica, frisava). Esse vizinho havia aplicado herbicidas, fungicidas e outros agroquímicos, mas não teve jeito: a ferrugem asiática estava afetando a sua plantação. Seu Roni continuava, contando que o vizinho insistia em aplicar mais agroquímicos, aplicando um alto investimento na lavoura, mas nada adiantava. Neste caso, o “remédio” não funcionou e ele perdeu grande parte do cultivo.

Seu Roni contou esse caso para justificar o porquê de não se preocupar com a “salvação” da pequena lavoura de soja (não transgênica, como destacava) que havia plantado em sua propriedade. Ele também teve problemas com a ferrugem, que suspeitava ter vindo junto com a soja transgênica (“antigamente não existia isso, foi depois que veio essa soja”, disse), mas a família decidiu que não aplicariam nada, pois não adiantaria fazer investimentos, tanto de capital quanto de mão de obra (que é escassa, pois na propriedade trabalham, no momento, ele, sua esposa Lúcia e seu filho Moacir) aplicando alguma calda, o que aumentaria também a expectativa e, segundo ele, a iminente frustração caso se confirmassem as perdas.

A família avaliava que se perdessem toda a plantação, o prejuízo seria da mão de obra despendida no preparo do solo e na semeadura e do valor das

sementes, pois não havia mais expectativa de colheita.¹¹ Já o vizinho, além disso, perdeu o investimento de sete mil reais feito para tentar salvar sua lavoura.

Do plantio “convencional” faz parte técnicas justificadas às entidades e aos atores como possibilitadoras de uma produção mais “eficiente”, principalmente com o uso de agroquímicos e com a mecanização da produção, mas vemos exemplos na agricultura de situações em que a prioridade é o *repasse* de ensinamentos sobre a maneira correta como deve ser a produção,¹² ocasionando assim um afastamento entre a construção do conhecimento e os agricultores que o aplicam, como expõe Gilson Raddatz, agricultor de Campos Quevedos, São Lourenço, comparando as técnicas “convencionais” às da agricultura de base ecológica:

[...] aprender a plantar verdura ecológica não é como aprender a trabalhar com uma máquina de soja. É bem mais trabalhoso e tem que ter mais atenção naquilo, tem que ver se tá acertando, se tá errando. [...] que nem plantar convencional: ah, tá comendo um bicho aí na planta, pega um botador de veneno, passa e deu. Só que nos ecológico não tem essa alternativa. Ou é folha de fumo, cinza, urina de vaca... Aí tu tem que providenciar, é mais complicado. Convencional é muito prático. (GILSON RADDATZ, agricultor, São Lourenço).

E um mesmo agroquímico pode oscilar entre bom e ruim, entre prático e dispendioso, entre “remédio”, no sentido de tentar sanar as doenças das plantas, e “veneno”, pelo fato de ser considerado o motivador de enjoos, dor de cabeça, vômito e, dependendo do produto, causar a morte de animais. Nesse sentido, as tecnologias de base ecológica são muito citadas como uma possibilidade para aqueles que não conseguem ou não admitem passar por esse tipo de situação. Para os agricultores dessa rede, os agroquímicos são lembrados como aquilo que já conseguiram superar, que faz mal à saúde, que não permite que o alimento seja consumido pela família e ainda representam altos investimentos.

A grande maioria dos agricultores já teve experiências com o uso de agroquímicos, com o respaldo de profissionais de assistência técnica que em outras

¹¹ Ao se aproximar da época da colheita, a falta de expectativas se tornou uma surpresa positiva, pois conseguiram colher mais do que o esperado.

¹² Mas, mesmo que não haja a priorização da eficiência, o conhecimento agroecológico trazido aos agricultores da rede também traz regramentos, expressos na chamada transição agroecológica.

épocas consideravam essa a única possibilidade de “cura” das doenças encontradas nos cultivos. Seu Roni conta como iniciou a sua trajetória com os “ecológicos”:

Eu plantava batata com veneno, daí veio um comprador, conhecido, eu já tinha ido até pescar com ele, e me pediu pra usar outro veneno, e disse que se eu não usasse, ele não comprava mais a batata. Eu me neguei, daí ele trouxe outro agricultor, que já usava, pra tentar me convencer. Veio mais gente tentar, veio até uma mulher que tinha comércio e também comprava de mim. Mas eu sabia que aquele era muito forte. Aquilo matava todos os bichos, até lebra e perdiz! Matava as minhocas, a lebra também comia as folhas com veneno e elas acabavam morrendo também. Eu nunca quis usar porque não era certo matar os bichos. Era faixa vermelha, deve ser até proibido agora. Eu li as instruções e não quis usar. É um veneno que tem que colocar no valo junto com a semente, dura 90 dias e tinha gente que colhia [a batata] com 80 dias. (RONI MÜHLENBERG, agricultor, São Lourenço).

O ciclo do agroquímico ao qual ele se referiu é citado por diversos agricultores que plantavam ou ainda plantam batata, como seu Nestor Raddatz, agricultor de Campos Quevedos e seu Reinaldo Peglow, de Quevedos.

Seu Roni, na época com 45 anos, confirma que os agroquímicos que ele utilizava “davam problema de saúde”, como mal estar, ânsia de vômito, enjoo e feridas nos pés. No ano de 1995, a família iniciou a substituição dos agroquímicos por algumas técnicas, como a adubação verde e o pousio. “Eu comecei com dois sacos de batata, para ver se dava certo. E deu! (risos) Mas o clima ajudou. Daí eu fui aumentando e logo já era tudo sem veneno” (Figura 45).



Figura 45 - Plantação de batatas de base ecológica na propriedade dos Mühlberg
Fonte: Fotografia Rocheli Wachholz. Cedida do acervo do CAPA, realizada em abr. 2009.

As escolhas que levaram as famílias a manter essa forma de manejo são confirmadas pelo sentimento de “estar fazendo do jeito certo”, como afirma Luciano Mühlberg, em um pensamento compartilhado por outras famílias, seja por motivações religiosas e também éticas. As motivações religiosas, sempre citadas, têm ligação também com a estreita relação dos agricultores com as igrejas e destas com as organizações de assistência técnica, desde a sua formação, refletindo nas responsabilidades dos agricultores com os elementos naturais.

O cuidado com os elementos naturais é visto também como cuidado com a obra divina, reforçando as ligações desses agricultores com sua religiosidade. Nesse sentido, Luciano me conta que, caso houvesse algum problema com o manejo da produção considerada com ecológica, mesmo que os representantes das organizações de assistência técnica não descobrissem, ele se sentiria culpado: “pode ver, um colono ou outro que diz: o que o CAPA vai ver? Se tu bota uma ureiazinha escondida [ninguém] fica sabendo, [...], só que Aquele lá de cima sempre enxerga”.

Quando falamos sobre o cultivo de batata-inglesa, tradicional na propriedade da família, ele é enfático ao afirmar que o uso de agroquímicos “é a mesma coisa que dá uma comida pra alguém e botar veneno”, ressaltando o respeito pelos outros:

Tu pode ver, muito colono planta batata-inglesa, mas ele não come. Mas então ele sabe que faz mal [aplicar agroquímicos]. Então é confiança. Mas aquelas pessoas que moram na cidade [que consomem], também são humanas. Se nós [agricultores] não temos coragem de comer aquilo ali, imagina [os outros]. Todo colono que planta batata-inglesa, ele sempre plantava uma lavourinha separada para ele comer. Então por que ele faz isso? Então ele sabe tão bem quanto nós que isso faz mal. (LUCIANO MÜHLENBERG, agricultor, São Lourenço).

Como contraponto, manter a padronização na aparência dos produtos, que devem ser sempre bonitos – no caso das batatas, devem ser lisas, grandes e com coloração adequada – é uma dificuldade relatada. Dada a dependência maior em relação aos fatores climáticos, cada safra sofre variações. É uma preocupação de seu Nestor Raddatz, que, segundo ele, afeta a comercialização dos produtos: “Por que a batata é plantada para comer com os olhos, [para] o pessoal da cidade. No mercado, aquela tem que ser a bonita. Eu mesmo plantei batata e botei o Furakan, pra não dá carrunchada”.

Seu Nestor, que plantava principalmente batatas e tabaco, hoje com 71 anos se dedica às hortaliças e frutas para elaboração de suco. Tem uma forte relação de sua presença na rede de produção de base ecológica (a qual ele acompanha desde a sua formação em São Lourenço) a fatores ligados a melhores condições de saúde, tanto a sua quando a dos consumidores de sua produção. Ele justifica: “[...] tudo com veneno não funciona para saúde. Orgânico é melhor em tudo”. Enquanto conversávamos sobre os agroquímicos, ele me fala da grande quantidade de opções que existe atualmente:

Adubo eu peguei a conhecer quando me casei. São 48 anos. E aí pegou a entrar adubo. Ureia entrou um dia mais tarde. E foi entrando. Aí já pegou a aparecer veneno, mais isso, mais aquilo. E toda a plantação tá sobre o veneno. Tem que crescer misturado com veneno, senão não cresce [...]. Hoje, quantas variedades de veneno existem, herbicida, essas coisas [para] matar sujeira. Pra matar sujeira tinha que pegar a enxada para limpar, capinar, antigamente. (NESTOR RADDATZ, agricultor, São Lourenço).

A família Peglow, uma das principais produtoras da Sul Ecológica, também planta batatas em sua propriedade de 36 ha em Quevedos, São Lourenço. Reinaldo, que atualmente é também vice-presidente da cooperativa, fala dos “venenos”:

Eu não tenho medo de lavoura, eu tenho medo de veneno. A lavoura [...] ela é cansativa, mas sempre renova, no outro dia tá pronto pra pegar de novo, mas os venenos... Eu plantei muita batata uns anos atrás e aí a cada semana, se chovesse era quatro, cinco dias que repetia [a aplicação]. Manzap, Ridomil, tche! [...] E hoje eu tô muito longe disso aí, talvez não se tenha os ganhos que se poderia dar, mas em qualidade de vida é outra coisa. (REINALDO PEGLOW, agricultor, São Lourenço).

Para Luciano, além dessas motivações, de aspectos da saúde, bem-estar e da religiosidade, há outra, a de entender os processos que envolvem o manejo dos elementos naturais:

É que eu gosto da natureza porque eu gosto dessas coisas diferentes, que não vêm prontas, que têm que pensar um pouco, correr atrás. E eu acho lindo o jeito como a natureza se organiza. A natureza é tão sábia que ela não perde nada, ela aproveita tudo. [...] O equilíbrio matemático, físico, químico é impressionante. Tem plantas que produzem fungicidas, que produzem inseticidas e meu sonho sempre era construir [...] um laboratório e mexer com essas coisas [...]. Porque eu na cidade, eu não consigo me acostumar. Eu gosto do interior. (LUCIANO MÜHLENBERG, agricultor, São Lourenço).

6 EXTENSÃO, PESQUISA... TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA?

Através do termo mediação é possível adotar focos analíticos distintos, sejam eles relacionados aos objetos ou às ações humanas. Ou seja, é possível visualizar diferentes situações de mediação, feita por actantes que tomam importância, em um trabalho de redefinição e reorganização dos significados que anteriormente eram dados, em que a mediação é entendida aqui como um ponto de passagem entre *actantes* que detêm algum tipo de agência, no qual trocas e/ou negociações mútuas são constantes.

A mediação é considerada como possibilitadora da tradução, portanto, muito presente em nossa sociedade, mesmo quando isso não é percebido. Traduzir significa deslocar objetos, interesses, dispositivos, seres humanos. Implica desvio de rota, invenção de nós que antes não existiam na rede e que de alguma maneira modificam os elementos imbricados. As cadeias de tradução referem-se ao trabalho pelo qual os atores modificam e transladam os seus vários e contraditórios interesses. O trabalho de deslocamento e redefinição dos objetos é uma forma de mediação.

No contexto apresentado, ela envolve o conhecimento técnico ligado à agricultura, sem ignorar a importância e a agência das próprias técnicas e dos elementos naturais. Mesmo quando se fala em mediação entre os atores humanos, na qual extensão rural e agricultores ou cooperativas estão atuando, as técnicas estão presentes. E mesmo quando se fala de elementos naturais, os humanos aparecem, modificando-os e sendo modificados por eles.

Ao percorrer as redes podem ser identificados, além dos muitos atores já citados, também uma série de humanos que atuam na chamada mediação sociotécnica como agentes de elaboração, propagação e legitimação de conhecimentos. Mas não se trata de um processo linear: a troca de conhecimentos técnicos é um dos momentos pelo qual passam as técnicas, estas sendo constantemente retrabalhadas pelos demais atores.

Desse processo faz parte a atuação de atores que detêm conhecimentos institucionalizados por alguma organização, na qual é assumido o papel de aproximar grupos com interesses distintos, mas que em algum momento têm pontos

em comum. Neste cenário se destacam, além das entidades já apresentadas nos capítulos anteriores (ARPA-SUL, Sul Ecológica, CAPA, CPT etc.) também universidades (UFPel, UFRGS), órgãos do poder público federal (EMBRAPA), estadual (FEPAGRO, EMATER) e municipal, além de porta-vozes emergidos entre os agricultores, com diferentes enfoques.

Esses atores atuam de maneira a criar, resgatar e consolidar conhecimentos que possibilitem a produção de base ecológica, a partir de seus olhares e ações específicos. Longe de dar um caráter simplificador ao processo de mediação, é possível ver que, mais do que “replicadores” de técnicas, esses atores se pretendem articuladores de organizações, objetos e ideias, elementos que estão conectados nesta rede.

Além da mediação, o capítulo discorrerá sobre a complexa presença do tabaco na área de estudo, problematizando as diferentes reações por parte dos atores da rede. A agricultura de base ecológica é constantemente situada como contraponto ao fumo – são produções consideradas pelos mediadores como conflitantes –, porém nas propriedades da rede a presença de um não necessariamente exclui o outro.

Conectada com essa discussão está a reflexão sobre o possível processo de transição de uma agricultura “convencional” para outra, agroecológica. Entende-se que o conhecimento de base ecológica assume as mais diversas possibilidades, considerando que a *caminhada* efetuada pelos agricultores não implica necessariamente em seguir em linhas já traçadas.

6.1 EXTENSÃO, PARTICIPAÇÃO, AUTONOMIA: QUANDO OS ATORES SE ENCONTRAM, QUANDO DIVERGEM?

Este subcapítulo tratará sobre o que representa a extensão rural, pensando na participação dos agricultores a partir de óticas diferentes, que em diversas ocasiões estão imbricadas: nas decisões tomadas pelas organizações, mais abrangentes, principalmente no que diz respeito aos projetos e atuações mais amplas e também nas decisões tomadas pelos agricultores em relação ao

funcionamento de sua propriedade, situação na qual recebem influências diretas e indiretas, de extensionistas, vizinhos, colegas de grupo, entre outros, bem como influenciam esses atores.

Será abordada aqui em especial a assessoria técnica prestada pela organização não governamental CAPA, principalmente no que se refere aos agricultores da Sul Ecológica, expondo alguns momentos e elementos dessa relação específica, mas que em diversas situações pode ser extrapolada para o trabalho de extensão e mediação realizado pela ONG com outras organizações e outros atores.

Trago um exemplo das interações estabelecidas entre os agricultores e a ONG com o relato de seu Nestor e dona Selmira Raddatz, agricultores da localidade de Campos Quevedos, em São Lourenç, que iniciam com a exposição de uma intervenção anterior, feita por outros agentes, que trouxe implicações negativas no meio rural do município: a introdução de abelhas africanas.

Seu Nestor destaca que a inserção das abelhas não obteve os resultados desejados para a produção de mel, por causa da dificuldade em manejá-las, que, comparadas às espécies nativas, eram mais agressivas: “antigamente existia uma variedade de abelha [as mansas]. E então entrou essas abelhas africanas. A outra também tinha ferrão, mas ela era mansa [...]. E essas africanas eram bem loucas pra morder. Aí terminaram as mansas, aquelas comuns”. Segundo seu Nestor, a entrada dessas abelhas foi considerada contraproducente, resultando na diminuição da atividade de produção de mel: “aí ficou abandonado, ninguém criou mais abelhas, só por causa daquelas [africanas]. Quanto de prejuízo deu na Colônia. Mordia os animais [...]. Não foi fácil”.

Dada a situação, o casal continua o relato lembrando que a produção de mel foi novamente estimulada pelo CAPA na época em que a ONG iniciava seus trabalhos no município, porém em um processo de realinhamento e reorganização das técnicas utilizadas, no intuito de viabilizar a produção de mel. Nesse contexto, dona Selmira lembra que uma das principais representantes do CAPA, Rita Surita, que já trabalhava na ONG na época, “disse que tem que ter abelha. [Ela] arrumava as caixas, foi onde nós compramos as caixas”.

Dona Selmira é auxiliada por seu Nestor no relato: “Nós não conhecia isso, caixa de abelha, onde as abelhas moram e a sobrecaixa pro mel. [...] Aquilo eles arrumaram pra nós”. Essa situação, de “ajuda”, de apoio em uma situação

problemática, traz carisma pelas pessoas que naquela época já atuavam no CAPA e que perdura até hoje para o casal. É uma ligação que se formou, que envolve reciprocidade, mas que também cria dependência em termos do conhecimento técnico que se seguiu em relação à produção.¹

O CAPA estabeleceu como proposta, no decorrer de sua história, uma assistência que se baseasse na reordenação da agricultura instituída, contestando padrões produtivos da “modernização conservadora” que reproduzem a alta dependência em relação a fatores externos. A ONG fundamenta suas justificativas de produção e reprodução de conhecimento a partir de concepções tais como a de cidadania (política), de autonomia e de novas formas de solidariedade dos humanos entre si e destes com os elementos físicos, que, de maneira geral, teriam como objetivo o desenvolvimento das qualidades do mundo rural e, segundo Roni Bonow, “[...] para que a partir de então, individualmente ou coletivamente possam acessar políticas públicas, ter voz nos espaços, participar de fóruns de agricultores e conselhos e serem representantes das suas organizações por eles dirigidos”.

Um ponto de grande importância, na mediação, relaciona-se com o espaço que é dado para a experimentação e acumulação de saberes próprios aos agricultores e para a inclusão da lógica do processo de construção do conhecimento sobre as suas práticas. Considerando que muitas intervenções no meio rural deixaram de lado esses conhecimentos (e muitas permanecem deixando), em detrimento de processos agrícolas mais eficientes, provocando rápidas transformações no meio rural, modificando as atividades produtivas, introduzindo novos valores nem sempre desejados e fragmentando o conhecimento do processo produtivo como um todo, é significativo refletir sobre as propostas de extensão rural que se pretendem diferenciadas, no sentido de apoiar ações participativas, que desta maneira poderiam considerar também as demandas por parte dos agricultores.

Mas a proposta de estimular a participação e a geração de cidadania, frequentemente acessada pelo CAPA, é uma tarefa complexa de ser alcançada. Alguns elementos tidos como essenciais para fomentar a participação dos atores desde o início do trabalho do CAPA são a organização dos núcleos de agricultores,

¹ Eles relataram detalhes da produção de mel, desde o uso da fumaça até as preocupações com a comercialização. “Era bom [de vender]. Era escasso. O CAPA também comprava. Como hoje também, o orgânico [Cooperativa Sul Ecológica] tá comprando”.

nós da rede, e a formação das cooperativas e associações, de abrangência mais ampla mas que, de certa maneira, une os agricultores em torno de objetivos específicos. Mas o que significam essas relações?

Tanto núcleos quanto organizações fazem parte da mesma rede. As reuniões dos núcleos, por exemplo, são os momentos mais frequentes de encontro entre agricultores e técnicos motivados pela circulação de informações sobre a cooperativa, sobre problemas e possíveis soluções para os desafios encontrados na produção, bem como é um espaço de discussão sobre a legislação ambiental, de exposição de opiniões sobre as mudanças no clima etc.

Nessas reuniões dos núcleos, bem como nas visitas às propriedades, menos frequentes, ocorre a interligação de mundos diferenciados, de agricultores, técnicos, organizações, conectados por temas em comum, com espaço para troca de experiências e, de alguma maneira, de convergência. Ocasionalmente, a partir das múltiplas possibilidades de mediação, a negociação de códigos entre os atores, sem excluir situações de imposição, explícita ou não, em momentos de encontro que servem para mostrar o que o agricultor *deve* fazer, com a justificativa de orientar mudanças que teriam como objetivo propiciar melhores condições de vida (NEVES, 2008).

Para Neves (2008), há um caráter contraditório inerente ao processo de mediação que não pode ser superado, mas deve gerar reflexões: a extensão rural opera através da crença da necessidade de mudança, de alguma adaptação em relação aos saberes instituídos dos agricultores – o que o extensionista tem a dizer é melhor do que o “assistido” faz. Ou seja, ele traz influências, em diferentes graus, para o trabalho exercido pelos agricultores e agricultoras. Na fala de dona Selmira Raddatz sobre o papel do CAPA, principalmente através de relevantes figuras do CAPA, está presente a associação do trabalho da ONG com a história da produção da família: “e hoje eu digo, a gente aprendeu, nós não tinha abelha (mel), nós não sabia plantar feijão, não sabia plantar batata direito. Isso eles tudo ensinaram nós”.

Mas a ideia de simples inserção de conhecimentos, sem grandes questionamentos dos sentidos provocados e negociados em uma situação de diversidade organizacional em que atores convergem para a aceitação (ou reconstituição) ou para a negação dos significados reivindicados para a orientação das ações é simplificadora da realidade. O agricultor pode concordar com alguma

mudança técnica sugerida por um extensionista durante uma conversa ou visita, mas optar por não pô-la em prática em seu dia a dia. Exemplos dessa situação eram frequentes quando o técnico falava em cessar o uso de ureia e adubo organomineral, que os agricultores concordavam que deveria ser feito. Mesmo assim, muitos permaneciam utilizando, mas com suas justificativas para tais usos, como as características pedológicas do local, entre outras.

As constantes negociações influenciam na escolha por inserir uma nova produção ou técnica agrícola ou de qualificar as já existentes. Por exemplo, a identificação dos agricultores com elementos como o resgate de manejos que eram usados pelos antepassados – pousio, capina manual, uso de esterco para a adubação –, encontrados dos sistemas de produção agroecológicos, expressa uma situação em que os conhecimentos locais foram retrabalhados pelos mediadores. As afinidades vistas pelos os agricultores em relação a essas técnicas reforçaram-nas como parte da sua forma de produzir e têm aceitação mais ampla. Já a adubação verde diferencia-se nesse sentido. É utilizada de maneira intensa por algumas famílias, mas não é adotada em todas as propriedades, ou é restrita a alguns locais e algumas espécies, mesmo quando tidas como relevantes para a produção de base ecológica.

Pensando nas relações estabelecidas entre extensionistas e os agricultores, mais próximas, menos idealizadas, é possível visualizar diferentes maneiras como os conhecimentos e ideais das organizações são retrabalhados por ambos. Essa relação é também composta de laços pessoais. Em São Lourenço, falando sobre a assistência técnica realizada no município, Eliane Raddatz, agricultora de Campos Quevedos, lembra do trabalho do extensionista do CAPA, Roni Bonow: “ah, o Roni tá há uns quantos anos nessa área [da agricultura de base ecológica]”.² Prontamente é complementada por seu marido, Gilson: “é uma pessoa que [é] como os meus vizinhos [...], eles sentam, tomam um mate com a gente, como se fosse da casa mesmo”.

Também por parte dos profissionais que trabalham nesta rede há essa relação direta com os agricultores, como é possível perceber no relato de Roni: “aprendemos muito na vivência. Respeito aos conhecimentos, você constrói junto

² Ele trabalha desde 2003 no CAPA.

com eles [os agricultores], é uma das melhores experiências de vida [...]. É a base do meu trabalho e meu modo de vida e na relação direta com os agricultores”.

Mas as relações construídas e o certo consenso que implica podem ser contestados a qualquer momento, com a contraposição dos agricultores em relação às posições e informações dos mediadores, situação traduzida nas decisões cotidianas tomadas pelos agricultores dentro da propriedade.

Tomo como outro exemplo uma situação, em uma reunião de grupo, em que técnico e agricultor debatiam sobre a maneira mais eficiente de incorporar ao solo a massa verde oriunda da adubação verde. Enquanto o primeiro defendia que a massa verde deveria ser revolvida e mantida abaixo de uma camada de solo, o segundo afirmava, com segurança, que após ser revolvida, essa massa verde deveria ficar acima do solo, para que, na medida em que fosse sendo decomposta, pudesse ser levada para as camadas inferiores de solo. Ao fim do debate, descontraído, ambos refletiram sobre as sugestões mútuas, porém o agricultor não abandonou suas próprias convicções.

Frequentemente as atuações dos técnicos são assentadas na militância,³ na tentativa de obter efeitos práticos de mudanças político-morais. Diferentes argumentações são apresentadas nesse processo, principalmente apoiadas pela busca de outra ordem social, com a necessidade de processos decisórios mais participativos para os agricultores, em que se pretende, segundo Roni, “organizar pessoas com objetivos pessoais diferentes para diferentes objetivos coletivos”. Como cita Neves (2008), esses atores exercem a divulgação ou consolidação de ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de organizações ou movimentos associativos.

Nessas relações diretas os extensionistas que trabalham com os agricultores reafirmam os laços de confiança entre as organizações e os agricultores, que permitem que a sua organização e seus objetivos estejam presentes dentro da propriedade e, conseqüentemente, da vida desses agricultores:

³ Roni Bonow e Fábio Mayer destacam suas atuações militantes desde o período da graduação, na UFPel, onde participaram do Grupo de Agroecologia (GAE).

Dentro desse trabalho do CAPA, o perfil do técnico de campo tem mudado ao longo dos anos. Além da assessoria na produção agroecológica, orientando sobre técnicas de produção, manejo da propriedade, resgate e cultivo de sementes, controle de ervas espontâneas, doenças e pragas, a assessoria tem buscado um olhar ao mais longe. [...] vejo que o perfil do técnico não é visualizar os fatos e tarefas de forma linear e nem ser apenas aquele que cumpre as atividades do cotidiano, mas de ter a capacidade de compreender o que está acontecendo a sua volta, poder analisar e agir de forma coletiva e organizada e de enxergar quais os resultados que o seu trabalho irá ter (RONI BONOW, extensionista do CAPA).

As organizações carregam sua trajetória e os objetos, nesse contexto, aparecem como simbólicos dos objetivos que se pretendem comuns (mas nem sempre o são), como facilitadores ou possibilitadores desses objetivos. Nesse sentido, o conhecimento de base ecológica serve como mediador das ações de diversos atores: as instituições de pesquisa e desenvolvimento realizam projetos de pesquisa para “aperfeiçoar” as tecnologias, as organizações não governamentais se esforçam para manter e repassar preceitos ecológicos, os agricultores modificam e adaptam sua maneira de manejar o ambiente e de produzir levando em consideração esse conhecimento.

Junto com as técnicas, haveria espaço para as inúmeras possibilidades de reconfiguração de significados dos elementos naturais, criando ou recriando sistemas institucionais em interação com as demandas apresentadas, ajustadas com a argumentação do atendimento das necessidades dos atores. Mas Neves (2008) chama a atenção para o cuidado de evitar interpretações e também utilizações de caráter essencialista da mediação, em que se passa a aceitar a ideia de que seria sua finalidade estabelecer um ponto de conciliação e de consentimento, utilizado para manter acordos e negociações em situações que possam ser divergentes.

Outro importante elemento vinculado ao estabelecimento das relações desta rede, a reivindicação da autonomia por parte dos agricultores, pode ter diferentes dimensões. Conforme Almeida (2009), sobre a autonomia:

Em seus diferentes aspectos, é contra uma determinada organização do trabalho que a autonomia é objeto de reivindicações, de proposições ou de aspirações; contra a dominação da racionalidade moderna no seio da modernidade; contra uma racionalização que concentra o poder de decisão, restringe a democracia e nega a cidadania; contra um processo de modernização que induz a um crescimento que destrói os equilíbrios naturais fundamentais, aumenta as desigualdades e impõe uma corrida acelerada e esgotante em direção às mudanças. (ALMEIDA, 2009, p. 147).

Esse processo de busca de autonomia, segundo o autor, é contraponto à diminuição da possibilidade de autorregulação que se segue em função de aspectos como a artificialização, setorialização e especialização do trabalho do agricultor, diminuindo suas margens de manobra para articular os diferentes elementos que envolvem o seu trabalho e distanciando-os do domínio desses atores. Seguindo os aspectos mencionados por Almeida, as ONGs presentes na área de estudo fundamentam suas justificativas de organização social na tentativa de diminuição do atrelamento dos agricultores em relação a fatores externos.

Podem ser citados como exemplos os vínculos com os compradores intermediários e com as grandes empresas fornecedoras de agroquímicos, que estabeleciam preços considerados abusivos, que influenciavam nos cultivos a serem desenvolvidos e na maneira como seria conduzida a produção, como no caso citado por seu Roni Mühlberg no capítulo anterior, de circunstâncias em que esses atores tentavam instigá-lo a utilizar determinados agroquímicos. Atualmente, a contraposição da ONG ao cultivo do tabaco também tem essa justificativa de desatrelar os agricultores de grandes empresas, neste caso, as fumageiras.

A partir de situações como essas, os atores da rede passaram a procurar canais de venda dos produtos, organizando cooperativas de comercialização, pontos de feiras livres, buscando mercados que valorizassem seus produtos como de base ecológica e, dessa maneira, que permitissem que houvesse espaço para as escolhas que direcionam a produção.

Beneficiar os produtos também foi uma estratégia adotada de modo a auxiliar nesses resultados, na medida em que os agricultores não mais estão sujeitos a grandes indústrias para escoar a sua produção. Cléo e Rosemar, proprietários da Agroindústria Vida na Terra, em Canguçu, por exemplo, dedicam-se à produção e ao processamento de frutas, com uma bela estrutura construída para transformar amoras, pêssegos, uvas, melancias e abóboras em doces e sucos (Figuras 46 e 47), que posteriormente são comercializados principalmente junto à Cooperativa Sul Ecológica.



Figuras 46 e 47 - Agroindústria Vida na Terra, de Canguçu, com os proprietários Rosemar e Cléu.

Fonte: Acervo da pesquisa (ago. 2009).

Mas se o atrelamento dos atores locais em relação aos fatores supracitados foi minimizado através do associativismo e do cooperativismo, as escolhas realizadas nas propriedades não deixam totalmente de ser compartilhadas, pois há sobre elas influências perceptíveis das organizações que atuam diretamente com os agricultores, bem como de outros atores, como consumidores, gestores públicos, financiadores etc. Nesse sentido, pode ser citada a vinculação de agricultores e cooperativas ao CAPA, que por sua vez conecta-se com outros atores, como a Igreja Luterana e o Governo Federal, para articular e organizar canais de financiamentos ou de comercialização.

A ligação com o CAPA é reforçada por sua presença e atuação ativas em espaços de discussão locais e regionais (como o Fórum da Agricultura Familiar) e pelo papel que a ONG toma para si de articular (*animar*) diferentes atores, de diferentes esferas, que fazem parte da sua rede de contatos, seja pela afinidade políticas, técnico-produtiva ou outra.

E por atuarem como expressão dos novos rumos pretendidos pelos atores que seriam desprovidos de capital de “luta”, esses mediadores dão ênfase ao apoio dado a partir da visão de que seria necessário que houvesse a “proteção” dessas cooperativas e associações, principalmente no período inicial:

Contextualizando o histórico dessas organizações e o papel do CAPA como formação, animação dessas cooperativas, fundação, com recursos financeiros inclusive [...], liberação de gente etc., entendendo que essas cooperativas de agricultura familiar elas se viabilizam, principalmente nos primeiros anos, com tutela, com recursos, com gestão de recursos, de um ente externo, seja ele qual for. [...] O CAPA tinha um pouco esse papel, esse entendimento. Até a COOPAR andar com as próprias pernas, ela precisou [de recursos]. A UNAIC, a mesma coisa. (ERNESTO, extensionista do CAPA).

Junto com o apoio prestado, um caminho já trilhado é apresentado às organizações e agricultores, dentro dos preceitos já mencionados que segue a ONG, que incluem também escolhas em relação aos vínculos a serem formados entre organizações e agricultores, entre organizações e fontes de financiamento etc.

A Sul Ecológica é mencionada como uma das organizações que ainda tem forte vinculação com o CAPA (inclusive ocupando o mesmo prédio), mas que está em processo de *desmame*, ou seja, que tem recebido cada vez menos auxílio, ou *tutela* da ONG, seja em termos de profissionais que prestam apoio ou de valores financiados. A Cooperativa, atualmente com contas um pouco mais equilibradas, paga um empréstimo de 30 mil reais feito junto ao CAPA e busca novas fontes através de projetos sociais, principalmente através do Território da Cidadania, com as implicações (possibilidades e fragilidades) que permeiam essa via.

Em relação às comunidades tradicionais nas quais a ONG atua – as comunidades de pescadores artesanais, de quilombolas e de indígenas – a “proteção” é ainda mais forte, a aproximação de outros agentes e organizações é mais restrita e o acompanhamento pela ONG é mais próximo.

O momento de “andar com as próprias pernas”, citado por Ernesto, é diferente para cada organização. E não se trata de um processo simples, pois esse apoio inicial gera, também, uma relação de dependência entre o CAPA e as organizações, que precisam buscar outras maneiras de se sustentar, tanto em relação a novas fontes de financiamento⁴ quanto à extensão rural prestada pela ONG.

⁴ Isso também ocorre em função da constante diminuição dos recursos repassados pela fonte financiadora do próprio CAPA, a Igreja Luterana.

6.2 “EU NÃO SEI FICAR EM CASA, ESPERANDO QUE ME TRAGAM AS COISAS”

A frase acima, de Nilo Schiavon, agricultor do grupo Vila Nova, em Pelotas, foi a resposta a pergunta “mas onde você aprendeu isso, Nilo?”, que fiz enquanto ele contava dos planos de plantar roseiras em sua propriedade, para diagnosticar com antecedência a presença do míldio, um fungo que ataca diversas plantas, dentre elas a videira: “ela [a roseira] é um indicador de doença. O míldio, antes de dar nas outras plantas, dá na roseira”. Ele complementou, dizendo que aprendeu na EMBRAPA de Bento Gonçalves.

Cursos, formações, trocas técnicas e visitas a outras regiões influenciaram na formação e mesmo na consolidação dessa rede. Como lembra Nilo, presente desde o início da ARPA-SUL, “[...] muito curso a gente buscou fora do município, fora até do estado [...]”. Em relação às experiências adquiridas com o contato com agricultores de outras localidades, Nilo lembra-se das viagens ao Centro Ecológico: “quando a gente começou o trabalho, em 1995, não tinha onde se espelhar em produção ecológica, a não ser em Ipê [...]. E foi lá que a gente foi buscar a experiência”. Essa constante busca de Nilo e outros agricultores da rede trouxe também mais autonomia na escolha das técnicas a serem utilizadas (muitas vezes mesmo em relação às ONGs), com relatos dessas técnicas como inovações na região que são disseminadas por e entre os agricultores.

Luciano recorda uma viagem a Ipê em seu relato:

Como que eu ia ter uma chance de ir longe? O assunto era bom, que era Agroecologia e ainda era uma viagem. Me larguei, mesmo com medo. [...]. Eu conheci, na época, o Sebastião Pinheiro... bah, gostei.. Aquele curso marcou a minha vida para sempre. Aquilo ali eu me lembro tão bem, tão claro, como se fosse ontem. (LUCIANO MÜHLENBERG, agricultor, São Lourenço).

Outro momento lembrado por ele é um curso técnico, ministrado em um colégio agrícola em Braga, a aproximadamente 600 quilômetros de distância de São Lourenço, financiado por um projeto dinamarquês. O projeto, do qual participaram 14 alunos, foi mediado pelo CAPA, como conta Luciano Mühlenberg: “naquela época foi

eu, o Denis [Peglow, filho de Reinaldo Peglow], o Cláudio Becker, mais outros de Canguçu e de São Lourenço [...]”. Ele continua:

Ficávamos dois meses [em Braga] e voltava. Ficava em casa [quando voltavam], mas tinha trabalho. Tinha trabalho teórico, no papel, e tinha trabalho nas comunidades. Fazia palestra nos colégios. Olha, e isso não era fácil. [...] Fizemos trabalho nos colégios, no Cantagalo [em São Lourenço]. Fizemos hortas comunitárias. Não pra vender, [mas] pra alimentação, pra não comprar tudo. Por que hoje eles plantam fumo e compram tudo. E a gente conseguiu fazer um trabalho, só que depois, quando a gente se afasta aquilo morre. (LUCIANO MÜHLENBERG, agricultor, São Lourenço).

Esses conhecimentos, oriundos de outros lugares, são ativamente retrabalhados pelos atores locais. Visitas técnicas a agricultores e cooperativas de outras localidades são outros exemplos da busca de conhecimentos e aperfeiçoamentos, como a visita a uma agroindústria localizada na Serra Gaúcha, a Aecia, no ano de 2007, mostrada nas figuras 48 e 49.



Figura 48 - Gilson Raddatz durante visita dos agricultores de São Lourenço a Serra Gaúcha.

Fonte: Cedida do acervo pessoal de Roni Bonow (2007).



Figura 49 – Elton Blank durante visita dos agricultores de São Lourenço a Serra Gaúcha, em 2007.

Fonte: Cedida do acervo pessoal de Roni Bonow (2007).

Atualmente, diversos agricultores da rede têm contato estreito com a EMBRAPA Clima Temperado, com a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e o CAPA. Em termos de conhecimento técnico, os agricultores da ARPA-SUL têm relevante reconhecimento, importantes na construção da rede de agricultura de base ecológica, que fazem com que muitos deles sejam citados com recorrência como referência pelos demais atores da rede, inclusive pelos pesquisadores.

Sobre o trabalho realizado em conjunto com a EMBRAPA, Nilo Schiavon cita a Rede de Referência, que foi formada com um grupo de propriedades consideradas representativas da agricultura familiar, as “propriedades referência”. Essas famílias passaram a atuar diretamente com a EMBRAPA através de um processo de “otimização” dos recursos e atividades já existentes na propriedade, de maneira a

colaborar na sua eficiência (MEDEIROS; GOMES; REICHERT, 2006). Nilo lembra que a EMBRAPA entrou “[...] mesmo, dentro do nosso trabalho, na ARPA no caso, foi em 2005, (que) eles entraram pra valer”.

A Rede integra o projeto “Pesquisa participativa em rede de referência para a agricultura familiar de base ecológica na região sul do RS” (MEDEIROS; GOMES; REICHERT, 2006), do qual a família Schiavon faz parte, como lembra Nilo:

[...] tem sete propriedades referência dentro da ARPA, que são propriedades modelo da EMBRAPA, inclusive aqui é uma delas, em sistema de agroecologia. A partir daí eles entraram buscando nosso trabalho. [...] Alguma coisa pra ensinar, mas mais pra aprender [a EMBRAPA]. A Universidade [UFPe] também. (NILO SCHIAVON, agricultor, Pelotas).

Além das propriedades de agricultores vinculados à ARPA-SUL, foram escolhidas outras oito propriedades, com a ajuda de técnicos da ASCAR-EMATER/RS, FEPAGRO, CAPA, COOPAL, COOPAR, UNAIC e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros. A Rede se estende por São Lourenço do Sul, Canguçu, Morro Redondo, Rio Grande e São José do Norte, além de Pelotas. Os Mühlenberg (produtos na Figura 50) e os Radtke, de São Lourenço, participam também dessa pesquisa e de outras com a mesma instituição.

Um dos principais objetivos dessa rede, a partir de diagnósticos iniciais nas propriedades referência, é o de realizar a “validação” de tecnologias locais. Ou seja, as técnicas podem ser oriundas de conhecimentos locais, mas passam pela mediação científica para que sejam consideradas de fato legítimas pelos atores mediadores (através das metodologias de validação). Tais técnicas podem ser ainda baseadas em conhecimentos de outros locais, e a partir de estudos e pesquisas tornam-se “científicas”, isto é, adquirem novos significados e deixam de ser “ficção”, com a ajuda da ciência que passaria a legitimá-los (STENGERS, 2002) e, desta maneira, é possível expandi-los a outros locais através de uma linguagem considerada universal, a da ciência.

Dadas as dificuldades e o longo aprendizado que são valorizados na rede, para os agricultores as informações que possam colaborar nessa produção são estimadas. Esses eventos e investimentos técnicos foram utilizados e

reinterpretados pelas comunidades para produzir novas socializações. Luciano conta sua experiência: “eu levei anos pra conseguir chegar nesse conhecimento que eu cheguei hoje. [...] Isso aí é anos. Eu junto uma coisa com a outra, no final das contas eu chego lá, eu acho o caminho. Todos os cursos foram válidos”.



Figura 50 – Dentre a produção dos Mühlenberg, há vários exemplos de cultivos trazidos pela EMBRAPA, como o quino, a pimenta e o hibisco.

Fonte: Fotógrafa Rocheli Wachholz. Cedida do acervo do CAPA, realizada em abr. 2009.

6.2.1 Novos significados, algumas controvérsias

Há também situações em que os agricultores colocam seu conhecimento empírico acima de conhecimentos externos. Em relação a temas limitadores da ação, como as áreas de preservação obrigatórias em cada propriedade (a Reserva Legal e a Área de Preservação Permanente – APP), como parte do Código Florestal Brasileiro, esta posição pode ficar mais clara.

A inserção de conhecimentos nunca é simples, há uma pluralidade de sentidos e efeitos provocados e negociados. Como aponta um agricultor,

Tem uma sanga [nascente] aqui que falaram [pesquisadores da EMBRAPA] pra gente plantar umas árvores em volta. Mas capaz! Se plantar árvores ali, vai secar a sanga, por que aquilo tudo é pedra embaixo [sob o solo], só tem uma parte por onde corre água, entre as pedras, que as raízes de uma árvore iriam tapar. E assim como está essa sanga nunca secou.⁵ (agricultor, São Lourenço).

Seu argumento, baseado nas particularidades que a vivência lhe trouxe, é contrário aos argumentos baseados em modelos científicos difundidos, de que em qualquer situação as nascentes exigiriam a proteção de mata ciliar em um raio de 50 metros. Seja nos fóruns de debate, nas ações das organizações ou mesmo nas ações fiscalizatórias do Estado, esse tema provoca negociações adaptações e aos locais em que chegam.

As influências que os humanos mantêm sobre os elementos naturais são diversas, seja pela preservação, conservação ou pelo seu uso intenso, constituindo uma situação de disputa pela representação da “natureza”, que tem se tornado cada vez mais visível.

Cortar árvores nativas, algo normal em outros tempos, agora é associado pelos próprios agricultores à “falta de consciência ecológica”, mesmo que às vezes não se vejam motivos avaliados como plausíveis de imediato para atitudes diferenciadas entre o que é considerado certo e o que *era* considerado certo. A supressão de árvores torna-se um tema emblemático, no sentido que se situa entre uma necessidade – “o colono precisa ter um mato pra cortar, pra fazer um galpão, pra ter lenha, e se for comprar [madeira] é muito caro”, afirma um agricultor de São Lourenço do Sul – e um motivo de realinhamento de estratégias de acordo com esses fatores externos – o que antigamente era recorrente, retirar árvores nativas, agora é uma ação limitada.

A situação se complexifica quando esses agricultores devem deixar de lado seus conhecimentos, neste caso específico, para se adequar à legislação vigente. Pode-se observar simetricamente tais situações de divergência, de maneira a flexibilizar a noção de que haja um saber superior dissociado dos valores culturais como formas efetivas de conhecimento. Torna-se um motivo para mudarem seus

⁵ É um local onde não há nenhum cultivo, somente gramíneas, mas é próximo a uma área, mais baixa, de mata nativa.

hábitos e interferirem em sua maneira de gerenciar a propriedade, em um ritmo diferente do que seria sem tais regulações.

“A gente sabe que um pouco de mato tem que ter”, diz seu Roni Mühlenberg. “Aqui a gente tem uma área de mato e eu nunca derrubei nenhuma árvore dali. Tem também perto das sangas, mas não é o que pedem [de APP]”, complementa, acrescentando que o dono anterior havia suprimido boa parte das árvores da propriedade.

A finalidade da preservação da flora local seria, basicamente, a de evitar maiores desequilíbrios nos ecossistemas locais, considerando que esses lugares necessariamente precisariam de regulação para manter níveis aceitáveis de conservação. Uma discussão que surge, a partir disso, é que a exigência regulamentar restringe a ação de populações que teriam em seu modo de vida características muito mais conservacionistas do que as populações urbanas, por exemplo. Esse sentimento é multiplicado quando se tratam de agricultores de base ecológica, que têm receio de serem multados por não respeitarem a metragem exigida ao longo dos cursos d’água, mas que têm em suas ações diárias cuidados que fazem dos elementos ambientais uma prioridade.

Com essa normatização, a partir de regras específicas, impôs-se um cenário que “protege” os elementos naturais das ações humanas, proposto por agentes externos a partir de parâmetros de proteção definidos. Mas esses parâmetros foram contestados pelos atores locais por serem distantes da realidade praticada, contextualizada pelas ações específicas dos atores que fazem parte da rede de produção de base ecológica, que também tem justificativa de conservação ambiental.

As discussões sobre o tema passam por vários pontos, mas em especial relativo aos percentuais de preservação de mata, muito questionados principalmente em função das áreas (menores) das propriedades familiares. Mesmo as organizações de agricultores de base ecológica estavam apreensivas, pois o melhor “exemplo” de propriedade – segundo os preceitos ecológicos difundidos entre esses agricultores – não cumpriria todos os requisitos da legislação. Dentro das argumentações dos atores, são apresentados casos como o de propriedades estreitas (comuns na região) que têm cursos d’água em toda sua extensão, como comenta Ivo Scheunemann:

Por exemplo, a nascente de água [...]. Eu conheço várias propriedades em que a largura nem chega a 100 metros. Daí a nascente é no meio, fica 50 pra cá, 50 pra lá, não vai sobrar nada. Não que eu esteja duvidando de que isso é o certo, mas é que são casos e casos. (IVO SCHEUNEMANN, agricultor, Pelotas).

Para ele, é mais importante pensar na conservação de toda a propriedade e na sua manutenção para a continuidade da família, não somente desse espaço de isolamento ou de manejo controlado, em uma coparceria entre humanos e não humanos, em que há uma relação na qual o agricultor busca conhecer para poder saber os limites da sua intervenção.

6.3 O CULTIVO DE TABACO

Outro exemplo de complexidade da agricultura de base ecológica está em sua relação com o cultivo de tabaco. Convivendo com certa proximidade, por estar relacionado diretamente com a agricultura familiar, esse cultivo está presente em muitas propriedades que também mantêm a produção de base ecológica.

Em Pelotas, a implantação do fumo ocorreu na década de 1960, bem como nos municípios de Canguçu e São Lourenço. Como relatam Agostinetto et al. (2000), a dificuldade em comercializar produtos tradicionalmente cultivados, como a cebola, a batata-inglesa e o milho (e mais recentemente isso também se aplica ao pêssego) estimulou o crescimento da fumicultura.

É constante a citação desse cultivo por seus impactos negativos, relacionados à qualidade de vida, seja por causa do uso de agroquímicos, do grande esforço dispensado ao manejo ou pela exploração do trabalho das famílias agricultoras. Porém, a garantia de compra da produção, mesmo que por vezes não seja com preços satisfatórios⁶ e a dependência financeira em relação às empresas por endividamento são fatores que influenciaram na consolidação do cultivo na área de estudo.

⁶ Os preços são definidos pelas empresas fumageiras, após a entrega do produto. Alguns agricultores acompanham esse processo, indo até a empresa, mas o potencial de barganha é praticamente nulo, como me contaram alguns fumicultores, como os Blank.

Nesse sentido, a produção de base ecológica é vista pelas organizações como contraponto à fumicultura, como exemplifica a inserção no Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, com o acréscimo do diferencial (que chama a atenção nos projetos) de uma agricultura de base ecológica. Com o estímulo a esses projetos, algumas famílias diminuíram a área ou deixaram de plantar tabaco. É o caso de Guilherme Kuhn, agricultor da localidade de Estrada da Gama no município de Pelotas, que chegou a plantar 80 mil pés de fumo e atualmente cultiva hortaliças de base ecológica, que são comercializadas através da Sul Ecológica para o PAA e nas feiras que a Sul Ecológica realiza junto com a ARPA-SUL, em Pelotas (FROÉS; SANTOS; RECH, 2008).

A fumicultura faz parte do cotidiano dos agricultores da rede, mesmo daqueles que não têm esse cultivo em suas propriedades. A família Quintana, que mora na localidade do Remanso e faz parte do mesmo grupo dos Holz, dedica seu trabalho à produção de hortaliças de base ecológica, mesmo assim, na conversa que tive com Mara Quintana, o assunto emerge:

A gente continua [na produção de base ecológica] por que acha que agora tá assim, o fumo tá mais em alta, mas quem sabe daqui a uns anos nós vamos ser os certos [...], não que a gente torça que eles sejam errados, mas eu digo assim, que seja mais valorizado, porque a gente também às vezes para e pensa: bah, mas o fumo dá mais dinheiro. Mas a gente tá nisso e parece que a gente não quer desistir. E o trabalho é mais tranquilo e o Ozildo [sogro] não pode, ele é alérgico [aos agroquímicos]. E eu tenho a pequena [Larissa, sua filha] e casa pra arrumar. E só fica o meu marido [na lavoura]... E vai fazer tudo sozinho, não tem condições. (MARA QUINTANA, agricultora, Canguçu).

A grande demanda de mão de obra da fumicultura, apesar de ter um retorno financeiro geralmente interessante,⁷ pode acarretar a exploração do trabalho de toda a família, que geralmente não é contabilizado nos lucros, e também traz forte dependência junto às empresas integradoras. O atrelamento às empresas se dá desde o início, com a construção das estufas utilizadas na secagem das folhas de

⁷ Recebe-se na maioria das vezes pela safra do ano, em um montante que parece satisfatório. Mas, se esse valor foi dividido pelos 12 meses, muitos agricultores acabam ficando com renda próxima ou menor à renda dos agricultores feiristas.

fumo, financiadas através de empréstimos, que são descontados na entrega da(s) safra(s) seguinte(s). Após esse investimento inicial, que é alto, fica mais difícil para as famílias deixarem o cultivo em favor de outros.

Os investimentos seguem. Além de construir as estufas, é preciso comprar sementes e herbicidas. Além disso, preparar o solo, semear, cuidar, colher (no verão), secar as folhas nas estufas, selecionar e negociar a venda são atividades que demandam trabalho o ano todo. A época de colheita é um dos momentos que exige mais dedicação: toda a família precisa trabalhar, pois se o fumo não for colhido e seco no período correto, ele “perde classe”.⁸

No que diz respeito à saúde, por exemplo, além das conhecidas complicações provocadas pelo uso de agroquímicos (enjoo, feridas, vômito etc.), a própria planta geraria o chamado “fumo verde”, que é provocado pelo contato com as folhas de fumo quando ainda estão molhadas pelo orvalho, durante as primeiras horas da manhã. As dores de cabeça e enjoos constantemente relatados pelos agricultores são motivos para que haja aumento da rigidez nas normas de trabalho. Roupas adequadas (macacão) e a proibição do trabalho de crianças e idosos são algumas das normas citadas pelos agricultores.

No Rio Grande do Sul, assim como na área de estudo, o cultivo é típico de propriedades familiares. O Vale do Rio Pardo é o maior produtor do estado, com 39,2% da produção gaúcha, e é onde estão também localizadas importantes indústrias de transformação e beneficiamento. Mas a área de estudo (Figura 51), também possui produção significativa (RIO GRANDE DO SUL, 2008). A região Sul apresenta expressivo incremento na produção de fumo nas últimas décadas.

A força desse cultivo nessa área trouxe projetos de diversificação de áreas com fumicultura, desenvolvidos principalmente através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como no caso citado de Guilherme Kuhn. Um exemplo é o projeto “Fomento à assistência técnica, capacitação e extensão para o fortalecimento da produção agroecológica e consolidação da Rede de Comercialização Solidária, em contraposição à cultura do tabaco no território sul do Rio Grande do Sul”, que serviu de apoio para a formação da Rede de Cooperação Solidária, atuante no PAA (ver Capítulo 4).

⁸ Todo o fumo é classificado segundo sua qualidade. Manchas na folha, doenças e outros fatores diminuem a sua qualidade e, conseqüentemente, o valor do fardo.

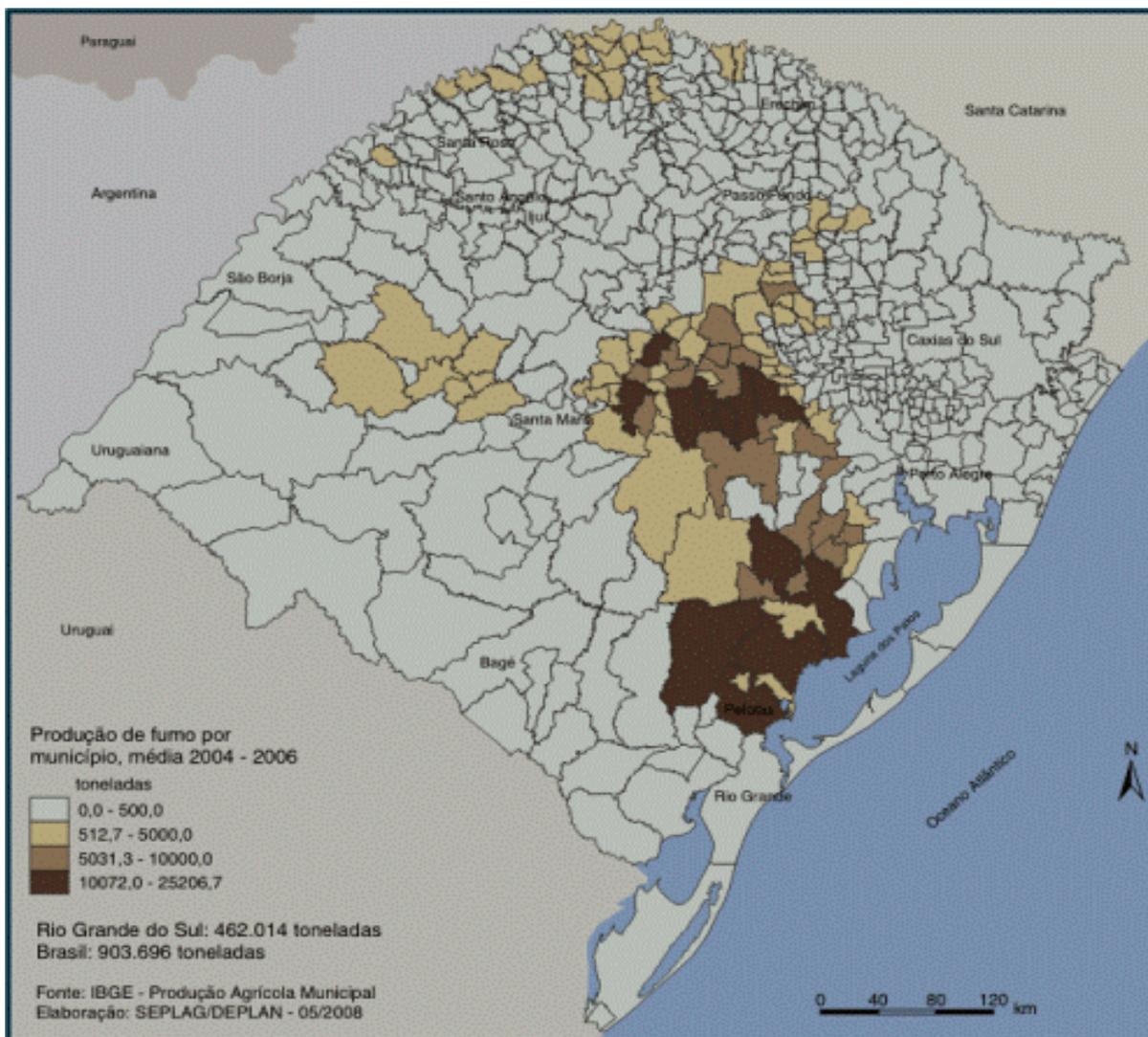


Figura 51 - O fumo no RS entre 2004-2006

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([20--] apud RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Os argumentos e opiniões sobre o fumo são diversos, mas mesmo em relação ao fator financeiro para algumas famílias não é o suficiente. Segundo Nilo, “é complicado. Porque pra uns dá, pra outros não. Tem famílias que tão bem, têm outras que tão muito pior que nós”.

Gilson Raddatz, que mora em uma propriedade em Campos Quevedos, em São Lourenço, também alterna a plantação de fumo com as hortaliças: “nós estamos aqui nesses ecológicos porque nós somos um casal novo e casal novo precisa de mais recursos. Fumo não dá, agora esse ano tá bom, mas nos outros anos não tava bom.. e tu simplesmente trabalha pra firma”. O desejo de Gilson de trazer um futuro diferente para os filhos envolve a sua ligação com os “ecológicos”: “Eu sempre

acredito que eu vou ensinar os filhos a deixar de ser refém da firma de fumo. Eu nasci plantando fumo”. Eliane, sua esposa, complementa com o fato de que nas hortaliças os filhos, já adolescentes, podem auxiliar, no turno inverso à escola: “O Guilherme é só arrancando a cenoura [...]. Ele arranca tanto que tem que mandar ele parar”.

Outro argumento negativo que acompanha esse cultivo é que o fumo se torna facilmente um monocultivo, deixando de lado mesmo a tradicional horta, como expõe Luciano Mühlenberg: “tem muito colono que planta até a porta de casa, daí ele tem que comprar comida na cidade”.

É perceptível que a fumicultura já foi (e permanece sendo) questionada quanto às suas reais possibilidades de trazer melhorias para a vida dos agricultores. Mas assim como os atores envolvidos nesse segmento são constantemente alvos das críticas expostas anteriormente, também têm se realinhado em função de algumas delas, seja por obrigação legal (melhoria nas condições de trabalho) ou para buscar melhores condições de vida, por exemplo, através da diminuição dos agroquímicos em algumas propriedades.

Há, por exemplo, em São Lourenço, alguns agricultores que plantam o “fumo orgânico”. O grupo Santa Inês, o maior de São Lourenço, é composto por agricultores que têm em suas propriedades o cultivo de alimentos e também o tabaco, cada um em seu espaço delimitado e, como fazem questão de mostrar, em áreas ordenadas de modo a não haver risco de contato entre os cultivos, mesmo com eventuais chuvas. Na visita à propriedade dos Blank, seu Elmo mostrou os espaços limitados ao fumo, escolhido de acordo com as curvas de nível do local.

Deste grupo, quatro propriedades são certificadas pela ECOCERT como produtoras de fumo orgânico. É um diferencial em relação às demais propriedades que cultivam o fumo na região. As reclamações em função da produção são sensivelmente menores. Esses agricultores consideram ter encontrado um ponto de relativo equilíbrio entre suas demandas de renda e de produção de alimentos. O grupo Santa Inês é o grupo que mais produz alimentos em São Lourenço, mas alguns agricultores demonstram vontade de ter apenas o fumo orgânico como cultivo comercial: “a gente queria que a Cooperativa tivesse melhor, para não precisar tanto da nossa produção”, comenta um agricultor.

Essa situação expressa a diversidade de alternativas construídas nos modos de produção, de acordo com as estratégias desenvolvidas, a partir das transformações sobre as perspectivas que emergem ao longo do tempo sobre o rural e sobre a agricultura, em complexas inter-relações entre os atores. Mesmo que condenada por muitas das organizações da rede e mesmo que haja um processo de combate ao cultivo de tabaco, seja através da elaboração de projetos como o de diversificação de áreas com tabaco ou através da priorização da certificação de produtos orgânicos em propriedades que não plantam tabaco, o cultivo permanece também entre as famílias da rede de produção de base ecológica.

Sobre essa convivência, Roni Bonow justifica que para a Cooperativa Sul Ecológica se aproximar agricultores fumicultores é uma estratégia inseri-los na produção de alimentos, pensando em sua “conversão”: “em longo prazo, as famílias terão outro papel”, o de produzir alimentos (nesse caso de base ecológica), o que segundo ele deve ser a prioridade da agricultura familiar.

Roni, quando questionado especificamente sobre o fumo orgânico, argumenta que a prioridade do trabalho de extensão rural efetuado pelo CAPA é a produção de alimentos e que mesmo que não haja a aplicação de agroquímicos no fumo orgânico, “as consequências para a saúde humana [dos consumidores] não são muito diferentes” daquelas do fumo plantado de maneira “convencional”, referindo-se também à relação de dependência provocada pelo consumo de tabaco. “Queremos que o agricultor tenha renda da produção orgânica. Da produção orgânica de alimentos”, conclui Roni.

6.4 TRANSIÇÃO PARA ONDE?



Figura 52 – Plantação de arroz de base ecológica na propriedade de Silmar Fischer, no Prado Novo, em São Lourenço.

Fonte: Acervo da pesquisa (mar. 2009).

Com o argumento de que a tecnologia e a ciência, base para a modernização agrícola, não têm superado as “crises ambientais”, há a afirmação de que seria esse um momento de “transição” na agricultura, iniciado há algumas décadas, em movimentos que se relacionam com as práticas de base ecológica e também com a resistência das populações rurais às diferentes formas de expropriação em função do avanço da modernização no campo. Engajados (de diferentes maneiras) no compromisso com o futuro da humanidade, tais mobilizações têm como justificativa a minimização dos efeitos “perversos” visualizados nos processos de “modernização”.

Essas formas de produção, orientadas pela visão de cuidado ambiental e de justiça social, são justificadas pelos atores da rede como uma maneira de causar menor “impacto”, seja pensando nos humanos, por exemplo, ao valorizar as condições de saúde em detrimento de aumento da produtividade, evitando assim determinados insumos que poderiam refletir negativamente na qualidade de vida, ou

ainda, pensando nos não humanos, ao estabelecer (ou restabelecer) diferentes significados diante dos elementos naturais utilizados.

A “transição” agroecológica implica em mudança de um modo de produzir a outro. Pressupõe um processo de conversão, no qual o passo inicial seria a produção sem uso de insumo químico, chamada de orgânica. O objetivo final, a produção 100% *ecológica*, traria maiores preocupações, com um tratamento “holístico” da propriedade e a busca pelo ponto de equilíbrio entre uso e reposição de nutrientes evitando o apoio de recursos naturais externos à unidade agrícola (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

Diversos autores já tentaram caracterizar a transição em diferentes níveis ou estágios de conversão, através das estratégias desenvolvidas no processo de reestruturação e redesenho de sistemas produtivos, com a intenção de que a agricultura deixe de ser “convencional” e se torne “ecológica”. Mas caracterizações assim geralmente são marcadas pela normatividade, na qual a “transição” pressupõe que os agricultores devam chegar a um ponto, finalístico, que expresse o conceito desejado ou se aproxime dele.

Na prática, as trajetórias são bem mais complexas. A relação dos atores com a “ecologia” não é a parte de um todo inacabado, que deve ter metas finais, ou um esboço do que um dia deve ser alcançado. A complexidade da agricultura e do universo no qual estão inseridos os agricultores não permite encontrar um processo linear de produção que se aplique indiscriminadamente.

Mesmo nas conceituações mais recentes, que trazem a incorporação das críticas à transição, permanece a categorização/polarização entre tecnificados e ecológicos, agora vistas em um *continuum*. Nesta proposição, elaborada por Caporal (2003), um dos polos, os “convencionais”, justificados pelas novas influências que permeiam a agricultura, estariam se adaptando a novas gerações tecnológicas, baseadas nos mesmos preceitos da chamada Revolução Verde (agora como Revolução Duplamente Verde), produtivistas. Mas além de estar voltado à mecanização da produção e à engenharia genética, também a biotecnologia e a diminuição dos “impactos ambientais” estariam sendo assimiladas, em diferentes graus, a partir da lógica de eficiência dos recursos.

Nas proximidades do polo oposto, estariam as formas de agricultura ditas alternativas, caracterizadas por Caporal (2003) como fundadas em:

[...] estratégias baseadas em conceitos ecológicos; conhecimento científico integrado ao conhecimento local; participação ativa da população rural na determinação das formas de manejo dos agroecossistemas; maior valorização da biodiversidade e da diversidade cultural. A meta seria alcançar sistemas de produção economicamente viáveis, ecologicamente equilibrados, socialmente justos e culturalmente aceitáveis. (CAPORAL, 2003, p. 15).

Uma das diferenças essenciais entre esses dois polos, de acordo com Caporal (2003, p. 15-16) estaria fundamentada na importância dada para a economia (ou o mercado) em função da natureza: seria “a Economia como subsistema da Natureza” ou “a Natureza como subsistema da Economia”? Nesse sentido, o processo de ecologização valoriza aspectos como a segurança alimentar e incorpora “valores ambientais e uma nova ética na relação homem-natureza” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 14).

Neste trabalho optei por falar em trajetórias e experiências, peculiares para cada família, cada lugar e também pelo contexto do período, nas quais as pessoas vão moldando e modificando seu ambiente e sendo por ele modificadas, em uma constante redefinição de como e por quais lugares seguirá sua *caminhada*, e não em transição, que implica passagem de um estado a outro, neste caso, da produção “convencional” para os sistemas de produção agroecológicos.

Momentos de adaptação ocorrem, como haveria na adoção de outras atividades, principalmente em períodos iniciais, mas não significam que haja um ponto determinado de partida ou de chegada. Em relação a esse momento inicial, para os agricultores da Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPA-SUL), a entrada de novos componentes, condicionada a uma série de regras, é ainda acompanhada de cuidados peculiares no chamado “período crítico”, em que o agricultor que ingressa está aprendendo, aplicando e reinterpretando as práticas e o conhecimento que elas carregam consigo, dentro do ritmo que a Associação mantém.

Nesse sentido, as mudanças visualizadas na produção em relação ao uso de agroquímicos, principalmente nesse período, são relatadas como dotadas de atenção especial:

Quando a gente começou a caminhada todo mundo achava que era muito difícil produzir sem veneno. É bastante difícil, o início [...] um solo pobre até tu chegar a produzir um alimento sem adubo e sem defensivo, no mínimo tu vai levar três anos. Então é um período crítico que a gente tem trabalhado muito com os agricultores que tão começando, mas hoje é muito mais fácil [...]. (NILO SCHIAVON, agricultor, Pelotas).

Na ARPA-SUL essa facilidade a que Nilo se refere ocorre pela presença de uma troca intensa de informações técnicas entre os agricultores mais experientes e os novatos, como parte do acompanhamento muito próximo feito pela Associação.

A situação é diferenciada para os agricultores que fazem parte e ingressam na Sul Ecológica. Por ser mais abrangente e de constituição diferenciada, grande parte de seus cooperados ainda está no que na Agroecologia costuma-se chamar de “etapas iniciais da transição” (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006), de redução e substituição do uso de insumos químicos. Além disso, há a possibilidade, na Sul Ecológica (o mesmo não ocorre na ARPA-SUL) de manter, paralelamente, cultivos que não são de base ecológica, o que os distanciaria, em um primeiro momento, das “etapas finais”. Se entre os agricultores não se destacam tão nitidamente essas etapas, para os defensores da transição haveria no fato de ser (e permanecer como) “orgânico” uma limitação quanto à legitimidade dessa forma de produzir, que representaria uma visão incompleta do processo.

Quando questionado, no período que iniciou a produção de base ecológica, pelos extensionistas sobre as perspectivas de quanto tempo levaria para fazer a “transição”, Reinaldo Peglow comenta que acreditava que não seria difícil:

Quando a gente começou, tinha um questionário pra responder e perguntava quantos anos a gente achava que levava pra ser agroecológico, pra fazer a transição. Eu achei que ia ser fácil, coloquei três anos, mas a gente já tá há dez, 11 anos. Mas não é tão fácil assim. (REINALDO PEGLOW, agricultor, São Lourenço).

Longe de se constituir como resultado linear da produção humana, a emergência e aplicação de técnicas apresentam frequentemente saltos qualitativos, regressões e escolhas. Elas se mantêm ou se expandem, ainda que em caráter

incerto, quando compatíveis com uma série de elementos – materiais e imateriais – que fazem parte da vida desses sujeitos (DESCOLA, 2002). Idas e voltas ocorrem, e não desmerecem o trabalho das famílias agricultoras, pelo contrário, mostram seu engajamento mesmo em momentos considerados mais difíceis. Em uma conversa com Luciano Mühlenberg, tendo como parâmetro uma propriedade considerada modelo,⁹ conta que:

[...] nós uns anos atrás também, nós tinha uma adubação verde linda. As fotos, tu viu as fotos? [...] Solo equilibrado. Mas depois começou um pouco também o clima e um pouco também é esse sistema agrícola. Onde tu tem que sempre produzir muito e tu tem que estar sempre correndo atrás da máquina. Isso pra ecologia não é uma coisa positiva, é negativa. Pra toda agricultura. O agricultor ele não tem mais quase tempo pra nada [...]. E tem certas coisas que não vai tão ligeiro. (LUCIANO MÜHLENBERG, agricultor, São Lourenço).

Além disso, as escolhas efetuadas na propriedade não se relacionam somente aos desempenhos produtivos, mas também à possibilidade de renovação da construção dos saberes, em movimentações constantes a partir de propriedades circunstanciais e estruturais dos objetos (MAFRA, 2008). Esses conhecimentos não ficam disponíveis como um sistema fechado, mas são recriados através de aprendizados realizados no imprevisto com o entorno e com os demais, respondendo a demandas ou modificações do ambiente percebido ou tentando modificá-lo.

É na trajetória das pessoas que está a construção de experiências com a interação com os elementos naturais e com o conhecimento de base ecológica que se desenvolvem dinamicamente, em um crescimento criativo que sempre tem a possibilidade de se desdobrar em novos conhecimentos.

⁹ Ele se referia à propriedade do Nilo Schiavon, citada pelo extensionista do CAPA, Fábio, ambos de Pelotas: “[...] que nem o Fábio Mayer tava falando do Nilo, ele tem a propriedade dele já mais caprichada, ele já quase não precisa mais de nada”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição experimental de nossa inclusão nos meios ambientes traz novos questionamentos para os seres humanos: como podemos viver juntos, no mesmo planeta, com objetivos diferentes, com definições diferentes sobre o que é o planeta e sobre quais os limites para a intervenção humana em relação aos elementos naturais?

Nesse sentido, partir da ideia de que as muitas culturas humanas estariam sob um mesmo pano de fundo, a “natureza”, passa a não bastar. Os meios ambientes, incontáveis, expressam-se nas relações estabelecidas junto aos que compõem essas peculiaridades, em inúmeras maneiras de significação do mundo e de relação com o Outro, seja ele humano ou não humano, natural ou artificial (GERHARDT; ALMEIDA, 2005). É preciso levar em consideração que as pessoas estão continuamente desenrolando suas vidas. Dar esse caráter universal - e universalizante – ao meio ambiente o associa a uma série de assuntos específicos da “crise ambiental”, presentes no cotidiano de diferentes grupos.

E na agricultura, entre dois possíveis polos, “convencional” e “alternativo”, encontra-se uma multiplicidade de possibilidades. A diferenciação entre um modo ou outro de se fazer agricultura, distante um do outro, traz uma visão de disputa de legitimidade por um modo correto de se produzir. O que está em jogo é a definição e a consolidação de como se deve fazer agricultura, de maneira a excluir o que não se encaixa nesse modelo.

Mas com essa visão é possível que não se perceba o imenso “caminho do meio”, ou caminhos, inúmeros, que surgem a partir das distintas estratégias traçadas. Mesmo sendo dada atenção especial à agricultura de base ecológica, a agricultura neste trabalho é vista em uma rede longa, composta por atores humanos, objetos, técnicas, com o intuito de evitar polarizações. Considerando que durante muito tempo a intensificação da lógica de produtividade a partir de uso indiscriminado dos elementos naturais foi (e ainda pode ser) encarada como referência àquilo que é considerado moderno e melhor – modernidade entendida como uma perspectiva, de pureza em contraposição à mistura, e não somente de assimilação de novidades e técnicas - uma nova exigência por mudanças também

pode se tornar inquietante, se feita novamente separando o que é considerado aspecto social do que é considerado “natural”.

Nesse sentido, a agricultura de base ecológica foi vista enquanto conhecimento técnico, mas também apresentando resultados para a maneira como os agricultores se identificam, se expressam e se relacionam. Situação percebida, por exemplo, na motivação de muitos dos agricultores que participam da rede em questão e que estavam à margem ou não se enquadravam em um modelo específico de agricultura e de assistência técnica, com construção externa à realidade local e com grande preocupação com a sua adaptação às demandas dos mercados, e optaram por seguir outros caminhos.

Dentre os principais elementos explicitados para justificar suas ações, a agricultura de base ecológica é vista como uma possibilidade de resgate de práticas anteriormente utilizadas, com as quais é possível utilizar de maneira mais “adequada” os elementos ambientais, ainda com a diminuição na necessidade de compra de insumos externos, entre outros fatores.

Mas as conexões trazidas por essa rede não são simples ligações, são maneiras de mediação, que envolvem uma diversidade de atores, unidos por temas relacionados. De maneira geral, podemos mencionar, além da problemática ambiental, novas concepções acerca da qualidade alimentar, das condições de vida nas áreas rurais, do avanço nos meios de comunicação e transporte, do processo de acumulação e consumo, das relações de trabalho e mercado e da construção da importância de projetos mais participativos (LACERDA, 2005), mesmo com todas as dificuldades que permeiam o estabelecimento de processos emancipatórios na agricultura.

Desta maneira, são associadas novas funções para a agricultura, como citado por Lacerda (2005): além de produzir, produz-se evitando a degradação do ambiente, melhorando as condições de trabalho e gerando renda mesmo para as menores unidades produtivas. São demandas internas em relação com demandas externas, que trazem mais responsabilidades para os agricultores. Mas esse processo em que os saberes locais são capturados e redirecionados, além de hibridações, implicam em relações de poder, em negociações e em ações estratégicas construídas pelos atores.

No sentido de promover reflexões, por abordar um processo que tem em sua continuidade distintas configurações, considera-se assim que os agricultores incorporaram, em maior ou menor grau, elementos oriundos de diferentes fontes, sejam elas organizações não governamentais, poder público (extensão rural, fiscalização), comércio, entre outros. Mas esses elementos, em interação com um passado mais ou menos remoto, transformam-se na medida em que são combinados uns com os outros.

Entendendo que a prática é o resultado de significações, procurei trabalhar as relações entre conhecimentos que circulam, entre técnicas que se estabelecem, entre actantes que tomam importância e entre motivações que emergem para a prática. É uma produção que significa *continuidade*, no sentido que expressa sustentação de uma renda que permita a manutenção da propriedade e também da família no meio rural, significa manter um nível aceitável de qualidade de vida, em que o trabalho pesado não é um problema, pelo contrário, demonstra *força* e *dignidade*, mas que não há o desgaste dos agroquímicos para saúde, significa ainda estar protegendo os elementos naturais, de maneira a permanecer intervindo naquele ambiente. Significa poder manter os seus valores culturais, éticos e religiosos de respeito à vida que há na terra.

Com uma preocupação mais relacional neste trabalho, os elementos que trafegam foram vistos conectados, influenciando e sendo influenciados. O manejo de uma propriedade de base ecológica envolve uma série de preocupações, que exigem um conhecimento profundo do funcionamento local. Esse conhecimento, relativo às muitas práticas realizadas na propriedade, é baseado em constantes experimentações feitas pelos agricultores e também pela confirmação das informações recebidas por meio de mediadores sociotécnicos e instituições de pesquisa.

Também cada agricultor, em seu contato com as técnicas e com os elementos físicos, vai moldando-os a partir de suas vontades e prioridades, e se molda a partir desse convívio, relacionando-as também aos conhecimentos apreendidos de outros lugares. São fundadas na observação, no contato, na experiência.

Considerando as inúmeras possibilidades de meios ambientes, também está em jogo o poder dado para a escolha das demandas humanas de preservação e os

resultados dessas escolhas para os ambientes locais, pois essas ações trazem novas ligações entre agricultores e a terra, as sangas, a chuva (intensa ou escassa), as técnicas e tecnologias, os cultivos.

É possível ressaltar as interações e a complexidade que existem na dinâmica social, entendendo em que medida estas associações estabelecidas através das discussões ambientais reconfiguram as relações locais. A partir de temas globais são construídas alternativas nos modos de produção, mas cada família tem maneiras próprias de se relacionar com os elementos que são manejados diariamente em sua propriedade, fundados em diferentes construções acerca desses elementos.

Temas que envolvem a restrição do uso dos elementos ambientais são frequentemente motivo de controvérsia. Sem medo de transparecer possíveis dificuldades relacionadas ao que se associa comumente à preservação ambiental (dentro de uma visão do “Meio Ambiente” com diversos parâmetros relacionados), os relatos durante o período que permaneci junto aos agricultores sempre discorriam sobre os desafios encontrados na agricultura de base ecológica, com diferentes argumentos sobre a discussão que envolve os “impactos” gerados pelos seres humanos nos não humanos.

É importante lembrar que essas influências não são vistas apenas no ambiente físico, mas na formação de novos vínculos trazidos por esses debates. Esses vínculos não se resumem às mudanças nos elementos naturais, mas também aos novos contextos forjados pela interligação de mundos diferenciados por temas em comum. Modificam-se as demandas e definem-se novos sentidos no que as pessoas fazem. Mas essa nova sintonia não é primitiva ou mesmo ingênua, e sim social, construída entre os atores.

No sentido de pensar menos em dicotomias e mais nas construções dos atores, menos em estruturas imobilizantes e mais na dinâmica social, mais em trajetórias e menos em conversões, deslocando hierarquias entre humanos e não humanos, este trabalho propôs-se a mostrar as inúmeras maneiras de agência e os sentidos construídos sobre o modo de manejar a terra e também de se relacionar com as práticas, de acordo com a concepção do que seja mais legítimo no momento, com diferentes significações dos elementos naturais, a partir das experiências por eles vividas.

REFERÊNCIAS

AGOSTINETTO, D. et al. Caracterização da fumicultura no município de Pelotas (RS). *Revista Brasileira de Agrociência*, v. 6, n. 2, p. 171-175, maio/ago. 2000.

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p 33-55.

ALMEIDA, J. et al. Desenvolvimento rural e dinâmicas naturais no sul do Rio Grande do Sul: uma experiência interdisciplinar. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Indaiatuba. *Anais...* São Paulo: ANPPAS, 2002. v. 1. p. 1-34.

ANDRADE, T. Inovações tecnológicas e meio ambiente: a construção de novos enfoques. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 89-105, jan./jun. 2004.

ARPA-SUL. In: *Canguçu em cores*. 2 jun. 2009. Disponível em: <<http://cangucuemcores.blogspot.com/2009/06/arpa-sul.html>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

ATUAÇÃO dos luteranos no Rio Grande do Sul. *Jornal Nacional*. São Paulo: Rede Globo, 29 maio 2009. (Série Os Evangélicos). Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/010406-p-2905200900.html>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

BECKER, C.; CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. Agroecologia, agricultura familiar e cooperação: a experiência da cooperativa Sul Ecológica. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PESQUISA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, 16., 2007, Pelotas. *Anais...* Pelotas: UFPel, 2007.

BÉNATOUÏL, T. A tale of two sociologies: the critical and the pragmatic stance in contemporary French sociology. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, p. 379-396, aug. 1999. Disponível em: <<http://est.sagepub.com/cgi/content/abstract/2/3/379>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

BOLTANSKI, L.; THÈNEVOT, L. *De la justification: les économies de la grandeur*. Gallimard: Paris, 1991.

BRANDENBURG, A. Modernidade, meio ambiente e interdisciplinariedade. *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 3, p. 49-59, 1996.

BRASIL. *Decreto Federal nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007*. Regulamenta a Lei nº 10.831/2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em: 15 ago. 2009.

_____. *Decreto Federal nº 6.447, de 07 de maio de 2008b*. Regulamenta o art. 19 da Lei que institui o Programa de Aquisição de Alimento (Lei nº 10.696/03). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6447.htm>. Acesso em: 25 ago. 2009.

_____. *Decreto Federal nº 6.959, de 15 de setembro de 2009c*. Dá nova redação ao Decreto nº 6.447/2008, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696/2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6959.htm>. Acesso em: 05 jun. 2009.

_____. *Decreto Federal nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009a*. Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7029.htm>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. *Decreto Federal nº 7.048, de 23 de dezembro de 2009b*. Dá nova redação ao art. 115 do Decreto nº 6.323/2007, que regulamenta a Lei 10.831/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D7048.htm>. Acesso em: 07 jun. 2009.

_____. *Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008a*. Disponível em: <http://agroecologia.incaper.es.gov.br/site/images/publicacoes/IN_64_18dez2008.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2009.

_____. *Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003a*. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e institui o Programa de Aquisição de Alimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 25 ago. 2009.

_____. *Lei Federal nº 10.831, de 2003b*. Dispõe sobre a agricultura orgânica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 2 jan. 2009.

_____. *Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965*. Institui o Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 3 jun. 2009.

_____. *Lei Federal nº 7.803, de 18 de julho de 1989*. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7803.htm>. Acesso em: 03 jun. 2009.

_____. *Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001*. Altera o Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2166-67.htm>. Acesso em: 3 set. 2009.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. *Produtos orgânicos: o olho do consumidor*. / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: MAPA/ACS, 2008c.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução Normativa nº 07, de 19 de maio de 1999*. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/instnorm.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996*. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/Resolucao_196_de_10_10_1996.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. *Resolução nº 369, de 28 de março de 2006*. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente. Disponível em: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/legisla%C3%A7%C3%A3o%20ambiental/re solu%C3%A7%C3%A3o%20conama%202006_369.pdf>. Acesso em: 2 set. 2009.

CADERNO de formação: certificação participativa de produtos ecológicos.
Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

CAPORAL, F. R. *Superando a Revolução Verde: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil*. 2003. Disponível em: <<http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/Superando.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR. *História*. [20--]. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/site/content/capa/historia.php>>. Acesso em: 2 jun. 2009.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: Territórios da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul*. Pelotas: CAPA/MDA, 2009.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO SUL DO RIO GRANDE DO SUL. *Regimento Interno*. 2005. 5 p. Disponível em: <http://www.cpact.embrapa.br/forum/Regimento_Interno_CODETER.pdf>. Acesso em: 29 set. 2009.

COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA. *Comercialização em supermercado*. Pelotas, RS, 2008. 1 fotografia. Disponível em: <<https://picasaweb.google.com/106338454247168220849/2008#5547162054250171538>>. Acesso em: 19 nov. 2009.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 54, 1997. v. 4. (Coleção Trans).

DESCOLA, P. Genealogia de objetos e antropologia da objetivação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 93-112, dez. 2002.

_____. Mas allá de la naturaleza y la cultura. *Etnografías contemporâneas*. Buenos Aires, ano 1, n. 1. p. 93-114, 2005.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Marco referencial em Agroecologia*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FELDMAN-BIANCO, B. Introdução. In: _____. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987. p. 7-45.

FLEURY, L. C. *Cerrado para ser o quê?* Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas – Goiás. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FONSECA, M. F. A. C. *Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil*. Niterói, RJ: PESAGRO-RIO, 2009.

FREIRE, L. L. Seguindo Latour: notas para uma antropologia simétrica. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 26, p 46-65, jan./jun. 2006.

FROÉS, J. C.; SANTOS, F. J.; RECH, C. M. Alimentando a cidadania: a força da sociedade civil junto a políticas públicas; Relato sobre a Rede de Cooperação e Comercialização Solidária. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2008.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Pesquisa*. [20--]. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=RS>. Acesso em: 25 fev. 2010.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. *Estado do Rio Grande do Sul no Mundo: 2008*. Porto Alegre: FEE, 2009a. Disponível em: <<http://mapas.fee.tche.br/>>. Acesso em: 3 ago. 2009.

_____. *Resumo estatístico RS*. 2009b. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php>. Acesso em: 21 out. 2009.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2008.

GERHARDT, C. H.; ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 53-84, 2005.

IDE, H. U. *A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar*. Porto Alegre: CAPA, 2008.

LACERDA, T. F. N. *A unidade familiar e as novas funções atribuídas à agricultura: o caso dos agricultores ecológicos do Território da Encosta da Serra Geral*. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LATOURE, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001. (Coleção Filosofia e Política).

_____. Haciendo la 'res pública'. *AIBR, Revista de Antropología Iberoamericana*, Madrid, n. extra 1, p. 1-8. nov./dez. 2005. Entrevista concedida a Tomás Sánchez-Criado. Disponível em: <www.aibr.org>. Acesso em: 16 jun. 2008.

_____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994a.

_____. *Políticas da natureza: ou como fazer ciência na democracia*. Bauru-SP: EDUSC, 2004a.

_____. Por uma antropologia do centro (entrevista do autor à revista). *Mana*, v. 10, n. 2, p. 397-414, 2004b.

_____. Pragmatogonies: a mythical account of how humans and nonhumans swap properties. *American Behavioral Scientist*, v. 37, n. 6, p. 791-808, 1994b.

LATOURE, B.; SCHWARTZ, C.; CHARVOLIN, F. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAÚJO, H. R. *Tecnociência e cultura: ensaio sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 91-125.

LIMA, M. I. F. *Paisagem, terroir e sistemas agrários: um estudo em São Lourenço do Sul*. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LIMA, S. K. *Agricultura familiar, sustentabilidade e desenvolvimento: um estudo sobre os avanços, dilemas e perspectivas da UNAIC – União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (RS)*. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MAFRA, C. Transe, criatividade e colonização política. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ABA, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/horizon/files/aba/claramafra.pdf>>. Acesso em 20 set. 2009.

MEDEIROS, C. A. B.; GOMES, J. C. C.; REICHERT, L. J. A. Embrapa clima temperado e a agricultura familiar. *Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 25-30, set./dez. 2006.

MÜLLER, A. L.; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v. 1, n. 1, p. 57-83, 2007.

NEVES, D. P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PINZ, A. *Canguçu*. 2009. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://www.cangucuemfoco.com.br/2009/06/feira-de-alimentos-ecologicos-e-um.html>>. Acesso em: 9 out. 2009.

PRODUÇÃO diversificada junto com saúde e boa alimentação. *O Recado da Terra*, Santa Cruz do Sul, RS, ano 15, n. 33, p. 8-9, jun. 2009. Disponível em: <http://www.capa.org.br/uploads/publicacoes/Recado_da_terra_junho_09.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2009.

PROGRAMA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR. Desenvolvimento rural na "Metade Sul" do Rio Grande do Sul: sistemas de relações, mecanismos e dinâmicas sociais e naturais. In: *Relatório de pesquisa*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS. 2008.

PROGRAMA FOME ZERO. *Eixos*. [20--]. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-aco/es/eixo2.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

RAYNAUT, C. *Atrás das noções de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável: questionando algumas representações sociais*. 2006. 15 p. Mimeografado.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *Núcleos e membros*. [20--]. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA003>>, acesso em 11 ago. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Gestão. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SCP, 2008. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/>>. Acesso em: 2 set. 2009.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba, *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 16, p. 37-61, abr. 2001.

SANTOS, L. C. R. *Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e a sua experiência de certificação participativa*. 2003. Disponível em: <<http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/Rede%20Ecovida%202003.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2009.

SCHMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. *Agriculturas*, v. 5, n. 2, p. 7-13, jun. 2008.

STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002. (Coleção Trans).

_____. *La proposition cosmopolitique*. In: LOLIVE, J.; SOUBEYRAN, O. Paris: Éditions La Découverte, 2007.

SURITA, R. Alimentando a cidadania. *Agriculturas*, v. 1, n. 0, p. 8-10, set. 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v.8, n. 1, p. 113-147, 2002.

WAGNER, L. J. A COOPAR e o voto de seus associados na eleição para prefeito de 2004 em São Lourenço do Sul. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA METADE SUL, 2., 2006, Pelotas. In: *Anais...* Pelotas: UFPel; UCPel, 2006. Disponível em: <www.ufpel.edu.br/cic/2006/arquivos/CH_00903.rtf>. Acesso em: 22 jul. 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANJOS, J. C. G.; SILVA, P. S. *A rede quilombola como espaço de ação política*. In: Desenvolvimento social e mediadores políticos. NEVES, Delma Pessanha. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

BOLTANSKI, L. *El Amor y la Justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Gallimard: Paris, 1999.

CALLON, M. Por uma nova abordagem da ciência e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas. In: PARENTE, A. *Trama da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 64-79.

CALLON, M.; LAW, J.; RIP, A. *Mapping the Dynamics of Science and Technology*. London: Macmillan Press, 1986.

CARDOSO, J. H. et al. O processo de transição agroecológico, organização social e redesenho das práticas produtivas: o caso de um agroecossistema. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n. 2, p. 747-751, out. 2007.

DARRÉ, J. P. *L'invention des pratiques dans l'agriculture: vulgarisation et production locale de connaissance*. Paris: Karthala, 1996.

DESCOLA, P. Societies of nature and the nature of society. In: KUPER, A. (Org.) *Conceptualizing Society*. London: Routledge, 1992. p. 106-126.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 1-46.

DUPAS, G. *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP, 2006.

GERHARDT, C. H.; ALMEIDA, J. "Ecologização" dos agricultores ou construção de novos processos de dominação? A problemática ambiental nos espaços rurais. In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. *Anais...*, Campinas, 2003. 1 CD-ROM.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Tradução: Carlos Eduardo de Souza.

INGOLD, T. *The perception of the environment: essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London; New York: Routledge, 2000.

IZQUIERDO, J. *Consultores en crítica política: notas sobre la sociología "post-etnometodológica" de Luc Boltanski*. Madrid, 2004. Disponível em: <http://sociored.uned.es/IZQUIERDO/lzquierdo_Boltanski%20y%20Chiapello%20Extended.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2008.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir os cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000. (Biblioteca básica).

_____. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-rede*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório: a produção dos atos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LOVATO, P. E.; SCHMIDT, W. *Agroecologia e sustentabilidade no meio rural*. Chapecó: Argos, 2006. (Coleção Debates).

PERONDI, M. A. *A dimensão sócio-econômica da multifuncionalidade*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2004, Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual 11.520, de 3 de agosto de 2000. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2000.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 11., 2003, Aracaju. *Anais...* Aracaju: CISO, 2003.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SCHMITT, C. J. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TAVARES, F. B. *Os princípios de justificação em jogo nos conflitos socioambientais: o caso do extrativismo florestal no litoral norte do Rio Grande do Sul*. 2007. 220 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TOMASCHENSCKI, J. Pele forte, cor invisível. *Diário Popular*. Pelotas, 16 ago. 2009. p, 3-6. Caderno Especial.

VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 2, p. 315-366, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul. 2009.

VELHO, O. Comentários sobre um texto de Bruno Latour. *Mana*, v. 11, n. 1, p. 297-310, 2005.

VIEIRA, R. C. *A Construção da agricultura ecológica: racionalidade da organização do sistema Rede Ecovida no Litoral Norte do RS*. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac e Naify, 2002. 551p.

_____. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. In: ALLIEZ, E. (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34, 2000.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa **SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS DE AGRICULTORES FAMILIARES DE BASE ECOLÓGICA EM SÃO LOURENÇO DO SUL/RS**, com a pesquisadora Patrícia dos Santos Pinheiro, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O objetivo da pesquisa é analisar as motivações e os significados das práticas produtivas relacionadas à agroecologia junto aos agricultores. A partir de seu consentimento, sua participação será com depoimento oral, gravado digitalmente e depois transcrito da mesma maneira.

Não há quaisquer riscos, sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir, sem nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição, e solicitar que o relato até então coletado seja descartado. Caso queira, será garantido sigilo dos nomes. Você receberá uma cópia deste termo, com o contato da pesquisadora, para esclarecimento de quaisquer dúvidas.

São Lourenço, ___/___/2009.

Telefone: 51-93246184/ 51-85171819, email: 00166550@ufrgs.br

Endereço: Rua Monsenhor Gautsch, 215, casa 12. São Lourenço do Sul.

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), localizado na Av. João Pessoa, 31. Porto Alegre/RS. Telefone/Fax: (51) 3308-3281

ANEXO A - ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DO FÓRUM DA AGRICULTURA FAMILIAR¹

Agência da Lagoa Mirim - UFPel/Pelotas
 APESMI- Associação de Pescadores da Vila São Miguel/Rio Grande
 APEVA - Associação de Pescadores da Vila Anselmi/S.Vitória Palmar
 APESPI - Associação de Pescadores do Espinilho/S.Vitória do Palmar
 APLEPA - Associação de Produtores de leite da Palma/Rio Grande
 ARPA-SUL – Associação Reg. dos Produtores Agroecologistas da região Sul
 ATAF - Associação de Trab. da Agricultura Familiar/S. Vitória Palmar
 ATLA - Associação de Trab. da Lavoura de arroz/S. Vitória Palmar
 CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor/Pelotas
 CETAP - Centro de Tecnologias e Alternativas Populares
 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Agrário
 COOAFAN - Cooperativa de Agric. Familiares Nortense/S. José do Norte
 COCEARGS - Cooperativa Central dos Assentados do RS
 COONATERRA/MST - Cooperativa Nacional Terra e Vida/Candiota
 COOPAL - Cooperativa de Peq. Produtores de Leite da Região Sul/Canguçu
 COOPAR - Cooperativa Mista dos Peq. Agric. da Região Sul/S.L.do Sul
 COOPANORTE - Cooperativa de Pesc. Artesanais Nortense/ S.J.do Norte
 COOPISCO - Cooperativa de Piscicultores de Rio Grande
 Cooperativa Lagoa Viva de pescadores Artesanais Prof./Pelotas
 COPTIL- Cooperativa de prod., trab. e integração/Hulha Negra
 Cooperativa Sul Ecológica / Pelotas
 Cooperativa Teia Ecológica / Pelotas
 Cooperativa Sul Leite/Santa Vitória do Palmar
 COOPERAL - Cooperativa Regional dos Agric. Assentados/Hulha Negra
 COPTEC - Cooperativa de Prest. de Serviços Técnicos/Piratini
 CPT - Comissão Pastoral da Terra
 CRENHOR - Cooperativa de Crédito Novos Horizontes
 CRESOL Boa Vista - Cooperativa de Crédito Solidário/São Lourenço do Sul
 EMATER regional e escritórios municipais
 EMBRAPA Clima Temperado
 FAEM/UFPel – Dep. de Ciências Sociais Agrárias (DCSA)
 FEPAGRO – Sul/Rio Grande
 FETRAF-Sul - Federação dos Trab. da Agric. Familiar da região Sul
 FURG/Intcoop- Incubadora tecnológica de Coop. Pop.
 MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores / Canguçu
 MPPA - Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais
 MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/Regionais
 Prefeituras Municipais do Território Sul do RS
 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
 UCPel – Universidade Católica de Pelotas
 UNAIC - União de Associações Comunitárias do Interior de Canguçu

¹Fonte: *site* da EMBRAPA. Disponível em: <www.cpact.embrapa.br>. Acesso em: 12 jul. 2009.